



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 84

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 5 de Setembro de 1996

Presidente: Deputado Humberto Melo.

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Gomes).

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10,25 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Feita a leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa, bem como de requerimentos e respostas, procedeu-se à apresentação dos votos entrados.

Assim, foram discutidos e aprovados, por unanimidade, os seguintes votos:

- **Voto de Saudação** exaltando a memória das gentes açorianas pioneiras na colonização de parte do Brasil Meridional, reverenciando também "o ressuscitar das nossas raízes, 250 anos depois, face ao orgulho dos que herdaram a honra de ter sangue temperado pela neblina feita de babugem das ondas do mar que abraça as nossas ilhas...".

Intervieram sobre este Voto os Srs. Deputados Jorge Cabral (PSD), a quem coube a apresentação do mesmo, e ainda Paulo Valadão (PCP).

- **Voto de Pesar** apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (PP), pelo "falecimento do Dr. António Albuquerque Jácome Correia", figura prestigiada da nossa Região e que prestou um valioso contributo para o progresso deste Arquipélago "servindo-o com dignidade, amor e competência".

Sobre o Voto em apreço usaram da palavra os Srs. Deputados Victor Cruz (PSD), Paulo Valadão (PCP), Fernando Menezes (PS), Martins Goulart (PS) e Manuel António Martins (Indep.).

Na sequência deste Voto, e por iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Popular, foi ainda guardado 1 minuto de silêncio em memória de todos os Srs. Deputados que fizeram parte da Assembleia desde a 1ª hora e que, infelizmente, já faleceram.

Seguidamente, passou-se ao tratamento de **Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região** em que intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Fernando Lopes (PS), Rosa Machado (PSD), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (PP), Rui Pedro Ávila (PS), Manuel António Martins (Indep.), Hélio Pombo (PS) e Victor Evaristo (PSD) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*).

Período da Ordem do Dia

1.º Relatórios ao abrigo do Artº. 119º do Regimento da ALRA.

Para além dos relatores que procederam à leitura do respectivo relatório, nomeadamente os Deputados João Cunha (**COL**), Manuel Gil Ávila (**C.P.G.A.I.**) Fátima Oliveira (**C.J.A.S.**) e Eugénio Leal (**C.E.F.P.**), usaram também da palavra na prestação de esclarecimentos os Srs. Deputados Rui Melo (PSD) e Victor Evaristo (PSD).

2.º Proposta de DLR sobre "criação dos Quadros de Zona Pedagógica", em que fez uso da palavra apenas o Sr. Deputado Francisco Sousa (PS).

A referida Proposta foi aprovada por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade.

3.º Proposta de Resolução sobre "alteração ao Orçamento da RAA para o ano de 1996". Sobre este diploma intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (PP),

Fernando Lopes (PS) e Paulo Valadão (PCP), bem como a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*).

O referido diploma foi aprovado por maioria.

4.º Proposta de Resolução sobre a "recomendação ao Governo Regional para proceder de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores".

Sobre esta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (PP), Fernando Lopes (PS), Fernando Fonte (PS) e José Nascimento Ávila (PS), bem como o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*) e a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*).

A referida Proposta foi aprovada por unanimidade.

5.º Proposta de DLR sobre a "alteração do Artº. 2º do DLR Nº 14/96/A, de 6 de Junho", tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

6.º Proposta de DLR sobre a "criação do Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho", recebendo também a mesma a unanimidade da Câmara, seja na generalidade seja na especialidade.

7.º Proposta de Resolução sobre uma "recomendação ao Governo para proceder a compensações financeiras aos empresários agrícolas que colaboraram no abate de gado (brucelose)".

Intervieram sobre este diploma os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (PP), Paulo Valadão (PCP), Francisco Oliveira (PS) e Manuel António Martins (Indep.), tendo ainda usado da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, (*Adolfo Lima*).

Porém, a supracitada Proposta foi retirada pelo próprio proponente, ou seja, o Partido Popular.

8.º Proposta de Resolução sobre o "Orçamento da ALRA para o ano de 1997", tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Finalmente, e como último ponto da ordem do dia, foi aprovada uma Proposta de Resolução oriunda da Mesa, declarando findo o Período Legislativo de Setembro, dando-se por concluída também esta V Legislatura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Os trabalhos terminaram às 17,35 horas.

Presidente: Srs. Deputados bom dia. Pedia a vossa atenção para a chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Manuel Serpa, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **PP**- Alvarino Pinheiro; **PCP**- Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins).*

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Assembleia da República um ofício a comunicar que foi admitida a Proposta de Lei sobre o "Jogo Instantâneo", apresentada por esta Assembleia Regional.

- Também da Assembleia da República um ofício do Deputado João Bosco Mota Amaral, dando conhecimento da entrega de uma moção sobre a situação dos deportados.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. General José Baptista Pereira, Comandante Operacional dos Açores, um fax que diz o seguinte:

"Congratulando-me com a passagem do 20º aniversário da inauguração solene da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresento a V. Exa. e Exmos. Deputados os mais sinceros parabéns".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Externato da Madalena, Pico uma carta que diz o seguinte:

"Com a abertura da Escola Básica e Secundária Cardeal Costa Nunes o Externato da Madalena encerra as suas actividades a 31/08/96, após 29 anos de intensa luta para o desenvolvimento cultural e conseqüentemente económico de quem teve a sorte de nascer e viver na Ilha do Pico.

Várias gerações passaram pelo Externato. Muitos alunos o frequentaram e os filhos desses alunos também.

Alguns aprenderam nas mesmas salas onde mais tarde ensinaram.

Uns ficaram e desenvolveram a sua terra. Outros partiram para terras distantes, levando na bagagem os ensinamentos recebidos no Externato.

Todos eles se tornaram profissionais distintos. Mas, como todas as histórias, também esta chegou ao fim e é antes de encerrar o último capítulo que quero agradecer a V. Ex^a. a colaboração dispensada ao longo destes anos e que contribuiu para que os jovens da nossa terra fossem mais homens e mais mulheres".

Assina, a Directora do Externato da Madalena, Maria Cecília do Amaral.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República, um ofício dando conhecimento da publicação no Diário da República do DLR Nº 7/96 que se refere à extinção do IRASC.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República mais um ofício dando conhecimento que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 12/96 que se refere à "alteração do nome da freguesia da Praia da Graciosa para S. Mateus".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado à Assembleia da República João Bosco Mota Amaral, cópia dos documentos apreciados pela Assembleia Parlamentar do

Conselho da Europa na sessão plenária do corrente mês de Junho relativos à situação dos jovens na Europa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício dando conhecimento que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 25/96 - "alterações ao Orçamento da RAA para o ano de 1996".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Tribunal Constitucional um ofício do seguinte teor: "Tenho a honra de notificar V. Ex^a. do acórdão nº 583/96 proferido por este tribunal no processo de fiscalização abstracta, relativa à norma do Artº. 3º, alínea n) do DLR Nº 1/93/A, de 5 de Janeiro.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República mais um ofício acusando a recepção e posterior publicação no Diário da República do DLR Nº 15/96 - "Medidas cautelares do campo de golfe do Faial".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República mais um ofício acusando a recepção e posterior publicação no Diário da República do DLR Nº 11/96 - "classificação da paisagem protegida de interesse regional da cultura da vinha da Ilha do Pico".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício dando conhecimento que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 17/96 - "princípios de organização do sector eléctrico e do regime jurídico de produção".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 13/96 - "adaptação à RAA do Decreto-Lei nº 309/93, de 2 de Setembro alterado pelo Decreto-Lei Nº 218/94, de 20 de Agosto" que regula a "elaboração e a aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira - POOC".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício dando conhecimento que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 20/96 - "Regulamento Policial da RAA".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 14/96 - "Regime da Hora Legal nos Açores".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 22/96 - "Medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da futura escola secundária geral e básica da Ilha do Faial".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 16/96 - "Fundo de Compensação Pecuniária dos Pescadores".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 24/96 - "Sistema de apoio excepcional a conceder a clubes desportivos na Região".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 19/96 - "Prevenção e tratamento de toxicodpendência".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Uma carta do Sr. Deputado Regional do PS Rui Pedro Ávila em que questiona a morosidade das obras na delegação da Assembleia na Ilha do Pico".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 21/96 - "Medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da 1ª fase da variante à estrada regional 1/1ª - envolvente da cidade da Horta".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta uma carta felicitando o Sr. Presidente da ALRA, pelo 20º aniversário da autonomia, reafirmando também o seu desgosto pessoal por não poder cumprimentá-lo pessoalmente.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício informando que segue para publicação no Diário da República o DLR Nº 23/96 - "Medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da escola básica dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e artístico de P. Delgada, Ilha de S. Miguel".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Estão presentes os Diários da ALRA n.ºs. 79, 80, 81 e 82, bem como os Suplementos n.ºs. 77, 80, 81 e 82.

Secretário (Hélio Pombo): Do Deputado Regional do PS, Francisco Oliveira um requerimento do seguinte teor:

"Aquando da visita do Primeiro Ministro António Guterres, aos Açores em Novembro de 1995, um grupo de horto-fruticultores, desesperados com a falta de resposta do Governo Regional, no que se refere a um eventual apoio aos prejuízos causados pelo furacão TÂNIA, entregou-lhe um memorando onde apelava à sua interferência no sentido de que lhes fossem atribuídas as indemnizações a que se sentiam com direito.

Nessa altura, o Senhor Presidente do Governo Regional anunciou que o assunto já havia sido resolvido nesse mesmo dia, em plenário do Governo.

Considerando que pela Portarias n.ºs 45/96 e 46/96, de 8 de Abril foram atribuídos subsídios a diversos agricultores pelos prejuízos causados pelo TÂNIA;

Considerando que dessa listagem não constam muitos outros agricultores que apresentaram na mesma altura os seus pedidos de indemnização, o que tem causado alguma preocupação entre aqueles que se sentem marginalizados;

Considerando que já passaram dois meses sobre a data de emissão das referidas portarias;

Assim, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, requeiro ao Senhor Secretário da Agricultura e Pescas que me informe sobre;

Quais os critérios a que obedeceram as indemnizações já atribuídas?

Qual a razão pela qual muitos agricultores ainda não receberam a indemnização a que têm direito?

Quando pensa o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas proceder à atribuição das indemnizações em falta?

Não considera o Senhor Secretário e o seu Governo que é uma tremenda injustiça manter todos esses agricultores na indefinição quanto à atribuição das suas justas indemnizações?

Angra do Heroísmo, 20 de Junho de 1996.

O Deputado Regional do PS, Francisco Oliveira".

Secretário (Gaspar da Rosa): Requerimento do Deputado Regional do PS, Francisco Sousa do seguinte teor:

"Possuir casa própria é uma aspiração da grande maioria dos Açorianos.

Os sucessivos Governos têm inscrito no plano e orçamento rubricas e verbas que acabam por não se concretizarem, mas que têm levado muitos Açorianos, sobretudo os jovens a criarem expectativas, não raro ilusões e até em alguns casos situações familiares muito complicadas.

Podemos dar vários exemplos, mas observemos apenas um que serve, perfeitamente, de padrão para a negligência e incapacidade do Governo, por muito que custe ao Partido que o apoia.

Em 14 de Setembro de 1992, a Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas, através da Direcção Regional de Habitação, publicava num jornal diário um Anúncio de "Concurso para cedência de 61 lotes de terreno sito no Caminho da Levada, Freguesia de S. Pedro, Concelho de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel".

Ao abrigo das normas estatutárias e regimentais aplicáveis requeremos ao Governo que nos informe:

1- Quais as razões que levaram à abertura deste concurso apenas em 14 de Setembro de 1992 ?

2 - Será que a grande razão era a realização de eleições regionais no mês seguinte?

3 - Será que esta não foi uma das várias acções que o Governo encetou nesse mês de Setembro que levaram à rotura das finanças regionais?

Assiste-nos toda a razão para solicitarmos estas informações ao Governo porque só a 22 de Fevereiro de 1994, quase dois anos depois, a Secretaria Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através da Direcção Regional de Habitação publicou novo aviso público, informando "A lista de concorrentes para a cedência de lotes, obtida por classificação nos termos da Resolução nº 91/92 de 11 de Junho", para o "Concurso para cedência de 61 lotes de terreno em regime de propriedade plena, para construção de moradias unifamiliares no loteamento do Caminho da Levada, Freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada - Ilha de S. Miguel'.

Questionamos o Governo:

4 - Quais as razões que impediram o Governo de publicitar a lista mais cedo?

5 - Que razões levaram a S.R.H.O.P.T.C. apenas a publicitar as listas tantos e tantos meses após apresentação de candidaturas? Negligência dos Serviços?

Por incrível que pareça o Governo continuou impávido e sereno, ignorando a angústia vivida por muitos candidatos a uma habitação condigna.

Para quem tenha dúvidas bastará ver o Diário dos Açores de 18 de Outubro de 1995 onde se pode ler o grito de angústia e desespero de "um Candidato" a um terreno neste loteamento:

"Açorianos existem já contemplados com a área destinada à sua futura habitação que esperam, desde 1992, pelo acabamento das obras de saneamento básico e arruamentos no caminho da Levada, concelho de Ponta Delgada, para poderem iniciar a construção das suas habitações.

Inclusivamente, há muitos dos referidos candidatos que já não acreditam que um dia terão a felicidade de verem este sonho realizado, tal é a demora.

Mais ainda senhores responsáveis por este pelouro; já alguma vez se puseram na pele de um pobre que passa a vida a contar os trocados e imaginaram o esforço financeiro suplementar que teremos de suportar devido a demoras incompreensíveis?

Por favor, senhores responsáveis, têm que desbloquear esta e outras situações idênticas que acontecem, um pouco por toda a nossa Região.

Caso contrario corremos o risco devido ao aumento crescente, da mão de obra e dos materiais de construção, com a ajuda governamental não poderemos construir o que mais desejamos na vida - uma habitação condigna".

Contudo 4 anos, 1 mês e 11 dias após a abertura do Concurso para a cedência dos lotes o Governo finalmente abria o "Concurso público para a adjudicação da empreitada de infra estruturas eléctricas, telefones e pavimentação dos arruamentos do loteamento do Caminho da Levada - Fajã de Cima - Ilha de S. Miguel".

Igualmente requeremos ao Governo Regional, com carácter de urgência, que nos informe:

6 - Quais as razões que permitiram que o Governo levasse 4 anos (quatro) entre a abertura do Concurso para a cedência dos lotes e o Concurso para as infra-estruturas do loteamento do Caminho da Levada?

Não deixa de ser relevante que igualmente o Diário dos Açores de 27 de Março de 1996 noticie que "O Executivo Açoriano deverá iniciar, em Julho, a cedência dos lotes da urbanização do Caminho da Levada, nos arredores de Ponta Delgada, com capacidade para a construção de 166 moradias ...".

Perguntamos ao Governo:

7 - Quando se iniciaram as infraestruturas eléctricas, telefones e pavimentação!

8 - Quando estarão prontas e entregues?

Por último precisamos de conhecer:

9 - O Governo já marcou a data para a cedência dos lotes e início das construções?

10 - Quando se prevê que os candidatos venham, efectivamente, a morar nas suas novas residências?

Ponta Delgada, 1 de Agosto de 1996

O Deputado Regional do Socialista, *Francisco Sousa*".

Secretário (*Hélio Pombo*): Está presente na Mesa uma Proposta de Resolução relativa ao "Orçamento da ALRA para o ano de 1997", bem como os respectivos mapas anexos.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Deputado Regional do PP Alvarino Pinheiro o seguinte requerimento:

"Considerando que a inexistência de uma adequada política de gestão dos recursos cinegéticos teve como consequência na ilha Terceira a explosão da população de coelhos;

É indispensável manter um adequado equilíbrio entre as diversos interesses com respeito pela salvaguarda do sector produtivo da Região;

O excesso da população do coelho na ilha Terceira atinge proporções incontoláveis que estão a prejudicar de forma inaceitável e preocupante, a produção agrícola da ilha;

Em situações desta dimensão há que criar as condições para que os caçadores intensifiquem as capturas em ordem a evitar a necessidade de recurso a outras formas mais radicais de controlo da espécie, lamentavelmente já utilizadas noutras paragens como forma última de combate à praga.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais o Deputado da Representação Parlamentar do Partido Popular requer a V. Exa. que seja solicitado ao Governo Regional informação sobre:

1. Tem o Governo Regional consciência dos elevados prejuízos que o excesso de população de coelhos está a causar ao sector agrícola da ilha Terceira?
2. Assim sendo, porque razão não foram tomadas atempadamente, as medidas adequadas à manutenção da população de coelho sobre controlo?
3. O que impede a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas de, urgentemente, tomar as decisões que se impõem, em concertação com os diversos interesses, para debelar a praga do coelho que assola o sector agrícola da Ilha terceira?

Angra do Heroísmo, 14 de Agosto de 1996.

A Representação Parlamentar do Partido Popular, Alvarino M. M. Pinheiro".

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do PP Alvarino Pinheiro o seguinte requerimento:

"Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, requero a V. Ex^a. que seja solicitado do Governo Regional informação sobre a posição da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações relativamente ao contencioso entre aquela Secretaria Regional e o Sr. Hélio Bettencourt de Matos, residente em Angra do Heroísmo, e que envolve as informações contidas nos ofícios n.º 721, de 27703/95, e n.º 1901, de 13/11/95, da Delegação da Ilha Terceira da SRHOPTC, relacionadas com um processo de loteamento em Angra do Heroísmo.

Como é do conhecimento do Governo Regional, em fundantadas exposições, o requerente daquele loteamento alega que foi vítima de discriminalidade, arbitrariedade, ilegalidades e ausência de fundamento legal para as medidas contidas nos pareceres do Departamento governamental e que condicionaram negativamente o referido loteamento, com graves consequências financeiras para o requerente.

Solicito ainda ao governo regional que me informe se aquela secretaria está na disposição de rever as posições que assumiu no referido processo de loteamento.

O Deputado Regional do Partido Popular, Alvarino M.M. Pinheiro".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Hélio Pombo que se refere à "falta de ligação telefónica com a Ilha do Corvo" e diz o seguinte:

"Em referência aos ofícios supracitados, encarrega-me Sua Ex^a. o Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas. Transportes e Comunicações de informar V. Exa., para os efeitos julgado convenientes, que as anomalias descritas pelo Senhor Deputado Hélio João Magalhães Pombo, foram resolvidas por intervenção da brigada técnica da Portugal Telecom, curante o mês de Março do ano de 1995.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Carlos Pinto Lopes.*"

Secretário (*Hélio Pombo*): De vários Deputados do PS da Ilha Terceira, cujas assinaturas eu não consigo descortinar na sua totalidade, um requerimento que diz o seguinte:

"1- Na década de oitenta o Governo Regional adquiriu um imóvel, em ruínas, na Rua do Marquês, em Angra do Heroísmo, para recuperação e posterior instalação da Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA) e do Serviço Regional de estatística (SREA);

2. Apesar de terem chegado a estar previstas verbas, nos planos anuais aprovados na Assembleia Regional, para aquelas finalidades, nomeadamente em 1990 e 1993 (respectivamente, 15000 e 11500 contos), e de constar que chegou a ser elaborado o projecto de reconstrução e adaptação daquele edifício, o mesmo continua ao abandono e em degradação acelerada, de tal modo que, recentemente, teve de ser objecto de uma intervenção urgente, no sentido de evitar o seu desmoronamento total, tendo, mesmo assim, ficado quase reduzido à fachada;

3. entretanto, ultimamente, surgiram notícias que o Governo Regional tinha encetado negociações com o proprietário de outro edifício, noutra zona da cidade de Angra, para a instalação do SREA.

4. Conscientes de que a morosidade, as alterações, as alterações de rumo e de decisões, em relação a todos os programas e projectos de actuação dos governos do PSD respeitantes à Terceira, tem sido a sua mais constante regra de procedimento, vimos solicitar ao Governo Regional, através de VEXA, as informações seguintes:

- a) Qual é o conteúdo da última decisão do departamento competente do Governo Regional, sobre o destino a dar ao referido edifício da Rua do Marquês, em Angra, adquirido em ruínas, e em ruínas "zelosanebte" mantido, pelos sucessivos governos regionais?
- b) Existiu ou existe ainda, algum projecto de recuperação, reconstrução ou adaptação daquele edifício?
- c) Se existiu e foi abandonado, qual era, quanto custou e porque foi posto de lado?
- d) se existe ainda, e é considerado actualizado, requeremos que nos seja remetida fotocópia do mesmo.
- e) Confirma-se ou não, o propósito deste Governo de adquirir outras instalações. que não aquele edifício da Rua do Marquês, para o SREA?
- f) se se confirma, que diligências concretas, esta Governo já efectuou, para a sua aquisição, e que montante prevê dispender para o efeito?

Angra do Heroísmo, 02 de Julho de 1996.

Os Deputados do PS do Círculo da Terceira, *Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Ricardo Barros, Francisco Oliveira e Duarte Pires*".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo resposta a um requerimento do Sr. Deputado Manuel Brasil cujo assunto é a "distribuição por parte da EDA, de energia eléctrica às populações da Fajã dos Vimes e da Fajã de S. João, na Ilha de S. Jorge" e que diz o seguinte:

"Em aditamento ao nosso ofício 2237, de 31 de Maio de 1996, de resposta ao requerimento n.º 1259 apresentado pelo Senhor Deputado Manuel Teixeira Brasil, encarrega-me Sua Exa. o Secretário Regional da Juventude, emprego, Comércio, Indústria e energia, de transmitir a V. Exa. que a electrificação da Fajã de S. João está prevista no plano plurianual de investimentos da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA), EP, presentemente a ser revisto.

Entretanto, a EDA, EP, informou que já foi adjudicada a empreitada de construção do ramal de média tensão e posto de transformação da Fajã dos Vimes, prevendo-se o início dos trabalhos para Setembro do corrente ano, e um prazo de execução de 3 meses.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete, João José Branco Cordeiro de Medeiros."

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do Partido Popular Alvarino Pinheiro o seguinte requerimento:

"Considerando que:

- A despesa pública deve ser utilizada como um importante instrumento de dinamização da actividade económica regional;
- Para que tal aconteça é indis^oensável potenciar a maior participação possível das empresas regionais nas obras públicas e fornecimentos de bens e serviços colocados a concurso pelas entidades regionais, para se minimizar a transferência de recursos financeiros para o exterior;
- O Governo Regional comprometeu-se perante o Parlamento a praticar uma política de concursos e adjudicações que tivesse em conta a dimensão das empresas regionais e locais, propondo-se recorrer inclusivamente ao adequado faseamento dos projectos, quando tal se revelasse necessário;

Estranhamente alguns departamentos do Governo Regional estão a conduzir uma política contrária aos interesses das empresas regionais e da economia dos Açores procedendo ao concurso público simultâneo e agregado de várias obras, como foi o caso dos Portos de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais requero a V. Exa. que seja solicitado ao Governo Regional informação sobre o seguinte:

1. Quais os motivos de levaram, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, a lançar conjuntamente a concurso público as obras dos Portos de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente, sem atender às solicitações da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores?
2. Qual a justificação do Governo Regional para estar a actuar de forma contrária aos compromissos assumidos no Programa de Governo e Orçamento Regional no sentido de desdobrar concursos e fasear obras com vista a uma melhor adequação à dimensão do tecido empresarial regional?
3. Para obviar a que mais prejuízos advenham para a participação de empresas regionais e locais, em empreitadas de obras lançadas por entidades públicas, como

agora está a acontecer também na ilha das Flores, pensa o Governo sem quebra das normas de segurança, alterar a sua política?

Angra do Heroísmo, 23 de Julho de 1996

O Deputado Regional do Partido Popular, Alvarino Pinheiro".

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo resposta a um requerimento do Sr. Deputado Francisco Sousa cujo assunto é "cursos ministrados pelo Centro de Formação Profissional dos Açores"

"Em resposta a um requerimento do Sr. Deputado Francisco Sousa sobre o assunto mencionado em epígrafe, remetido a esta secretaria Regional através do ofício n.º 1174, de 96/04703, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me S. exa. o secretário Regional da Juventude, emprego, Comércio, Indústria e energia de transmitir o seguinte:

Na implementação de novos cursos no Centro de Formação Profissional dos Açores (CFPA), é seguida uma metodologia que envolve, nomeadamente, os seguintes procedimentos:

- Definição do objectivo geral do curso;
- Definição das disciplinas e dos respectivos objectivos, que é feita em colaboração com o coordenador da área de formação;
- Selecção dos formadores;
- Implementação do curso, segundo conteúdos programáticos acordados entre o coordenador e o formador seleccionado.

Na fase de criação de novos cursos é ouvido o Conselho Consultivo do CFPA e é auscultado o instituto de Emprego e Formação Profissional sobre a experiência tida em cursos congéneres.

Tem sempre havido a preocupação de aproximar os cursos criados, das profissões que estão definidas na Classificação Nacional de Profissões.

Encontra-se actualmente em análise e discussão no Instituto de Emprego e Formação Profissional a definição de perfis profissionais, numa óptica de harmonização comunitária, estando o Governo Regional representado nas reuniões realizadas para o efeito.

Relativamente à certificação profissional dos formandos, o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de Maio, que estabelece o regime Jurídico da certificação profissional inserida no mercado de emprego, dispõe que, nas Regiões Autónomas, são competentes para emitir certificados de aptidão profissional os serviços e organismos que, por via legal, estejam reconhecidos para o efeito. Ora, o Decreto-Lei n.º 243/78, de 19 de Agosto (integrado pelo protocolo de aplicação publicado no Diário da República, II série, n.º 128, de 4 de Junho de 1979), transferiu para a Secretaria Regional do Trabalho (hoje, Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia) a competência para a emissão de carteiras profissionais e documentos equivalentes, sendo que nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do citado Decreto Lei n.º 95/92, o certificado de aptidão profissional tem valor equivalente ao da carteira profissional.

No entanto, a legislação sobre a matéria carece de regulamentação pelo Governo da República, designadamente no que se refere à emissão das normas técnicas de certificação, as regras de constituição dos júris e à aprovação de diplomas específicos para determinadas áreas profissionais. Por esta razão, não estão a ser emitidos, na Região, certificados de aptidão profissional, tal como igualmente acontece no continente e na Região Autónoma da Madeira.

Quanto à decisão de encerramento do internato, informa-se que a criação de novos cursos de qualificação e dos cursos de aprendizagem criou a necessidade de aumentar o número de salas. Perante esta necessidade, era possível ou construir de raiz as salas necessárias, ou aproveitar edifícios já construídos e adaptá-los a novas funções. Como era inoportuno do ponto de vista orçamental construir novos edifícios, optou-se por utilizar os existentes que estavam afectos aos internatos.

Sobre o encerramento dos internatos, importa acrescentar que a bolsa de formação paga a todos os formandos visa, nomeadamente, compensar despesas com o alojamento. O transporte de Ponta Delgada para as instalações do CFPA é gratuito e está assegurado em todos os dias da semana, incluindo sábados e domingos para aqueles formandos que pretendem utilizar a cantina.

Específicamente no que diz respeito aos cursos de hardware e de programação, encarrega-me o Senhor Secretário Regional de transmitir o que segue:

Os planos dos cursos de hardware e de programação, bem como os respectivos objectivos específicos, encontram-se definidos no que se refere ao primeiro ano do curso; relativamente ao segundo ano dos cursos estão, neste momento, a ser concluídos. Os planos dos cursos têm em linha de conta que passou a ser exigido aos formandos, como requisito de entrada, o 11º ano.

No início do corrente ano formativo verificou-se algum atraso no recebimento de manuais, mas esta deficiência foi ultrapassada tendo sido adquiridos para a biblioteca do Centro um conjunto de bibliografia que cobre toda a matéria leccionada.

Foi acordado com várias empresas a possibilidade de realização de estágios, encontrando-se todos os formandos a realizar o estágio em empresas, tendo havido uma grande receptividade por parte destas.

A criação destes cursos corresponde a necessidades do mercado de trabalho até agora não satisfeitas por outras entidades formadoras (sendo o curso de hardware o primeiro a ser ministrado, a nível nacional, em centros de formação profissional), pelo que se espera uma elevada taxa de empregabilidade dos formandos que frequentam estes cursos.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete, *João José Branco Cordeiro de Medeiros.*

Secretário (*Hélio Pombo*): Dos Srs. Deputados do PS da Ilha Terceira, Francisco Oliveira e Dionísio de Sousa, Ricardo Barros, Fernando Fonte e Duarte Pires o seguinte requerimento:

"Desde há alguns anos que se vem acentuando o diferendo existente entre caçadores e lavradores da ilha Terceira no que respeita ao controlo da densidade do coelho nesta ilha.

As recentes conclusões do estudo realizado pelos técnicos da AAIT, trouxeram à ribalta alguns números sobre os alegados prejuízos por ele causados.

Por outro lado as elevadas densidades de coelho causam danos à renovação e manutenção da vegetação natural, incluindo algumas espécies endémicas, daí resultando danos ambientais significativos;

sabendo-se que uma das características dos roedores é a de se multiplicarem com grande rapidez quando as condições ambientais lhes são favoráveis facto que desde

há alguns anos vem acontecendo o que teria exigido das autoridades competentes o devido estudo sobre a evolução da densidade populacional do coelho na ilha Terceira; Reconhecendo-se que um estudo elaborado pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, acompanhado do respectivo diálogo esclarecedor com as duas partes interessadas (lavradores e caçadores) representadas na Comissão Venatória, teria evitado que se chegasse a uma situação de impasse como a que agora acontece, Considerando que perante tal estudo e diálogo, quer caçadores quer lavradores compreenderiam mais facilmente as respectivas razões;

Considerando que infelizmente e uma vez mais, a falta de capacidade governativa e manifesty desinteresse da secretaria da tutela, não só não ajudou a resolver o problema, como ainda parece ter contribuído para o agravar;

Considerando ainda o silêncio a que a Secretaria da Agricultura e Pescas se remeteu após a publicação das conclusões do estudo dos técnicos da AAIT,

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requeremos ao sr. secretário da Agricultura e Pescas que nos informe:

1. Existe algum estudo sobre a densidade populacional do coelho actualmente existente na ilha Terceira realizado pela Secretaria da Agricultura e Pescas?
2. Yem o Sr. Secretário conhecimento dos valores do prejuízo causado pelo coelho nas culturas e pastagens desta Ilha?
3. Existem algumas soluções preconizadas no âmbito da Secretaria de que V. Exa. é responsável para promover o controlo do crescimento desta espécie venatória?
4. Não pensa V. Exa. que seria útil proceder à promoção de debates esclarecedores sobre esta matéria num fórum mais alargado envolvendo as associações de caçadores e de lavradores, procurando encontrar pela via do diálogo uma solução para tão antigo diferendo?

Angra do Heroísmo, 13 de Agosto de 1996.

Os Deutados do PS/Açores eleitos pela ilha Terceira, *Francisco Oliveira, Dionísio de Sousa, Ricardo Barros, Fernando Fonte, Duarte Pires*".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo resposta a um requerimento do Sr. Deputado Francisco Oliveira que se refere às "áreas de limite de exploração com pecuária."

Como se trata de elementos estatísticos escusar-me-ei de ler, ficando a mesma arquivada nos serviços competentes desta Assembleia para se houver algum dos Srs. Deputados que queira lê-la.

(O documento acima mencionado encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (*Hélio Pombo*): Resposta a requerimento emanado dos Srs. Deputados Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Ricardo Barros, Duarte Pires e Francisco Oliveira cujo assunto se reporta aos "melhoramentos previstos para o porto de S. Mateus" e é do seguinte teor:

"Encarrega-me Sua Ex^a. o Sr. Presidente do Governo de comunicar a V. Ex^a. que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, solicitou à SOMAGUE que apresentasse proposta para os trabalhos de reparação da rampa, estando a aguardar resposta"

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que se prende com o "contencioso entre a Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Sr. Hélio Bettencourt Matos - Processo de Loteamento em Angra do Heroísmo", dizendo que o "assunto está em análise e serão comunicadas brevemente as respectivas conclusões.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes".

Secretário (*Hélio Pombo*): Resposta a requerimento emanado do Sr. Deputado do Partido Popular, Alvarino Pinheiro que se refere às "condições de segurança nos voos de e para o Corvo com a torre de controle do aeroporto das Flores encerrada", resposta esta que é do seguinte teor:

Em referência ao ofício n.º 1645 do gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa Regional, relacionado com o assunto designado em epígrafe, encarrega-me Sua excelência o secretário Regional de informar V. exa., que não é "a torre de

controlo do Aeroporto das Flores que sempre tem apoiado os voos de e para o Corvo", conforme afirma no seu requerimento o deputado Alvarino Pinheiro.

As questões relativas com a segurança dos vôos de e para o Corvo não são da competência da ANA-EP, mas sim de quem assume a operação.

O aeroporto das Flores não irá abrir ao Sábado para apoiar os referidos voos.

Coms os melhores cumprimentos,

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado António Gomes que se refere à "aquisição de passagem à SATA por estudantes" e é do seguinte teor:

"Relativamente ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António Gomes, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de informar o seguinte:

1º- Por informação da SATA, Air Açores, as tarifas dos estudantes são possíveis apenas para viagens de ida e volta. Deste modo, qualquer passagem só de ida não beneficia de qualquer facilidades que obteria com uma tarifa de estudante, não sendo possível o reembolso dos descontos à posteriori conforme é referido no requerimento.

2. No entanto, a SATA tem conhecimento que, por vezes, alguns estudantes optam por tarifas apenas de ida. Nestes casos, tal como optaram no início dos estudos por tarifas apenas de ida, podem igualmente na última viagem, depois de terminarem os estudos, optar por uma viagem apenas de regresso.

3. Ao contrário do que acontece na TAP, em que as passagens com tarifas de estudante têm de ser obrigatoriamente entre o local de residência e o local de estudo, a SATA concede a facilidade destas passagens poderem ser adquiridas com início quer no local de residência quer no local de estudo.

Esta facilidade permite aos estudantes optarem sempre que seja do seu interesse, por adquirirem passagens só de ida ou ida e volta, o que na realidade acontece e por interesse dos próprios.

4. A obrigatoriedade de aquisição do bilhete com 15 dias de antecedência em relação ao início da viagem, é uma prática normal em tarifas especiais, existindo até alguns

tipos de tarifas em que a compra do bilhete é obrigatoriamente efectuada em simultâneo com a reserva.

Esta obrigatoriedade prende-se com a necessidade da existência de algum controlo sobre as reservas dos estudantes que, muitas vezes, efectuam marcações para diferentes dias nos mesmos percursos, acabando por apenas utilizar uma das reservas e faltando ao embaque em todas as outras.

Como fomenta a prática do utente, que beneficia já de uma tarifa reduzida, prejudica potenciais passageiros que pretendem viajar nos mesmos percursos, por haver indicação de que o voo se encontra completo, quando na verdade tal não acontece. Por esse facto, fica igualmente a companhia aérea penalizada pela receita que poderia usufruir dando, simultaneamente, uma imagem de ineficácia ao se comprovar que existem lugares disponíveis nos voos pretendidos.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, Carlos Pinto Lopes"

Secretário (Hélio Pombo): Resposta a requerimento emanado do Sr. Deputado do PS António Gomes, oriunda da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cujo assunto é "necessidade de admissão de funcionário para o porto da Calheta de S. Jorge", que diz o seguinte:

"Em referência ao ofício n.º 1223 do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa Regional, relacionado com o assunto designado em epígrafe, encarregame Sua Excelência o Secretário Regional de informar V. Ex'":

1. O processo de reestruturação portuária recentemente concluído a nível da Região, privilegia entre outros parâmetros, a diminuição de efectivos dos quadros das J.A.P.'s, mediante a aplicação de normas específicas para o sector.

O Porto da Calheta de São Jorge tem um tráfego comercial diminuto.

Relativamente ao sector de pesca, normalmente os custos inerentes ao serviço de limpeza, equipamento, etc. são suportados pela Lotação uma vez que, na região, a taxa correspondente ao pescado transacionado nas lotas, previsto no artigo 83.º, n.º 1 alinea d) do Decreto-Lei n.º 291/79 de 16 de Agosto, não é entregue às J.A.P.'s.

3. O acordo com o E.P.A.P., Estatuto Pessoal das Administrações Portuárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 101/88 de 26 de Março e aplicado à Região pelo

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/90/A de 3 de Fevereiro, um funcionário com a função de proceder à limpeza na área portuária não tem quaisquer poderes nem competência em matérias de fiscalização e vice-versa.

4. Nestas circunstâncias não pode nem deve a JAPH assumir um encargo fixo com um funcionário para aquele porto.

Temos, e esta é a orientação seguida em todos os portos sob jurisdição deste Junta, comprado os serviços de limpeza para as áreas que são da nossa competência, a terceiros.

Embora exista no Porto da Calheta uma limpeza ocasional executada nestas condições vamos reforçá-la na área que nos compete.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo Medeiros".

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo remessa da Proposta de DLR N.º 22/96 - "alteração do Decreto-Lei que cria os Quadros de Zona Pedagógica".

Secretário (Hélio Pombo): Da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, resposta a requerimento emanado do Sr. Deputado Francisco Oliveira que se refere às "candidaturas à reforma antecipada na agricultura". Esta resposta é composta por uma série de quadros que não são de fácil leitura, os quais eu dispensar-me-ei de ler, ficando os mesmos à disposição dos Srs. Deputados que queiram conhecer este documento nos serviços de arquivo desta Assembleia.

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Presidência do Governo remessa da Proposta de DLR N.º 23/96 - "Alterações do Orçamento da RAA para o ano de 1996".

Secretário (Hélio Pombo): Da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações resposta a requerimento dos Srs. Deputados Manuel Gil Ávila, José Maria Bairos, Álvaro Manito, José Manuel Nunes e Carlos Silva cujo assunto é "rede de ligação à Internet" e que diz o seguinte:

"Em referência ao ofício n.º 1931 datado de 96/06/13, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, relacionado com o requerimento designado em epígrafe, narrega-me Sua Ex^a. o Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transporte e Comunicações de informar V. Ex^a. para os devidos efeitos que sendo o serviço em causa prestado pela Telepac, empresa do grupo Portugal Telecom, foi contactada esta empresa, que nos transmitiu a seguinte posição: Tratando-se de um serviço de telecomunicações complementar, a sua prestação exerce-se em regime de concorrência, estando por isso sujeito às leis do mercado.

Por esse motivo, e tendo em conta que para cada "ponto de presença" adicional são necessários investimentos cuja rentabilidade tem de ser garantida, a generalização daqueles pontos tem obedecido a um plano de implementação gradual que segue o volume da procura do serviço. Refira-se que a generalização à totalidade do território nacional implicaria a criação de cerca de 1000 "ponto de presença"!

No caso do sAçores, para além do pontos correspondentes às redes de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, entrará em breve ao serviço o da horta, mantendo-se a Telepac atenta ao desenvolvimento da procura nos Açores, d emodo a que logo que esta o justifique serem criados os necessários "pontos de presença"

Finalmente, está esta Área Operacional igualmente a acompanhar de perto este assunto, de modo a transmitir à Telepac todas as informações que permitam qceler o estabelecimento de novos pontos na Região.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

(As vírgulas ficam para o fim.)

Secretário (Gaspar da Rosa): Deram entrada os relatórios das diversas Comissões Parlamentares da ALRA, de acordo com o Artº. 119.º do Regimento da Assembleia.

E ainda os seguintes relatórios e pareceres:

Comissão de Juventude e Assuntos Sociais

- Parecer sobre a Proposta de DLR N.º 22/96 - "Alteração ao Dec.-Lei que cria os Quadros de Zona Pedagógica".

- Parecer sobre a Proposta de DLR N.º 12/96 - "Alteração ao DLR N.º 24/88/A, de 19 de Maio que cria o Serviço Regional de Conciliação de Arbitragem do Trabalho".
- Parecer sobre a Proposta de Resolução N.º 10/96 "recomendação ao Governo Regional para proceder de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores".

Comissão de Economia, Finanças e Plano

- Relatório sobre a Proposta de DLR N.º 23/96 - "Alterações do Orçamento da RAA para 1996".
- Relatório sobre a Proposta de DLR N.º 24/96 - "Alteração do Art.º 2.º do DLR N.º 14/96/A, de 6 de Junho".
- Parecer sobre a Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo que proceda a compensações financeiras aos empresários agrícolas que colaboraram com as campanhas de abate de gado (brucelose)".

Presidente: Srs. Deputados, concluída a leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa, passamos aos votos que aqui estão presentes.

Começaremos pelo Voto de Saudação que irá ser apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Cabral a quem dou desde já a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados

"Voto de Saudação

Comemorou-se, recentemente, a data em que o Rei D. João V assinou o edital régio que deu início à colonização do Brasil Meridional por parte de milhares de casais açorianos.

Não é fácil fazer-se, aqui e agora, a História dessa aventura iniciada há 250 anos, onde homens e mulheres, maioritariamente oriundos das ilhas do Grupo Central dos Açores, se abalçaram ao desafio de atravessar o Atlântico Sul, ocupar terras e viver no meio de estranhas e variadas gentes e confrontados com a falta de cumprimento de atractivos transformados em engodo.

É indiscritível o que foi essa saga de há 250 anos.

Quem ler um pouco dessa História, não ficará indiferente ao sofrimento, à dor e à desilusão desses milhares de casais açorianos, que implantaram e perpetuaram no Sul do Brasil a nossa maneira de ser e de estar; os nossos usos e costumes, levados com tanto carinho para as terras do esquecimento e do nunca mais voltar.

Duzentos e cinquenta anos depois, podemos sentir orgulho pela tenacidade desse espírito açoriano que ramificou para tão longe as raízes agarradas ao basalto das nossas ilhas.

E da força anímica que os descendentes desses pioneiros sentem agora ao redescobrir as suas raízes açorianas, subvalorizadas, ou esquecidas, durante nove ou dez gerações.

E da emoção ao ver as mais altas autoridades estaduais brasileiras salientar a importância e a influência dos Açorianos no Sul daquele enorme país.

E da alma magoada ao ver o carinho com que o Professor Doutor Nereu do Vale Pereira, a expensas próprias, conserva o Museu criado por si em Ribeirão, onde, em casas com o toque desses Açorianos do Século XVIII, se guardam os mais variados objectos de uso diário, relíquias de um tempo de dor, de incerteza e de sofrimento.

E da revolta contra as duras e indiscrimináveis condições dessas viagens marítimas, onde o escorbuto e outras doenças fizeram sepultar no oceano quem transportava a terra das ilhas no coração.

E do protesto recuado no tempo, pela falta de cumprimento das promessas no papel passado a esses aventureiros que navegaram para o Atlântico Sul.

Hoje, graças ao interesse de ilustres académicos das Universidades Estadual e Federal de Santa Catarina, muitos deles assumindo agora a nona geração, esse passado emerge com uma força extraordinária: descobrem-se resquícios de ligações familiares; vasculham-se arquivos paroquiais e alfandegários; inventariam-se os nomes e as localidades de origem desses primeiros Açorianos, num trabalho notável do Professor Doutor Vilson Francisco de Farias; estudam-se usos e costumes que não se diluíram no tempo; descobrem-se influências na forma de ser e de estar dos gaúchos que percorrem, livres como o vento, as imensas pampas do Rio Grande do Sul; recuperam-se casas e Impérios do Divino Espírito Santo na açoriana cidade de Triunfo.

Na sequência, manifestamos o nosso respeito pelo trabalho e preservação dos nossos usos e costumes nos países de acolhimento.

E também mágoa. Mágoa pelo facto de muitos de nós, nados, criados e com vivência insular, não merecermos tanto esforço, tanto interesse, tanta dedicação que esses nossos irmãos ainda demonstram por estas ilhas, que lhes serviram de berço e onde estão enterrados os ossos dos que lhes deram a vida...

É por isso, essencialmente por isso, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda não só a memória desses pioneiros que colonizaram o Brasil Meridional, fizeram ilhas num continente inóspito e desconhecido, mas também se reverencia perante o ressuscitar das nossas raízes, 250 anos depois, face ao orgulho dos que herdaram a honra de ter sangue temperado pela neblina feita de babugem das ondas do mar que abraça as nossas ilhas.....

Horta, Sala das Sessões, 5 de Setembro de 1996

Os Deputados, *Jorge Cabral, Victor Cruz, Rui Melo, António Almeida, Ana Gomes Silva,*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para nos associarmos ao Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Pensamos que é de saudar todos aqueles que lá longe, no caso concreto na zona meridional do Brasil, levaram as nossas tradições, usos, costumes e a nossa língua.

É, efectivamente, impressionante, tal como é aqui referido pelo Sr. Deputado Jorge Cabral, que passadas nove gerações, existam açorianos que continuem a manter essas tradições tão longe, de modo tão afastado e com elos de ligação há tanto tempo cortados.

É impressionante esse facto e é de saudar, é de pensar-se seriamente neste esforço destes nossos irmãos de sangue.

É de facto maravilhoso pensar-se como foi possível que coisas desta natureza tenham acontecido.

São todas estas razões, e muitas outras haveriam, para votarmos favoravelmente este Voto de Saudação.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar este Voto de Saudação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a apreciar um Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a sua apresentação.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

No passado dia 3 de Julho faleceu, em Ponta Delgada, António Albuquerque Jácome Correia, figura destacada da vida social e política dos Açores.

Autonomista convicto, o Dr. António Jácome Correia prestou relevantes serviços à Região e ao seu processo de Governo Próprio.

Logo em 1975 integrou a Junta Regional dos Açores, como Vogal da Agricultura e Pecuária, onde revelou toda a sua competência, ponderação e bom senso no âmbito da sua área de actuação tendo ainda com a sua personalidade, seriedade e capacidade de diálogo contribuído decisivamente para a boa orientação dos trabalhos da Junta Regional dos Açores num período de reconhecida dificuldade para a vida do Arquipélago e do País.

Na I Legislatura desta Assembleia Legislativa o Dr. António Jácome Correia exerceu as funções de Deputado Regional, na Bancada do CDS, onde grangeou o respeito e a consideração de todos os Parlamentares, com a sua sóbria postura de rigor, competência e fino trato.

Descendente de uma ilustre família micaelense o Dr. António Jácome Correia, gozava de grande estima e respeito de todos os que tiveram a felicidade de o conhecer ou com ele privar.

De uma simplicidade própria dos homens superiores, com todos sabia tratar numa vivência que o aproximou das populações do meio rural através do exercício profissional das funções de Médico Veterinário Municipal na Lagoa e Ponta Delgada. Membro da irmandade do Senhor Santo Cristo, o Dr. António Jácome colaborou com instituições de carácter social e cultural.

Há bem pouco tempo aquele ilustre açoriano publicou um trabalho sobre o Convento da Caloura a que estava física e sentimentalmente ligado.

Com o seu desaparecimento a Região perdeu um dos seus melhores filhos.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Popular CDS/PP, propõe que a Assembleia Legislativa Regional, em representação do Povo dos Açores, aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Albuquerque Jácome Correia que, com a sua exemplar postura, muito contribuiu para o progresso da nossa terra, servindo-a com dignidade, amor e competência".

Horta, Sala das Sessões, 5 de Setembro de 1996.

A Representação Parlamentar do Partido Popular, *Alvarino Manuel Meneses Pinheiro*".

Sr. Presidente, no momento em que se está a comemorar o 20º aniversário da autonomia constitucional, proponho a V. Ex^a. que, de imediato, esta Assembleia guarde 1 minuto de silêncio, como sinal de homenagem, saudade e respeito por todos os Srs. Deputados desta Assembleia já falecidos, nomeadamente Dr. Almeida e Sousa, Eng. Angelino Páscoa, Eng. Fernando Monteiro, Dr. Melo Alves e Dr. Jácome Correia.

Julgo que não me esqueci de nenhum.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro formulou aqui uma proposta sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião dos líderes de cada uma das bancadas com assento parlamentar, no que respeita à questão de se guardar 1 minuto de silêncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para me pronunciar em nome do Grupo Parlamentar do PSD sobre este Voto de Pesar. E já que fui instado a pronunciar-me sobre o minuto de silêncio, naturalmente associamo-nos à sugestão feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, guardando um minuto de silêncio pelos ilustres deputados que já faleceram, agora que se acaba de festejar os 20 anos deste Parlamento.

Depois, quando entender, usarei da palavra para pronunciar-me sobre o Voto de Pesar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamo-nos associar também a essa sugestão dada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Desde já inscrevo-me para usar da palavra sobre o Voto de Pesar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PS também associa-se a essa sugestão, honrando a memória dos deputados nossos colegas já falecidos.

Presidente: Assim sendo, a Assembleia irá guardar de seguida um minuto de silêncio em memória dos deputados que passaram por esta Casa e que já faleceram.

(Foi guardado, de imediato, um minuto de silêncio, honrando a memória dos Srs. Deputados que fizeram parte da Assembleia, já falecidos).

Presidente: Posto isto, vamos dar continuidade à discussão sobre o Voto de Pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com profunda emoção que me pronuncio, neste momento, sobre o Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular.

Na realidade, esta proposta refere-se a uma pessoa com a qual mantive profundas relações de amizade, apesar da diferença de posturas ideológicas, da diferença de idades e de estilos.

Uma grande amizade e um enorme respeito mútuo, entre eu próprio e o Sr. Dr. Jácome Correia.

Intelectualmente, era um grande senhor.

A nível pessoal, era uma pessoa de finíssimo trato, de uma educação e de uma amabilidade fora do comum.

Como técnico, todos os que dele necessitaram ou todos aqueles que com ele conviveram, profissionalmente, o admiraram, pela sua profundidade, pelo acompanhamento que fazia no que diz respeito à evolução científica e técnica, relativas à sua actividade profissional.

Desta tribuna, quero prestar a minha mais sentida homenagem ao ilustre açoriano que foi o Dr. Jácome Correia, associando-me ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra para participar na discussão o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se à justiça subjacente ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular.

O Dr. António Jácome Correia foi um homem competente na sua profissão, sério na sua vida e trabalhador atento e respeitador das regras do regime democrático e da autonomia.

O Dr. Jácome Correia abraçou o projecto autonómico desde o início, com destaque para a sua participação da Junta Governativa e veio depois, diante de muitas outras ocupações que teve na vida, a ocupar um assento nesta Casa.

Embora seja jovem, tenho também na memória uma referência muito positiva como homem político, sério, competente e dedicado.

E quando as homenagens se fazem, infelizmente sob a forma de votos de pesar, a fronteira entre aqueles que se distinguem e aqueles que se não distinguem, está no seguinte: o Dr. Jácome Correia foi respeitado pela forma como exerceu o poder e nunca pelo poder que teve.

É isso que distingue os homens com prestígio político, como foi este ilustre açoriano.

O nosso pesar e naturalmente o nosso voto favorável ao Voto apresentado pelo Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cabe-me a triste missão de reconhecer a amargura e a tristeza também que nos perpassa a alma, especialmente por parte de quem privou muito de perto com o Dr. António Jácome Correia e que também aprendeu muito para aquilo que veio a ser a actividade política que desenvolveu na Região, em função de um ano crítico, em que eu, tal como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, promotor deste Voto de Pesar em nome do PP, tivemos o privilégio de ter com ele.

Nos tempos da Junta Regional - e permitam-me que faça essa recordação - que não foram fáceis, o Dr. Jácome Correia habituou-se a ser o mentor, o orientador, o conselheiro que voluntariamente ajudava os mais novos (eu na altura tinha 20 e poucos anos) e ele que não me conhecia, batia-nos à porta muitas vezes, para dizer "atenção, cuidado, nós temos um trabalho muito difícil à nossa frente!".

A vida permitiu que nós pudéssemos continuar a desenvolver relações de amizade durante muitos anos, até há muito pouco tempo, e tive a oportunidade de, como deputado, poder reconhecer as qualidades do grande homem, especialmente do português, do açoriano, que nunca voltou a cara às responsabilidades que aceitou desempenhar como homem que sempre se prestou, livremente, a dar a cara e a prestar um serviço público em todas as funções que desempenhou.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, e com a tristeza que me vai na alma, associamo-nos completamente ao espírito do Voto de Pesar que se estendeu também, e julgo com um gesto de preencher alguma omissão da nossa parte relativamente a outros deputados que não podem mais estar connosco, e que também honraram esta Casa, pela sua honorabilidade e pelo serviço prestado à causa da Autonomia.

A todos eles, prestamos a nossa homenagem e guardamos também muito pesar pelo seu desaparecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Popular, como Deputado Independente e homem ligado à agricultura, não poderia deixar de me associar a ele, por um lado, e por outro, em jeito de despedida, queria deixar aqui nesta Câmara um alerta.

Eu penso que há que ter cuidado com a emissão dos votos de pesar.

Não sei se o Partido Popular teve o devido cuidado ao trazer este Voto de Pesar, com a família do Dr. Jácome Correia.

Há que ter muito respeito, quando se faz votos de pesar, pelas pessoas que morrem e pelas respectivas famílias que sentem a falta dessas pessoas.

Todos os partidos falaram de uma maneira que... se tivesse lenços talvez tivesse distribuído pelas pessoas para enxugarem as lágrimas. Mas sinceramente - desculpem-me - não sei se houve algum cinismo por parte de determinadas pessoas, porque não se brinca com aqueles que morrem e muito menos fazer política - desculpem a minha frontalidade!

Presidente: Concluída a discussão do Voto de Pesar, passamos à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo mais votos presentes na Mesa, vamos dar início às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma intervenção.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta Assembleia já tem vinte anos. Vinte anos de menoridade fomentada pelas sucessivas maiorias PSD. Vinte anos de menoridade exacerbada por um governo que sempre subalternizou o Parlamento Açoriano.

É tempo de se afirmar no coração dos Açorianos como a instituição central da Autonomia.

Esta Assembleia é filha da Autonomia Democrática e deve ser dignificada perante os Açorianos.

A democracia afirma-se com instituições prestigiadas e fortes.

Desprestigiar a Assembleia e os seus deputados é minorizar a autonomia democrática.

A opinião pública tem criticado a falta de zelo e de trabalho dos deputados e também as suas regalias. A verdade é que no Governo e nas empresas públicas há cargos de nomeação política desconhecidos da população com mais regalias e menos responsabilização política.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs nesta legislatura que se criassem as condições para que os deputados trabalhem mais, reunindo o Plenário mensalmente e melhorando as condições de trabalho nas Comissões.

Esta é uma das medidas que podem dignificar a Assembleia aos olhos dos Açorianos. Mas nem tudo depende do regimento interno da Assembleia. Responsabilizar o deputado perante o seu círculo eleitoral e não apenas perante o aparelho partidário é outro caminho para que os Açorianos dêem por bem empregar o que se gasta nesta Assembleia. O método de eleição dos deputados à Assembleia Legislativa Regional deve manter os círculos eleitorais de Ilha e aplicar melhor o princípio constitucional da proporcionalidade introduzindo um círculo eleitoral regional.

A abertura do processo de candidatura a independentes é outro dos processos que alguns propõem para abrir o parlamento à sociedade civil. Este processo tem o inconveniente de retirar dos partidos a pressão da opinião pública para que se reformem e reformem o regime político-partidário. A aproximação à democracia directa corre o perigo de se transformar num alibi face à grande diferença de meios que separam os partidos dos cidadãos.

Uma outra forma de dignificar a Assembleia é fortalecê-la face ao executivo. Fazer sair o governo da Assembleia eleita e fazer evoluir o actual método de escolha do governo requer que todos os membros do Governo sejam obrigatoriamente deputados eleitos. O actual processo eleitoral indicia um pequeno movimento nesse sentido, porque pela primeira vez todos os candidatos a Presidente do Governo Regional são igualmente candidatos a deputados encabeçando as listas pelo círculo eleitoral de S.Miguel.

Escolher o Governo de entre os membros do Grupo Parlamentar do partido mais votado, contribui igualmente para dignificar a oposição parlamentar atribuindo aos seus porta-vozes sectoriais o estatuto de membros do "Governo sombra".

Esta reforma contribuiria igualmente para melhorar a qualidade dos candidatos a deputados, obrigando os partidos a reforçar o perfil técnico e a experiência profissional dos seleccionados pelas estruturas partidárias. O aperfeiçoamento do processo de selecção partidária introduzindo o método de eleições primárias entre os eleitores registados, contribuiria igualmente para a transparência do processo político.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A dignidade desta Assembleia depende da qualidade do trabalho dos seus deputados e das propostas que apresentam nesta Assembleia em representação do seu círculo eleitoral. Por isso, cada um de nós deve-se perguntar qual o seu contributo nesta legislatura para fortalecer o parlamento regional.

Neste fim de legislatura venho a esta tribuna relembrar algumas das propostas que aqui defendi e algumas das que me proponho defender na próxima legislatura se for eleito.

Salvaguardar o rendimento dos agricultores e aumentar a competitividade dos produtos açorianos foram alguns dos compromissos que assumi perante os eleitores. Por isso, defendi e propus a construção dos matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira. As propostas do GPPS que incluíam estes projectos nos planos de 1995 e 1996 foram rejeitadas pelo PSD.

Os eleitores em geral e os lavradores em particular que avaliem agora quem tinha razão.

Outras propostas rejeitadas pelo PSD foram os projectos de ordenamento agrário para ST. Maria e S. Jorge que previam a construção duma rede de abastecimento de água à lavoura e a construção de caminhos rurais.

No sector das pescas tivemos a alegria de ver aprovadas duas propostas que defendemos dentro e fora da Assembleia:

(i) a construção dos portos de pesca da Ribeira Quente e de Rabo de Peixe em S. Miguel ;

(ii) O Fundo de Garantia Salarial dos Pescadores que depois de ser rejeitado nos planos de 1995 e 1996 foi finalmente aprovado por todos no seguimento de forte pressão política e das associações de classe.

No apoio às empresas a introdução de alterações no projecto do SIRALA apresentado pelo Governo que permitiram a participação das Câmaras Municipais e as Câmara de Comércio na gestão do sistema de incentivos foram conseguidos após debate neste plenário.

No sector da Educação não posso esquecer a proposta de construção da Escola Secundária da Lagoa e da Horta que continuaremos a defender na próxima legislatura até à sua inauguração e entrada em funcionamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A experiência de duas décadas de Autonomia demonstrou que, três dos aspectos centrais da nossa Autonomia, isto é, a sua competência legislativa, o seu sistema de financiamento, e a eleição e funcionamento da Assembleia Legislativa Regional, são insatisfatórios e carecem de reforma.

A hora é de participação e de reforço da Autonomia, não podemos adiar a reforma do regime e a sua dignificação para que não se perca a esperança na Nova Autonomia.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

Deputado Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A educação e os seus problemas foram sempre o motivo central das minhas intervenções nesta Legislatura. Sendo a última vez que falarei nesta Câmara, é novamente a Educação o móbil que me leva a intervir.

Neste fim de século, em que tantos problemas afectam os nossos jovens e onde a falta de projectos que lhes antecipem o futuro e o tornem aliciante é grande, torna-se necessário repensar a política educativa, tanto a nível central, regional e até de escola individual.

O desfasamento da escola em relação às necessidades de uma sociedade em acelerada mudança e a cada vez maior exigência dessa mesma sociedade em prover os seus quadros por pessoal qualificado, levam-nos a verificar que o "mais escolas" não é

sinónimo de melhor aprendizagem e mostram-nos como o sistema educativo actual é contraditório.

A reconceptualização da Escola e do seu papel na comunidade é, actualmente o tema central das novas Ciências da Educação, que atribuem às escolas novas responsabilidades, principalmente a elaboração de projectos educativos.

Mas enquanto não for dada a verdadeira autonomia às escolas, como se pode ler no Decreto-Lei n.º43/89, de 3 de Fevereiro " a autonomia da escola caracteriza-se pela elaboração de um projecto educativo próprio constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere "

Como podemos ver pela leitura deste extracto do Decreto lei, não se podem generalizar por um padrão único os projectos educativos, porque cada escola é diferente de outra e só com uma verdadeira autonomia se consegue realizar plenamente aquilo a que se propõe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os recentes resultados nacionais dos alunos do 12.º ano que fizeram as provas de acesso ao ensino superior, mostram, sem margem para dúvidas, que as decisões tomadas em gabinetes estão desfasadas daquilo que realmente se passa nas escolas.

Os alunos que concluíram com aproveitamento o 12.º ano, provaram que estavam aptos a possuir um diploma de fim de curso. Todavia, muitos deles não conseguiram a admissão nas Universidades, ficando na situação caricata e invulgar de não poderem voltar às escolas, uma vez que já concluíram o ensino secundário e assim podem até "esquecer" aquilo que já sabiam dificultando-lhes ainda mais o novo acesso.

Achamos que é necessário criar turmas especiais que ocupem esses jovens, porque deixá-los um ano lectivo inteiro à deriva os resultados podem ser desastrosos. Não basta em tempo de eleições dizer que a educação é uma paixão, para em seguida deixar os apaixonados completamente abandonados. Se não forem tomadas medidas neste sentido a nível central, é imperioso que a nível Regional se faça alguma coisa por estes jovens, porque como diz o ditado "mais vale prevenir do que remediar".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Outro assunto bastante preocupante e que mexe com as bolsas dos nossos cidadãos é o dos preços dos livros escolares.

Em S.Miguel uns pais compraram para dois dos seus filhos que frequentam o 7º e o 11º ano, os conjuntos de livros designados por uma escola de Ponta Delgada, o custo dos mesmos foi de 40.000 escudos.

Os mesmos pais têm um filho que vai frequentar o 10.º ano, mas de um agrupamento que não existe na escola onde estão os irmãos a estudar, mas numa outra que se situa mais ou menos a 500 metros e cujos livros adoptados não são os mesmos.

Que dizer de semelhante situação? Que orçamento familiar pode aguentar com estas verbas?

Achamos que numa cidade como Ponta Delgada, com apenas 3 escolas secundárias se deveriam reunir os professores dessas três escolas, por grupos disciplinares e escolherem o mesmo livro para a mesma disciplina, para não acontecerem situações como as que acabei de descrever.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Não sei se os açorianos vão ser chamados a pronunciarem-se sobre a dobragem ou legendagem dos filmes e séries de televisão, pelo menos da estatal .

Nós como professores somos contra a dobragem pelas seguintes razões:

1 - muitas vezes as legendas são o único exercício de leitura que muitos alunos fazem.

2- sendo as línguas estrangeiras, pelo menos uma, de ensino obrigatório nas nossas escolas, e os métodos audio-visuais os mais aconselhados para a aprendizagem das mesmas, não nos parece nada aconselhável privar os nossos alunos da audição da correcta pronúncia daqueles que as falam nas séries televisivas.

Muitas outras razões podia ainda apresentar, mas já não têm a ver com a questão pedagógica, mas de gosto pessoal, por isso vou-me abster de as pronunciar.

Julgo que os açorianos deveriam ter uma palavra a dizer sobre este assunto, precisamente por estarem ligados por laços familiares a pessoas que se encontram em países que falam uma das principais línguas estrangeiras ensinadas nas escolas dos Açores.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP ao tomar conhecimento do convite enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, no sentido de se fazer representar nas grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra, acompanhado por um deputado de cada partido representado nesta Assembleia, imediatamente se dispôs a integrar a deputação. Assim, tivemos a possibilidade de estar presentes em Fall River nesta grande iniciativa, que junta as tradições religiosa e popular, bem como características das festas do Divino Espírito Santo que se continuam a realizar em todas as localidades da nossa Região e que os nossos emigrantes levaram consigo para tão longe, dando-lhes uma grandeza e um esplendor que tornam estas festas de Fall River as maiores Festas do Espírito Santo que se efectuam onde quer que seja.

Estas foram as 10^{as} Festas, iniciaram-se na quinta-feira, tendo decorrido na sexta a benção das pensões. No sábado efectuou-se um cortejo etnográfico que percorreu as principais ruas da cidade, terminando no Kennedy Park, onde se efectuou de imediato um "bodo de leite" tal como nos acostumámos a ver na nossa meninice e cuja tradição, entre nós e em algumas ilhas, tem deixado de efectuar-se com a frequência com que se efectuava há alguns anos.

O referido cortejo etnográfico é sem dúvida uma impressionante manifestação de portuguesismo, à maneira açoriana, com representações dos mais diversos recantos dos Estados Unidos, através de manifestações de cariz popular, desde os carros alegóricos, aos grupos musicais e filarmónicas até aos mais diversos anúncios das iniciativas comerciais da Comunidade Portuguesa, registando-se também a presença de um grupo folclórico e filarmónicas provenientes da nossa Região.

No Domingo, a Missa Solene à qual se seguiu a procissão, é a ilusão que estamos presentes numa festa religiosa dos Açores; a missa concelebrada pelos bispos de Fall River, de Leiria-Fátima e de New Bedford, foi cantada pelo Grupo Coral da Terra Chã de Angra do Heroísmo e incluiu coroação. Na procissão incorporaram-se por volta de uma centena de organizações das mais diversas localidades dos Estados Unidos, Canadá e da nossa Região.

A presença nestas festas de um stand da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente é, em nosso entender, uma iniciativa louvável, onde a presença institucional da Região é sentida por todos os que vão ao Kennedy Park e teve, este ano, uma dedicação e empenho assinaláveis por parte do funcionário enviado pela Região. Em nosso entender, uma manifestação tão grande, envolvendo tanta gente, saudosa da sua Região, merecia também a presença do próprio titular da Secretaria.

Na Segunda-feira e no restaurante "Vénus de Milo" realizou-se o jantar de encerramento das festas com a presença de mais de um milhar de pessoas.

Quero referir o modo acolhedor, afável e simpático por parte da Comissão das Festas, salientando a amabilidade com que fomos tratados pelo Senhor Heitor de Sousa, um dos grandes obreiros destas Festas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Para quem, pela primeira vez, teve a ocasião de conviver com aqueles que trabalhando tão longe, mantêm tão perto a nossa língua e as nossas tradições, nunca mais poderá esquecer o modo como estes nossos concidadãos continuam lá, a pensar na Ilha que um dia deixaram, e o modo como procuram, no seu dia a dia, viver a saudade da sua Terra. Em Fall River, entrar na Tabacaria Açoreana, é como se entrássemos num grande restaurante de Ponta Delgada, com um esmerado serviço e a simpatia e o acolhimento de quem sabe receber, do seu proprietário o Sr. Alfredo Alves.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Para além dos contactos estabelecidos durante as festas, tive oportunidade de conviver com açorianos, residentes naquela área, muitos dos quais naturais da Ilha das Flores, os quais mercê das suas qualidades de trabalho, inteligência e dedicação, conseguem ter um nível de vida que lhes permite uma vivência desafogada.

No entanto, algumas preocupações existem e a recente lei sobre a Assistência Social (Lei de Reconciliação do Orçamento do Welfare) prejudica os imigrantes, essencialmente nos seus direitos aos apoios sociais.

Verifica-se a preocupação, por parte da comunidade imigrante de adquirirem a cidadania Norte-Americana e queremos salientar este facto, que permitirá aos novos cidadãos usufruírem de todos os direitos que a sua cidadania lhes confere.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Estamos a terminar esta Legislatura, mas no futuro parece-nos que esta Assembleia tem de repensar um estreitamento no relacionamento com os açorianos que vivem e trabalham lá fora. Temos o dever de lhes levar o abraço irmão da nossa Região, visitando e dialogando com todas as suas organizações, quer sejam religiosas, culturais, sociais ou desportivas.

Em nosso entender, esta Assembleia deveria procurar estreitar a cooperação e o diálogo com aqueles que tendo emigrado ou sejam descendentes de emigrantes, desempenham cargos políticos e defendem os direitos e os interesses dos seus e nossos concidadãos, representando-os nas mais diversas instituições do Estado.

A nossa Região tem o dever de se esforçar no sentido de contribuir para que aqueles, que lá, continuam a aprender a falar, ler e escrever a nossa língua, possam ser ajudados e apoiados.

Também será de incentivar que cada vez um maior número de jovens descendentes de emigrantes continuem a falar, ler e escrever português e, se se avançasse com intercâmbio entre estudantes e professores, seria uma medida, em nosso entender, positiva.

Todo o intercâmbio cultural que se efectua, pensamos que deve continuar e até ser reforçado. Igualmente seria de pensar em estimular um intercâmbio desportivo cada vez mais assíduo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Não tenho dúvidas que a generalidade dos emigrantes açorianos que vivem naquelas paragens consegue ter um nível de vida que não teria na nossa Região. Mas, não posso deixar de pensar que só nas paragens que visitei vivem mais florentinos do que vivem hoje nas Flores. Isto aumenta a responsabilidade que todos nós temos, de

esforçarmo-nos **todos**, cada vez mais, no sentido de continuarmos a melhorar a nossa qualidade de vida em todas as Ilhas da nossa Região, para que aqueles que aqui ficam não continuem a ter necessidade de emigrar, antes tenham condições para nos Açores poderem construir uma sociedade de progresso e desenvolvimento, com boa qualidade e bom nível de vida, porque aqueles que um dia emigraram, apesar das suas boas condições de vida, continuam a viver com saudade da sua Ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos em época de balanço. E entendemos que caberá àqueles que têm acompanhado os trabalhos da Assembleia, e no fundo a todos nós que durante estes 4 anos aqui trabalhámos, ter uma apreciação do que foi esta Legislatura e aquilo que cada um prestou nesta Casa.

Queríamos apenas referir que, em consciência, tentámos fazer o melhor que sabíamos e o melhor que podíamos.

Tentámos ser uma oposição suficientemente activa, frontal, crítica, mas também o suficientemente construtiva para podermos sair desta Legislatura com a convicção que contribuímos para aquilo que desta Casa saíu durante 4 anos.

Em nosso entender, há muito de colectivo, de conjunto, em relação ao que foi produzido por esta Assembleia e cujos efeitos, também eles muito positivos, fizeram-se sentir por esta Região fora.

Também temos consciência de que muitas das sugestões e alertas propostos e que deixámos durante 4 anos nesta Assembleia, eventualmente não tiveram o acolhimento maioritário, mas num ou noutro caso, possivelmente se o tivessem tido, também teriam dado um contributo válido para a obtenção de um objectivo global que é o de promover o bem estar e o desenvolvimento da nossa gente.

Vêm aí as eleições. Pela nossa parte, vamos mais uma vez participar nas mesmas. E queríamos, desde já, despedirmo-nos daqueles que não voltam a candidatar-se, e são alguns. Alguns com obra feita nesta Casa e na Autonomia.

Queríamos também desejar aos que conosco mais uma vez vão lutar por representar a nossa gente, que tudo lhes corra pelo melhor.

No meu círculo eleitoral, parece que as coisas estão facilitadas. E estão facilitadas porque, apesar da lei determinar a distribuição de 10 lugares, parece dado assente - por aquilo que se ouve - que 9 já estão distribuídos antes das eleições. E como 9 já estão distribuídos, resta 1 lugar. E como para esse lugar há 3 forças concorrentes, a situação não é fácil.

(Risos da bancada do PS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É que, infelizmente, nos Açores e nas eleições, por ora, o que se discute é o número mínimo dos lugares legalmente atribuídos. E todos temos consciência disso.

Relativamente, e para que não desconfiem da passividade que caracteriza esta intervenção, vamos ter que fazer uma pequena apreciação à acção do Governo e aí, possivelmente, as perspectivas já não são as mesmas.

O Partido Popular está preocupado com a forma como o executivo decidiu terminar este seu mandato, que não era bem dele era do executivo anterior, e ele por força das circunstâncias, ficou incumbido de terminar os últimos meses.

Por um lado, eu julgo que é saudável assistir-se a uma relativa boa execução dos propósitos anunciados há 4 anos. Isto é, se tivermos em linha de conta tudo aquilo que o Governo manifestou de intenção nos últimos 2 meses, praticamente corresponde àquilo que o Governo propunha fazer durante os 4 anos.

O que se revelou desagradável, perigoso e parece-nos politicamente incorrecto, foi que durante os primeiros 3 anos e meio praticamente não se implementou aquilo a que o Governo estava obrigado e comprometido perante esta Casa e nos últimos 6 meses, o Governo informou os açorianos que tinha intenção de fazer um conjunto de coisas para as quais estava comprometido.

Só que o que se assiste é apenas a abertura de concursos, lançamentos de concursos para projectos, lançamentos de futuras primeiras pedras. E o resultado prático?

O grau de execução material da acção governativa - reconheçamos! - é baixo e foi negativo.

O Governo vai deixar um compromisso que é um grande compromisso, para a futura administração.

Eu gostaria de saber, se ainda houver possibilidade para tal durante o dia de hoje, se é possível ao Sr. Presidente do Governo ou a Sr^a. Secretária das Finanças dar uma ideia a esta Câmara do que é que está comprometido, orçamentalmente, em matéria de investimentos para 1997?

E não vale a pena referir 1996, porque o Secretário Regional das Finanças neste ano não vai ter preocupações. Mas sim o Secretário Regional que estiver em 1997 é que as vai ter, e nos anos subsequentes, bem como alguns dos Secretários das diversas tutelas.

Eu não quero dizer que esteja a acontecer em 1996 o que aconteceu em 1992. E alertei, nesta Assembleia, para o perigo do que agora está acontecendo, embora com a noção de que o drama de 1992 e as consequências que isso acarretou para a Região, constituía alerta suficiente para que ninguém o repetisse agora. E, por conseguinte, o Governo - também estou certo! - saiu avisado, bem como todos nós autonomistas, do que se passou em 1992. Ninguém quer que isso se repita nesta Região!

Porém, eu também ainda não sei bem o impacto do que se está a passar em 1996. Porque em 1992, quando chamámos a atenção do Governo para isso, ele aparentemente tranquilizou-nos, ou seja, disse-nos que o impacto seria regular e não o foi.

Seria muito desagradável, inclusivamente se o PSD, por hipótese, ganhasse as eleições, que fosse o próprio Partido Social Democrata a ter que novamente em 1997 e 1998 dizer aos açorianos que não podia executar aquilo que lançou, pôs a concurso e promoveu em 1996, porque não há meios para isso, porque isso ultrapassaria as capacidades da Região.

A política exige um princípio de seriedade. E o que esta administração está fazendo, embora tenha legitimidade para o fazer, moralmente e eticamente - desculpem-me Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo - é muito duvidoso!

É muito duvidoso porque, qual será a razão pela qual se lança a abertura de um concurso a 3 semanas das eleições?! Uma abertura de um concurso que diz respeito a um projecto que está em plano há 10, 12 e 16 anos?! E que o Governo não foi capaz...

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que terminasse, pois o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu, um projecto que o Governo não foi capaz de o executar durante o seu mandato que era de 4 anos?!

Era sobre este tipo de consequências que a filosofia adoptada mais uma vez por esta administração, pode ter para o futuro dos açorianos e era esta preocupação que nós queríamos aqui deixar honesta e sinceramente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado e, repito, desejo a todos, especialmente àqueles que não regressam a este Parlamento, as maiores felicidades profissionais e pessoais e àqueles que vão lutar por um lugar neste Parlamento, uma boa campanha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma palavra que venha tranquilizar o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Este Governo que vai cumprir um ano de existência, trouxe a esta Casa um programa, trouxe um plano anual que foi aqui aprovado. E é esse programa e esse plano que têm vindo a ser cumpridos.

Efectivamente, existem algumas coisas que já vinham a ser trabalhadas nalguns projectos e foram mais cedo, naturalmente, lançadas a concurso, outras existem que até foram introduzidas pelo próprio Governo, como alterações, neste Plano de 1996, começaram a ser trabalhadas nessa altura, ou seja, após a publicação do Plano e Orçamento, portanto só agora estão prontas para serem lançadas a concurso.

O Governo tem legitimidade para fazer, aliás como muito bem reconheceu o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e fá-lo com a tranquilidade de quem está a cumprir o mandato que se esgota no dia em que legalmente se esgotar.

Por outro lado, também para tranquilizar o Sr. Deputado, nós temos vindo a trabalhar dentro das verbas que aqui foram aprovadas por esta Assembleia. E como também é do conhecimento do Sr. Deputado, os contratos das empreitadas que são celebrados, têm que sempre ter o valor do seu cabimento e vão ao Tribunal de Contas para serem visados.

Portanto, não creio que o Governo - e estou a tranquilizá-lo - seja de que forma for, venha a exorbitar daquilo que pode e deve fazer.

Por outro lado, o Sr. Deputado por si próprio, inicia a sua intervenção afirmando que de alguma forma o Governo fez pouco ou nada e já no final mostra-se preocupado, porque esse mesmo Governo está a fazer demais.

É uma questão que - só para chamar a atenção da Câmara - nestas coisas "a bota tem que jogar com a perdigota".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Presidente do Governo, sobretudo a sua fase final, em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, peca por falta de realismo e alguma demagogia. Porque o Sr. Presidente sabe muito bem - basta ler o último comunicado do último conselho de Governo - que o está a ser aprovado são propostas, são estudos, são lançamentos de obras.

Que não vai ser este Governo que vai realizar, que não vão ser financiados pelo orçamento aprovado nesta Assembleia, mas são obras que vão ser realizadas e serão financiadas por um governo e por um orçamento a aprovar numa futura Assembleia.

Portanto, não faz sentido o Sr. Presidente do Governo vir aqui dizer que há uma contradição, "acusam-nos de fazer pouco e agora voltam-nos a acusar de fazer alguma coisa"!

Não, Sr. Presidente!

O que é verdade é que não o fizeram e agora tentam "tapar o sol com a peneira", aprovando coisas que não realizaram!

Tenho dito.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sou uma pessoa calma e gostava de afirmar, em primeiro lugar, que não faço demagogia.

Em segundo lugar, também gostaria de dizer que até ao dia em que legalmente este Governo entrar em gestão, por força do acto eleitoral, ele tem legitimidade para governar.

O Governo comprometeu-se perante esta Câmara, com um programa e com um plano. E cumprirá até ao último dia, esse programa e esse plano.

É evidente que qualquer que seja o governo que venha a seguir, vai ter que dar continuidade àquilo que está a ser feito, porque essa é a trajectória das coisas.

Se entretanto o governo que vier a seguir, não quiser dar continuidade ao que está a ser feito ou àquilo que está a ser realizado, bem... há-de ver aprovado nesta Câmara um novo plano, um novo plano a médio prazo, um novo programa que diga o que é que vai ser feito ou o que não vai ser realizado e há-de assumir essa responsabilidade. É assim que tem sido até aqui e é assim que deve ser e por esse mundo fora, porque são soluções de continuidade nesta matéria.

As coisas que estão em andamento são para se continuarem, a menos que quem vier a seguir, queira assumir essa responsabilidade. Isso já não é com quem tem a responsabilidade e o compromisso de fazer aquilo com que se comprometeu.

O errado seria este Governo ter vindo aqui em Outubro, e posteriormente no mês de Janeiro, aprovar um programa e submeter a esta Assembleia uma proposta de plano e orçamento, e depois fechar essa mesma proposta de plano e orçamento e dedicar-se à administração corrente da Região até ao fim do ano, só porque este é um ano eleitoral.

Sr. Deputado, uma coisa é utilizar o plano e o orçamento para finalidades que não têm nada a ver com aquilo que está consignado e outra coisa é realizar os compromissos que aqui foram aprovados pela Assembleia!

E os compromissos, depois de aprovado o plano e o orçamento, não são do partido A nem do partido B. São um mandato desta Assembleia!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu não lhe posso dar a palavra, porque o seu tempo esgotou-se aquando da sua intervenção na tribuna.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos comemorando vinte anos de regime autonómico, democrático e parlamentar na nossa Região.

Com alguma pompa e simbolismo, a juventude destas nove ilhas, conseguiu que, pela primeira vez, as bancadas parlamentares dos diversos partidos que, por eleição livre dos cidadãos açorianos, aqui representam todo o povo, de Santa Maria ao Corvo, também lhes tenham dado guarida e acolhimento parlamentar.

Outrossim e ao mesmo tempo esta Assembleia ouviu os *ecos* dos seus anseios, interrogações e aspirações.

É um marco histórico na nossa vida parlamentar e foi uma etapa inolvidável no caminhar duma juventude que, **não tendo conhecido o tempo de obscurantismo, antes da Primavera de Abril de 74, caminha firmemente em busca duma identidade de ilhéu e açórica.**

Fica a experiência sentida e vivida por toda aquela juventude que, ontem, aqui também foram representantes da Juventude Açoriana.

As nossas homenagens e a afirmação da nossa compreensão e solidariedade para que a Juventude Açoriana consiga ver a curto prazo concretizadas muitas das suas justas aspirações e minoradas significativamente as causas das suas muitas incertezas e ansiedades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma Legislatura se conclui nesta Casa.

Embora tenhamos procurado imprimir, da nossa parte, o maior dinamismo possível à nossa actuação, nem sempre tal foi conseguido.

É que chega a ser desmobilizador para qualquer agente político, **perceber que existem "forças ocultas" que encapotadas sob uma falsa *bonomia* e sorriso fácil,** foram protelando e desviando habilidosamente o poder reivindicativo de Deputados e populações, **afim de conseguirem intentos que apenas vão beneficiar**

algumas partes bem definidas (ou mesmo ilhas) dum todo regional, cuja unidade, tão apregoada, fica, com procedimentos destes, irremediavelmente posta em causa.

Assim também aconteceu recentemente, em Julho, com a visita oficial que o Governo Regional dos Açores, por imposição estatutária, se viu *obrigado* a efectuar à ilha do Pico.

Adiaram-se resoluções importantes, do que é exemplo a obra de reforço do molhe-doca do Porto Comercial de S. Roque do Pico, obra que o Sr. Secretário da tutela, considerava prioritária em relação à dos molhes dos portos de outras ilhas, AS QUAIS entretanto foram já adjudicadas. Não se tomou igualmente qualquer decisão sobre a imperiosa necessidade de ampliação da Escola Básica 2,3 e Secundária das Lajes do Pico.

A Orla marítima das Lajes continua indefesa e já não será este Governo a definir o tipo de obra - como tantas vezes reivindicámos - que tarda em realizar-se.

Apesar de fazer parte duma Resolução desta Assembleia, assinada então pelo actual Presidente do Governo Regional, que nessa altura desempenhava as funções de Presidente deste Parlamento, e que recomendava ao Governo Regional o saneamento financeiro do sector de lacticínios na ilha do Pico, mais concretamente das fábricas da Lacto-Pico e da Empresa Miragaia, este mesmo Sr. Presidente do Governo, passados mais de um ano, respondeu agora, ao proprietário desta última empresa que **iria estudar o assunto**.

Senhores Deputados, novamente estudar o que não se quer concretizar. Novamente adiar o que não se quer resolver. Novamente deixar no desespero um sector que tarda em encontrar RESPEITO E SENTIDO DE JUSTIÇA por parte deste GOVERNO, o que aliás é UM DIREITO QUE BEM MERECIAM QUE PARA COM ELES TIVESSEM TODOS OS PRODUTORES DE LEITE DO PICO.

Que dizer da ampliação da PISTA DO AEROPORTO DO PICO? Sempre rejeitado pelo PSD. Encomendar-se um estudo, como este Governo fez que, à partida já tinha uma conclusão pré-encomendada, é, simplesmente, jogar pouco claro, ou melhor, é enganar vergonhosamente uma população e todas as forças vivas e partidárias que, neste particular, se encontram unidas em torno dum mesmo objectivo - a necessidade imperiosa da ampliação do aeroporto do Pico, por ser actualmente um dos maiores

estrangulamentos ao desenvolvimento integral da ilha, como muito bem referiu, em recente visita ao Pico, o futuro Presidente do Governo Regional do P.S. CARLOS CÉSAR, indo de encontro ao sentir de todos os empresários da ilha e de todos aqueles que encontrarão empregos junto dessas empresas.

Anunciar-se há um ano que se iria pedir a oficialização/homologação da iluminação da pista do Aeroporto do Pico para vôos noturnos, foi o mesmo que procurar tapar o sol com a peneira da mentira que tudo deixa por resolver. Assim fez este Governo.

Nem ao menos conseguimos ter no Porto de S. Roque do Pico uma simples e provisória Gare para passageiros, obra que nós havíamos reclamado publicamente à Secretaria da tutela em Agosto do ano transacto e que o Governo havia anunciado para este Verão a sua concretização.

A urgente regularização do mau estado em que se encontram as Estradas regionais no Pico é assunto tantas vezes reclamado por nós e pela imprensa da ilha que se torna escandaloso ouvir respostas de que *o assunto está a ser resolvido*.

Senhores Deputados, a jovem Joana Machado, da Escola B.2,3 Sec. das Lajes do Pico que ontem aqui desassombradamente levantou mais uma vez esta questão saberia com certeza que o único troço de obras Piedade-Terra Alta já iniciado está parado há mais de um mês. Como podemos acreditar em promessas ?

Não nos enganem, pois já não o toleramos mais.

Inauguraram o Centro de Saúde de S. Roque com a parte de construção civil concluída, do Bloco Operatório de Média cirurgia mas, ao contrário do que me havia prometido o Sr. Secretário da tutela, o mesmo não se encontra equipado.

Continuar-se-á a não poder ou não dever nascer no Pico, apesar de sermos a terceira ilha dos Açores com maior população e seguramente a nossa juventude não terá saídas pós-universitárias garantidas na ilha.

Um curso de gestão pecuária de três anos, que tantas expectativas criara nos jovens agricultores do Pico e que estava a ser ministrado no Centro de Formação Agrícola - Matos Souto na Piedade-Pico -, entrou em colapso financeiro e ao não pagarem aos alunos nem aos professores, lançam o descrédito completo nesta triste administração regional.

A juntar a tudo isto, retiram agora o subsídio de transporte às rações de S. Miguel para o Pico o que irá encarecer este produto em mais de 200\$00 saco.

Aquando da discussão do Programa do actual Governo Regional, a Sra. Secretária das Finanças, questionada por nós, afirmou-nos que tinha fundadas esperanças, quase certeza, de que a obra do Aterro Sanitário do Pico seria comparticipada pelo Fundo de Coesão da União Europeia, uma vez que as três Câmaras da ilha já tinham esgotado os seus plafonds de candidatura no P.E.D.R.A.A. II. Quase um ano depois continua o Governo a dar a mesma resposta, ou seja, ainda não sabe se o Fundo de Coesão comparticipará esta obra de interesse relevante para toda a ilha do Pico. E já lá vão quase dois anos desde que a decisão sobre a sua localização foi tomada. Afinal muita consonância de posições político-partidárias na ilha, a nível de poder local para quase nada. Depois do silêncio absoluto do Conselho de Ilha do Pico, ao que parece, imposto pela estrutura partidária do P.S.D., nem ao menos conseguem realizar esta obra de ilha, que tanto serviu, injustamente, de *cavalo de batalha* do anterior Sr. Secretário do Ambiente, contra as Câmaras do Pico, na altura da responsabilidade política do P.S. .

Por último e demonstrando algum desnorte do actual Governo ou falta de rigor do Governo anterior, não sabemos nem vislumbramos quais os melhores critérios, somos confrontados com a situação de jovens professores da disciplina de Educação Física que, com várias dezenas de horas de formação, muitos anos de serviço e comprovada competência na matéria, se vêem confrontados, este ano com uma situação algo absurda, segundo nos transmitiram os interesssados, pois, e ao que parece, nem foi ouvida a D.R.E.F.D., nem foram salvaguardadas as suas situações profissionais e de emprego. Não haveria outra maneira de resolver situações precárias de emprego, como estas ?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É muita falta de coerência política de quem nos governa, ao deixar que um povo duma *ilha frágil* como o Pico, continue a sofrer no seu dia a dia todas estas contrariedades e vicissitudes que em nada abonam em favor da maioria política do P.S.D..

Não há dúvida de que é muita desgraça junta, diria o nosso povo, desabafando ao Santo da sua devoção.

Lutaremos e não desfaleceremos nunca para que o Pico venha a ter no contexto sócio-económico da Região, o lugar a que, por mérito próprio e das suas gentes, desde há muito tem direito.

Esperemos e confiemos em melhores dias, depois do Partido Socialista ter ganho as eleições de Outubro próximo.

Disse.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não se esqueça do que disse hoje!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Indep.) : Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com um misto de tristeza e de alegria que pela última vez dirijo-me a esta Câmara. Tristeza, porque durante 4 anos foi inevitável criar e cimentar amizades e conhecimentos, bem como conhecer por dentro o órgão alegadamente mais importante do regime autonómico contemporâneo e o seu funcionamento.

O que se fez e o que se deveria ter feito.

Neste sentido, foi uma experiência enriquecedora que nunca esquecerei pela vida fora. Pois é com pena que deixo este convívio.

Por outro lado, é com alegria que me despeço porque, sinceramente, foi um grande peso que tive sob a minha responsabilidade.

Quando aqui cheguei, convenci-me que vivendo nós num sistema parlamentar perfeito, em termos teóricos, era aqui nesta Câmara que se decidia, construía e desenvolvia a autonomia dos Açores.

A não responsabilização individual dos deputados, perante os eleitores, acaba por desvirtuar e diluir as funções de cada um. E é na prática uma minoria de cada grupo parlamentar que trabalha e faz funcionar a Assembleia Legislativa Regional.

É neste sentido que digo que deixo com alegria estas funções, por sentir e perceber que por muito boa vontade que se tenha, o actual regime não permite a concretização legislativa do que são os anseios e as aspirações da população que em nós vota.

É por isso também que entendo que deveriam existir círculos pessoais que permitissem dar maior responsabilidade ao deputado eleito, pela proximidade dos seus eleitores, acabando com a actual diluição de responsabilidade que não é benéfica para ninguém e muito menos para os Açores.

Saio ainda satisfeito, porque discordo do actual modo de funcionamento desta Assembleia, na medida em que entendo não ser necessário a figura do deputado a tempo inteiro, pelo menos para todos. E considero mais operacional a existência de um núcleo reduzido de deputados a tempo inteiro que faria funcionar as várias comissões e os demais só seriam remunerados na medida da presença efectiva em plenário.

Trata-se de sugestões que até nem são originais. São até experimentadas noutras regiões e estou certo não só permitiriam um melhor funcionamento da Assembleia, mas também significaria uma poupança considerável ao orçamento regional e porque credibilizaria esta Casa perante os açorianos e Portugal.

Sendo os Açores uma região pequena no contexto mundial, e até europeu, o exercício do poder político apresenta melhores condições de funcionamento e podia ser praticado sem os vícios e as burocracias das grandes máquinas administrativas.

Contudo, os vícios instalaram-se. Os cidadãos estão cada vez mais desinteressados da política e muitas vezes até má impressão dos políticos em geral têm.

Este estado de espírito deve ser alterado e compete a cada um de nós dar o melhor para o alterar.

Por isso, deveria ser a Assembleia Legislativa Regional o primeiro órgão a dar o exemplo, aproximando-se mais dos cidadãos, a dar de si uma imagem mais operacional, mais competente e, neste caso, ser o cargo até mais bem remunerado, retirando-se assim a opinião de que o exercício do cargo de deputado é um "tacho" para quem o exerce.

Neste momento e na actual conjuntura política, é aos partidos que com vocação de exercício de poder político, compete dar a volta a este estado de coisas.

Quem tiver a coragem de o fazer, cumprirá o seu dever. E estou certo ganhará o espaço e a simpatia dos cidadãos eleitores, reconhecidos no voto.

Assim espero que isso venha a acontecer, para bem de todos nós.

Como minha última intervenção, uma vez que estamos já em pré-campanha eleitoral, desejo quer ao PSD e PS, quer ao PP e ao PCP, que os seus anseios venham a concretizar-se. E não esqueçam que não é preciso cadeiras, mas sim estar de pé, no serviço a uma sociedade muito sedenta.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para uma intervenção.

Agradecia à bancada do Partido Socialista que indicasse o seu substituto na Mesa.

(Neste momento o Deputado Hélio Pombo é substituído no lugar de Secretário da Mesa da ALRA pelo Deputado António Gomes)

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para uma curtíssima intervenção que se tivesse título seria de algum modo uma "despedida".

Realmente será esta a última vez que vou intervir nesta Casa.

Como tal, e antes da despedida propriamente dita, gostaria de referir alguns aspectos relativamente à Ilha do Corvo, pela qual fui eleito e representei-a durante quase 12 anos nesta Casa.

Eu nunca disse nem vou dizer agora que nada foi feito naquela ilha.

Fizeram-se algumas coisas no Corvo, colmataram-se algumas necessidades que os corvinos tinham, mas infelizmente não foram todas, pois também não deve ser possível colmatá-las todas. Mas há algumas muito urgentes que nunca foram resolvidas e deviam ter tido resolução.

Basta lembrar a cooperativa de lacticínios tão necessária para a Ilha do Corvo, da casa de matança que nunca foi construída e dos transportes marítimos para aquela ilha que funcionam mal.

Por outro lado, há um outro aspecto que eu queria aqui referir. Eu julgo que todos nós, durante a nossa vida de deputados e em relação às ilhas que representamos, temos sempre uma determinada obra, ou uma determinada necessidade que cada ilha tem, que é de algum modo "a menina dos nossos olhos".

Eu levei alguns anos a referir nesta Casa a necessidade da ampliação do Porto da Casa.

Este porto foi ampliado, só que eu não concordava nem concordo com o modo como essa ampliação foi feita, porque acho que o porto devia ter sido um pouco maior, no entanto é aquele que temos. E penso que no próximo século não será feito outro porto naquela ilha.

Exactamente porque este foi assunto de que eu falei muitas vezes, eu gostaria de dizer-vos que o Porto da Casa foi ampliado no ano passado, as obras acabaram, mas o porto já tem problemas graves. Ou seja, a cabeça do molhe está a descer, o quebra mar já não está em condições.

Por isso, nesta minha última intervenção, eu gostaria de pedir a quem de direito ou a quem for governo na próxima Legislatura, que não se esqueçam da Ilha do Corvo, com todos os problemas que ela tem. E não se esqueçam também do Porto da Casa, porque ele é muito necessário para os corvinos. É uma estrutura que tem que funcionar como deve ser, porque é essencial para a ligação dos corvinos ao resto do mundo, porque ela não é feita apenas através do avião, ela faz-se também através daquele porto.

Para terminar, gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia, a todos as Sras. e Srs. Deputados, bem como aos Srs. Membros do Governo, toda a simpatia que me dispensaram, durante o tempo que estive nesta Casa, a ajuda que me deram na minha tentativa - que desempenhei da maneira que melhor soube - de defesa dos interesses da Ilha do Corvo.

Vou-me embora com a minha consciência tranquila de que fiz o melhor que soube.

Desejo ainda a todos aqueles que vierem na próxima Legislatura um bom trabalho em prol da autonomia, do desenvolvimento dos Açores e de todos nós.

Muito obrigado e bom trabalho.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A presente Legislatura aproxima-se do fim.

Atempadamente informei o Presidente do meu partido das razões de ordem pessoal e profissional conducentes à minha indisponibilidade para continuar. Assim, tenho hoje a última oportunidade de usar da palavra.

Aproveito-a para me despedir de todos, e de cada um em particular e, simultaneamente, deixar-vos algumas breves considerações provenientes de experiência destes anos como deputado e da minha vivência como cidadão que, por opção - já lá vão 20 anos - escolheu os Açores para residir e trabalhar.

Cumprimento afectuosamente todos os Senhores deputados, desejando-lhes as maiores felicidades, quer no desempenho de futuros mandatos - para os que ficam - quer no exercício da respectiva actividade profissional para os que a ela vão regressar. Gostaria que desculpassem qualquer acto ou omissão da minha parte que, eventualmente, possa ter ofendido ou susceptibilizado alguém, na certeza, porém, que, a ter acontecido, se devem ao calor de algum debate, nunca fruto de premeditação ou malévola intenção.

Gostaria, também, de apresentar os meus cumprimentos a todos os funcionários da ALRA, manifestando-lhe o meu apreço pela dedicação e competência profissional que demonstraram e desejar-lhes, também, as maiores felicidades profissionais.

Sempre disse, com frontalidade, aquilo que penso, quer nesta Casa, quer fora dela.

Não seria agora, ao despedir-me, que iria alterar o meu comportamento. Já sou demasiadamente velho para alterá-lo mas sinto-me, ainda, relativamente novo para manter a mesma linha de conduta.

Vem isto a propósito das breves considerações que atrás referi. Resultam de alguma reflexão sobre o exercício do mandato de deputado e que, à laia de sintético balanço, gostaria de lhes transmitir.

A actividade política deveria ser a mais nobre de toda a actividade humana.

Assim o entendiam já, na antiguidade, os maiores filósofos gregos, entre os quais, os bem intencionados Sócrates e Aristóteles.

Talvez porque, no seu tempo, a política fosse exercida por homens sábios e experientes, com a singularidade acrescida que não viviam dela. De forma algo semelhante assim foi encarada, também, a actividade política ao longo do Império Romano. Com o decorrer dos tempos, o homem, verificou que cada vez, é menos sábio, que a experiência é mais um dos conceitos relativos e que viver da política não era, por si só, desonroso, antes um meio de subsistência como doutro qualquer. Concordo com a relatividade da ciência e da experiência, discordo da política como meio de subsistência.

Pela singular razão de que a encaro essencialmente um serviço com limitação temporal. Serviço que, naturalmente deverá ser retribuído, porém, não encarado como emprego a termo incerto. O evoluir das sociedades modernas processa-se a tal velocidade que torna indispensável uma renovação constante de mentalidades, só possível com pessoas diferentes.

Sou, assim, pela limitação temporal de mandatos. Compreendo, de algum modo, que, numa região, como a nossa, seja difícil encontrar pessoas disponíveis que as mentalidades se renovem rapidamente. As ilhas condicionam, todos o sabemos. Penso, no entanto, que é urgente trazer à prática o texto da lei: "Os deputados são representantes de toda a Região e não dos círculos eleitorais por que foram eleitos", reza o artº. 19º. do Estatuto.

Assisti, ao longo destes anos, demasiadas vezes talvez, a comportamentos nem sempre consentâneos com o texto legal. Não censuro, antes o povo, que cada um defenda uma Ilha, desde que tal defesa não se torne cega, sobrepondo-se os interesses dela aos da Região no seu todo.

Só poderemos ter uma verdadeira Administração dos Açores pelos Açoreanos quando entendermos, todos, que Amar os Açores, servir, ouvir e respeitar o Povo destas Ilhas são os principais itens que deveriam constar duma "Cartilha de Deputado".

A Autonomia democrática foi a maior conquista política do povo dos Açores.

Foi, é, e será, em meu entender, o grande motor do progresso e desenvolvimento destas Ilhas. É demasiadamente jovem para ser experiente. É demasiadamente velha para já ter inimigos. A nossa missão fundamental é torná-la experiente, acompanhar o seu desenvolvimento com o mesmo amor e carinho com que os pais criam os filhos e, simultaneamente, defendê-la com coragem e determinação de todos quantos, de forma mais ou menos velada, a querem corroer, para a destruir.

Não basta uma substância consagrada no texto constitucional, com carácter irreversível, como por aí se louva.

Nada é irreversível nas sociedades modernas, a não ser a nossa vontade colectiva. E se nos mantivermos firmes, coesos e determinados, seremos livres de decidir o nosso futuro. Deixo-lhes este apelo que é a expressão do que sinto.

Termino, dizendo que poderão, sempre, contar comigo para uma intransigente defesa desta terra, deste povo a quem aprendi a amar através duma açoreana que há 35 anos namoro e que me orgulho em ter como mulher e companheira dedicada já lá vão 28 anos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Encerrámos o nosso Período de Antes da Ordem do Dia.

Quero agradecer as palavras simpáticas que aqui foram dirigidas a todos.

Vamos interromper os nossos trabalhos, recomeçá-los-emos às 15,00 horas.

(Eram 12,45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia**, procedendo à leitura dos relatórios ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da Assembleia.

Uma vez que o Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação se encontra em substituição do Secretário da Mesa, pediria que me indicassem outro Sr. Deputado pertencente a esta mesma Comissão, para que proceda à leitura do respectivo relatório.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1996)

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

1 - A Comissão Permanente de Organização e Legislação é presentemente constituída pelos seguintes Senhores Deputados:

a) Do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)**

- Deputado Carlos Morais

- Deputado Carlos Silva

- Deputado Eugénio Leal

- Deputado Gonçalo Botelho

- Deputado João Cunha

- Deputado José Manuel Nunes

- Deputado Jorge Valadão dos Santos

b) Do **PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)**

- Deputado António Gomes
- Deputado António Silva Melo
- Deputado Duarte Pires
- Deputado Martins Goulart
- Deputado Ricardo Barros
- Deputado Rogério Serpa

2 - A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente: Deputado António Silva Melo

Relator: Deputado António Gomes

Secretário: Deputado João Cunha

CAPÍTULO II

GENERALIDADES

1. No Ante-período Legislativo de Setembro a Comissão reuniu em sub-comissão nos dias, 18, e 19 de Junho nas Ilhas de Corvo e Flores.

Reuniu em Plenário na Ilha de Santa Maria, no dia 9 de Julho e na Cidade da Horta, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos dias 3 e 4 de Setembro.

2. Na reunião do dia 9 de Julho, realizada na Delegação de Santa Maria, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores os Senhores Deputados António Gomes e Martins Goulart, do Partido Socialista, fizeram-se substituir respectivamente pelos Senhores Deputados Nélia Figueiredo e José Humberto Chaves.

3. O Senhor Deputado Ricardo Barros, do Partido Socialista, faltou justificadamente às reuniões dos dias 3 e 4 de Setembro.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 56º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

1. Ao abrigo das competências da alínea j) do artigo em epígrafe, a Comissão emitiu parecer sobre a Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores " **Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 1997** "

2. Baseada na alínea h) do acima referido artigo a Comissão visitou as Delegações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sediadas nas Ilhas das Flores e Santa Maria e elaborou um relatório sobre a situação das mesmas, que se anexa.

CAPÍTULO V

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão tem pendente, para apreciação, a Proposta de Resolução da Mesa " Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores referente ao ano de 1995", que aguarda o competente Acórdão da Secção Regional do Tribunal de Contas.

Horta , 4 de Setembro de 1996

O Relator, *António Neves Lopes Gomes*

Aprovado por unanimidade

O Presidente, *António Manuel Silva Melo*".

Relatório da Comissão de Organização e Legislação sobre as visitas de trabalho realizadas às instalações das Delegações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, das Ilhas do Corvo, Flores e Santa Maria ao abrigo da alínea h) do artigo 56.º do Regimento.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. De acordo com o estipulado na alínea h) do artigo 56º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma Sub-Comissão e a Comissão visitaram as ilhas do Corvo e Flores e a de Santa Maria.

2. Para a Comissão se inteirar, o melhor possível, da situação de cada Delegação o Sr. Presidente, comunicou aos Senhores Deputados Regionais dos círculos eleitorais visitados a data das respectivas deslocações, tendo os mesmos comparecido à excepção do Senhor Deputado Hélio Pombo que justificou a sua ausência.

3. No dia 18 de Junho de 1996 a Sub-Comissão da COL visitou o edifício destinado a instalar a Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na ilha do Corvo. O edifício encontra-se bastante degradado mas tem potencialidades para nele funcionar a Delegação.

Analísado o projecto de remodelação do imóvel afigurou-se a todos que o mesmo está bem elaborado e satisfaz plenamente as necessidades dos deputados da ilha.

Contudo, atendendo a que as obras de remodelação levarão, no mínimo, pelo menos um ano, foi opinião unânime que se deveria procurar arrendar um prédio a fim de instalar a Delegação enquanto as obras não estiverem concluídas.

E isto atendendo a que os deputados do Corvo não possuem qualquer local onde possam receber as pessoas que com eles pretendam contactar.

A Sub- Comissão deslocou-se à Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo a fim de apresentar cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, com quem manteve um frutuoso diálogo sobre diversos problemas da ilha e sobre as obras de remodelação da Delegação da A.L.R.A..

4. No dia 19 de Junho a Sub-Comissão da COL visitou as instalações da A.L.R.A. na ilha das Flores.

O Sr. Deputado Paulo Valadão acompanhou esta visita.

Constatou-se que em termos de equipamentos a Delegação estava devidamente apetrechada e que não havia qualquer reparo a fazer nesta matéria.

Contudo, constatou-se também que havia infiltrações de água em diversos pontos do imóvel o que leva a pressupor que existem deficiências a nível do telhado e que urge reparar.

A Sub-Comissão teve ainda uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, tendo sido levantada a questão da cedência a título provisório da sala do auditório da Delegação da A.L.R.A. sita no rés-do-chão com vista a permitir a leccionação do 11º ano de ensino secundário, enquanto a Escola não tem prontas as suas instalações para o efeito.

A Sub-Comissão, após auscultar todos os deputados da ilha das Flores, os quais deram a sua concordância a essa proposta, deu parecer favorável à mesma, deliberando submeter o assunto a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

A Sub-Comissão deslocou-se ainda ao concelho de Lajes das Flores, a fim de apresentar cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, tendo em reunião com aquele autarca discutido alguns dos problemas daquele concelho.

5. No dia 9 de Julho de 1996 a Comissão visitou as instalações da Delegação da A.L.R.A. em Santa Maria.

Constatou que as instalações encontram-se em bom estado de conservação, mas ao nível do equipamento foi-nos dito pelos senhores Deputados deste círculo eleitoral que o computador ali existente se encontra avariado.

Nesse mesmo dia a Comissão apresentou cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto, com quem trocou impressões sobre diversos problemas concelhios.

Horta, 3 de Setembro de 1996.

O Relator, *António das Neves Lopes Gomes,*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Comissão, *António da Silva Melo.*

Presidente: Daria agora a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para proceder à leitura do respectivo relatório.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1996)

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

- Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado José Maria Bairos (Presidente)

- Deputado Manuel Gil Ávila (Relator)

- Deputado Artur Martins

- Deputado Carlos Moraes

- Deputado Joaquim Ponte

- Deputado José Aguiar

- Deputado Jorge do Nascimento Cabral

- Do Partido Socialista (PS)

- Deputado Rui Pedro Ávila (Secretário)

- Deputado Duarte Pires

- Deputado Fernando Menezes

- Deputado José Humberto Chaves

- Partido Popular (PP)

- Deputado Alvarino Pinheiro
- **Partido Comunista Português (PCP)**

- Deputado Paulo Valadão

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reuniu, em Sub-Comissão, nos dias 26, 27, 28 e 29 de Junho, nas Câmaras Municipais da Madalena, Lajes e S. Roque do Pico, nos dias 16 e 17 de Julho nos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca e Lagoa, e no dia 3 de Setembro na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1 - Nos dias 26, 27 e 28 de Junho a Sub-Comissão procedeu à audição, relativa "à Petição sobre anomalias na adjudicação da empreitada de um armazém de frio anexo à fábrica de lacticínios da Lacto-Pico na Silveira - Lajes do Pico", dos Senhores:

- Engenheiro Manuel Teixeira Maciel, gerente da Lacto-Pico;
- Engenheiro José Andrade Ferreira, Delegado da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- José Almérico de Brum Macedo - sócio-gerente da empresa Vigolages - Construção Civil Lda.

2 - No dia 29 de Junho a Sub-Comissão reuniu a fim de emitir parecer sobre a Proposta de Lei "Direito de Audição das Regiões Autónomas".

3 - Nos dias 16 e 17 de Julho a Sub-Comissão reuniu com as Câmaras Municipais de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca e Lagoa e com as Associações de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca, cujos relatórios vão em anexo.

4 - No dia 3 de Setembro a Comissão reuniu na Assembleia Legislativa Regional dos Açores para aprovar os relatórios dos trabalhos realizados.

Horta, 3 de Setembro de 1996.

O Relator, *Manuel Gil Ávila*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Maria Bairos*

AUDIÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

No dia 16 de Julho de 1996, a Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais e no cumprimento da alínea e) do artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, procedeu a uma audição à Câmara Municipal de Ponta Delgada tendo sido recebida pelo vereador a tempo inteiro Sr. Luís Silva Melo.

Através de uma longa exposição e com suporte de meios audio-visuais, o vereador transmitiu uma visão global dos projectos em curso da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Ponta Delgada tem cerca de 800 trabalhadores, sendo 300 deles afectos aos serviços municipalizados.

Foi-nos transmitida a grande preocupação na área do ambiente dispondo a câmara no seu quadro de pessoal de um engenheiro.

Ao nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos, várias são as acções a decorrer junto das escolas com prémios a atribuir à escola que melhores resultados apresente das acções levadas a efeito.

O sistema de recolha e limpeza está programado da seguinte forma:

- Recolha diurna nas freguesias;
- Recolha nocturna na cidade e arredores;
- Recolha selectiva de papel, que foi adjudicada a uma empresa privada;
- Recolha de monstros (fogões, cadeiras, frigoríficos etc.) que funciona através de uma linha verde a utilizar pelo utente;
- Varredura manual da cidade;
- Limpeza das praias, manutenção de balneários e jardins, dispondo a Câmara de 25 jardineiros, estando programado este trabalho ser privatizado.

A campanha de sensibilização efectuada pela Câmara teve um orçamento de 100.000 contos, distribuída pela aquisição de contentores viaturas e material gráfico.

O aterro sanitário para a Ilha de S. Miguel está localizado e projectado e será lançado o concurso público internacional, este mês.

O custo da obra rondará os 1,5 milhões de contos.

Este projecto será candidatado ao fundo de coesão da União Europeia.

O resultado imediato deste projecto será o encerramento de 6 lixeiras na Ilha de S. Miguel.

PDM - Plano Director Municipal

Encontra-se em fase de conclusão e em conjunto com o plano de urbanização, serão aprovados e publicados até finais de 1996.

COOPERAÇÃO TÉCNICA/FINANCEIRA

Tem decorrido normalmente tendo a câmara os seguintes projectos a decorrer:

- Emissário submarino no valor de 700.000 contos
- Redes de águas
- Mercado da Graça no valor de 500.000 contos.

A Câmara Municipal contraiu um empréstimo no valor de 300.000 contos que possibilitou avançar com obras de saneamento básico, captação de água e recuperação de estradas.

PROTECÇÃO CIVIL

Está criada a Comissão de Protecção Civil assim como uma Comissão de higiene e segurança no trabalho.

A interligação, entre a Comissão de protecção civil e a câmara, existe e são efectuados alguns exercícios conjuntos.

AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS

VOLUNTÁRIOS DE PONTA DELGADA

A Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu com a direcção e comando operacional dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

A Associação foi fundada em 5/09/79, tendo 118 anos de existência.

Tem neste momento cerca de 4500 sócios e um efectivo de 100 bombeiros. Os bombeiros de Ponta Delgada cobrem o seu concelho e o concelho da Lagoa. Está em construção o edifício para a secção dos Ginetes.

O grande problema que a Associação enfrenta neste momento é das suas instalações que além de serem exíguas estão localizadas numa das vias mais movimentadas da cidade de Ponta Delgada, dificultando a saída de viaturas.

Já existe um terreno e projecto aprovado para a construção do novo quartel.

O apoio financeiro das Câmaras à Associação cifra-se em 300 contos/mês, da Câmara da Lagoa, e 1229 contos/mês da Câmara de Ponta Delgada.

A Associação dispense 2.500 contos/mês em vencimentos, tendo afecto ao serviço de ambulâncias 8 pessoas e 19 aos restantes serviços.

O orçamento anual, da Associação ronda os 100.000 contos.

Está montado um serviço médico durante a noite e com visitas domiciliárias, que, funciona em termos autónomos para os seus sócios que pagam uma quota de 600\$00/mês.

São efectuados vários exercícios nas escolas secundárias e empresas de maior dimensão.

Os bombeiros voluntários de Ponta Delgada são muito solicitados e para diversos serviços, tais como, transporte de água, vistorias e pareceres, transporte de doentes, limpeza de fossas, incêndios etc.

Durante o mês de Junho prestaram 782 serviços, utilizando 1290 efectivos que consumiram 1513 horas e percorreram 10.280 km.

AUDIÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

A Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida pelo vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Sr. José Manuel Melo Braga.

Cooperação Financeira

A cooperação financeira com o Governo tem decorrido normalmente, tendo referido que as últimas verbas estão atrasadas, ascendendo a cerca de 96.000 contos.

As obras em curso no Concelho são:

- 2ª e 3ª fase de saneamento básico de Ponta Garça estando orçadas em cerca de 1.200.000 contos.

A 4ª fase está orçada em cerca de 400.000 contos e procede-se no momento a um estudo de impacto ambiental devido à grande diferença de cotas existentes no terreno. Com a conclusão da 4ª fase na Ponta Garça e o saneamento básico na zona da ribeira dos Pelames, em curso e orçada em 600.000 contos, fica todo o concelho servido de saneamento básico.

A Câmara tem em carteira a construção do Porto de Recreio que está orçado em 700.000 contos.

Protecção Civil

O Plano de Protecção civil está concluído e de harmonia com a nova lei.

Têm sido efectuados vários exercícios nas escolas e em algumas empresas.

PDM - Plano Director Municipal falta o último relatório da Comissão Técnica, seguindo-se a aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal. Prevê-se a sua publicação no ano em curso.

Recolha e tratamento de resíduos sólidos

Está em fase de conclusão a estação de tratamento e desinfecção das viaturas e contentores.

Existe um serviço de recolha selectiva de papel.

Uma vez por semana procede-se à recolha de sucata.

Vila Franca do Campo também utilizará o futuro aterro sanitário de S. Miguel.

AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA FRANCA DO CAMPO

A Sub- Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida pela direcção e comando operacional dos bombeiros de Vila Franca do Campo que expuseram a situação actual da Associação.

A Associação foi fundada há 8 anos e está instalada nas actuais instalações há cerca de 2 anos, instalações que respondem na íntegra às necessidades da cooperação.

A Associação tem 350 sócios e um efectivo de 42 bombeiros.

O principal problema da associação é o das receitas que não cobrem as despesas, principalmente nos meses em que é necessário pagar o subsídio de Férias e Natal.

Para acudir a este desequilíbrio a associação contraiu um empréstimo no valor de 2000 contos.

A Câmara Municipal apoia a associação com a verba de 2000 contos/ano e paga o seguro de grupo.

A Associação tem as seguintes viaturas:

3 Ambulâncias

1 Auto tanque

1 Pronto socorro ligeiro

1 Pronto socorro médio

1 Pronto socorro pesado

1 Auto sapador

1 Auto comando

No que respeita à Protecção Civil, o comando operacional é de parecer que há pouca interligação com a autarquia, sendo as reuniões entre os dois organismos, quase inexistentes.

AUDIÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

A Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida pelo Sr. Presidente da Câmara da Ribeira Grande, que expôs os problemas existentes no Concelho.

Referiu o Presidente da Câmara a necessidade do Governo investir mais no concelho ao nível da acessibilidade e de infraestruturas turísticas.

O Presidente da Câmara é da opinião que os fundos do Pedraa II não devem ser limitados às áreas actualmente seleccionadas, mas sim num sistema em que deve ser a autarquia a seleccionar as áreas de investimento.

Ao nível dos projectos que estão em curso foi a Sub-Comissão informada do grande investimento na rede viária em conjunto com o saneamento básico e que ronda os 2,5 milhões de contos.

A autarquia tem um projecto para ampliação da Escola das Calhetas e a sua vedacção.

A grande obra muito necessária é o arranque da envolvente à cidade da Ribeira Grande.

P.D.M. - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O P.D.M. encontra-se em fase de discussão pública e da definição da reserva agrícola.

PROTECÇÃO CIVIL

A Câmara apoia os bombeiros com uma verba de 15.000 contos/ano.

A Comissão Local de Protecção Civil está organizada e funciona em pleno, com reuniões periódicas.

São efectuados exercícios gerais que servem para testar a funcionalidade da Comissão de Protecção Civil.

Vão ser adquiridos bips para todos os elementos da Comissão Local de Protecção Civil.

AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA GRANDE

No dia 17 de Julho de 1996 a Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reuniu com a Direcção e Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Após apresentação da Sub-Comissão, por parte do seu Presidente, bem como apresentação de cumprimentos e agradecimento pela disponibilidade demonstrada por aquela Associação em nos receber, a Direcção fez um ponto da situação em relação àquilo que é a Associação e também demonstrou as suas preocupações em relação ao futuro.

Assim a Sub-Comissão foi informada que a Associação foi fundada em 15 de Abril de 1875, sendo a mais antiga da Região Autónoma dos Açores e a Terceira, mais antiga, a nível nacional. Tem 250 sócios, que efectivamente, pagam cota e tem 120 bombeiros.

Para o serviço de saúde, administrativos e estações de serviço dispõem de 17 profissionais.

Presentemente a preocupação principal da Associação é a construção do novo quartel. As actuais instalações são extremamente reduzidas para as respostas que são necessárias dar e inclusivé para albergar todo o equipamento pretença daquela Associação. Como exemplo refira-se que já existem viaturas que estão permanentemente na rua por não haver espaço coberto para os guardar. Foi ainda salientado que aquelas instalações foram construídas à 20 anos.

Para a construção do novo quartel a Associação dispõe já de um projecto que tem vindo a ser negociado com a Inspeção Regional de Bombeiro e esta quer que a Associação reduza em 700 m² as estruturas previstas o que não é aceite pela Associação e daí existir um impasse quanto ao arranque da obra. A Direcção da Associação está na disposição de assumir o financiamento da parte não coberta pela IRB.

Outra preocupação da Associação prende-se com a Secção da Lomba da Maia, pois esta funciona apenas com dois homens para o serviço de saúde, o que é considerado

insuficiente, sendo necessário mais dois elementos, e não dispõe de meios financeiros para esse efeito. Para além deste pessoal de saúde a Secção dispõe de 20 bombeiros voluntários.

Os Bombeiros da Ribeira Grande tem sentido algumas dificuldades a nível das comunicações no âmbito global o que se espera ser ultrapassado com o novo sistema que vai ser implementado pela IRB.

Esta Associação no ano de 1995 teve, em termos globais, uma receita de 108.500 contos e uma despesa de 64 mil contos. Para estas receitas tem contribuído diversos serviços criados, nomeadamente duas bombas de combustível, uma estação de lavagem de carros, dois bares, um serviço de reboques e serviço de abastecimento de água.

Foi-nos ainda referido que a Associação dispõe de 25 viaturas, número suficiente para os serviços que presta e estão de acordo com a tipificação previamente estabelecida.

Por último foi referido à Sub-Comissão que em termos de socorros a náufragos a situação é muito má, porque não há meios adequados para o efeito nem formação de pessoal nesta área.

AUDIÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA

A Sub-Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida pelo Sr. Presidente da Câmara da Lagoa que expôs aos deputados a sua perspectiva actual e futuro do concelho da Lagoa.

Cooperação Financeira

Ao nível do programa Pedra-a II o Presidente da Câmara referiu a importância do programa para as autarquias, possibilitando levar a efeito várias infraestruturas que de outra forma seriam impensáveis.

Concordou com as áreas prioritárias definidas pela unidade de Gestão do Pedra-a, referindo principalmente o saneamento básico e a norma de bonificação atribuída às autarquias que apostem nesta área.

Mostrou alguma preocupação pelo atraso nos pagamentos que no caso da Lagoa, ascendem a cerca de 100.000 contos. Foi da opinião que a exemplo do que é utilizado a nível nacional, devia funcionar o método de adiantamento de verbas.

As obras em curso no concelho incidem no saneamento básico, rede de águas e repavimentação das estradas, investimento que ascende a cerca de 2 milhões de contos

PDM - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O PDM da Lagoa está a aguardar a publicação no Diário da República. O mesmo acontece com o Plano de urbanização.

Recolha e tratamento de resíduos sólidos

A Câmara da Lagoa também está associada ao projecto do aterro sanitário da ilha de S. Miguel, sendo a actual situação do tratamento de resíduos sólidos um problema difícil de gerir, pelos inconvenientes que acarreta à população em termos ambientais. O Presidente da Câmara proporcionou uma visita a todos os serviços camarários, os quais se encontram instalados num moderno edifício recentemente inaugurado.

Presidente: Tal como tinha ficado acordado em conferência de líderes, não se procederá à leitura dos anexos.

Tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(Ante.Período Legislativo de Outubro)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- Jorge Homem de Gouveia
- Mark Marques
- Rosa Machado
- Aurélio da Fonseca

b) PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Hélio Pombo
- José Nascimento Ávila

c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Comissão visitou os concelhos de Nordeste, Povoação, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, de 2 a 4 de Julho de 1996.

3. Faltaram, justificadamente, os deputados Fátima Oliveira, Mark Marques, Homem de Gouveia, do PSD e Fernando Fonte e Hélio Pombo, do P.S..

4. A Comissão voltou a reunir a 3 e 4 de Setembro, p.p, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo apreciado diversos diplomas.

5. Faltou, justificadamente, a deputada Nélia Figueiredo, do PS..

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. A Comissão visitou os concelhos de S. Miguel, de 2 a 4 de Julho de 1996, cujo relatório se anexa.

2. A Comissão apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 12/96 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 24/88/A, de 19 de Maio, que cria o Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 22/96 - Alteração ao Decreto-Lei que Cria os Quadros de Zona Pedagógica.

- Proposta de Resolução nº 10/96, oriunda do P.P., que recomenda transferências orçamentais no sector da saúde para pagamento aos fornecedores;

- Proposta de Resolução nº 11/96, oriunda do P.S.D., que recomenda ao Governo várias medidas para colmatar os prejuízos ocasionados pelo rebentamento de uma mina em Vila Franca do Campo.

3. A Comissão tomou conhecimento de uma Exposição de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da EB 2,3/S das Lajes do Pico sobre a manutenção do Ensino Secundário na referida escola, e de um abaixo-assinado proveniente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Concelho da Ribeira Grande, relacionado com as construções que se pretendem fazer no Ramal da Giesta.

Horta, 3 de Setembro de 1996.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo*

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais - Visita ao Concelho de Ponta Delgada ao abrigo do artigo 58.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(HORTA, 4 DE SETEMBRO DE 1996)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão da Juventude e Assuntos Sociais visitou a ilha de S. Miguel nos dias 2, 3 e 4 de Julho, p.p., para, com maior profundidade, se aperceber das realidades existentes naquela Ilha, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas pelo artigo 58º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

2. Em tempo oportuno, foi comunicado aos Senhores Deputados eleitos por aquele círculo o programa da visita de trabalho e formulado o convite para, se o julgassem conveniente, acompanharem os referidos trabalhos.

3. A Comissão reuniu com as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Ponta Delgada
- Centro Social e Paroquial de S. José
- Comissão de Prevenção e Controlo da Sida
- Câmara Municipal da Lagoa
- Escola EB 2,3"Padre João José do Amaral
- Câmara Municipal do Nordeste
- Centro de Saúde do Nordeste
- Escola EB 2,3/S do Nordeste
- Câmara Municipal da Povoação
- Centro de Saúde da Povoação
- Escola EB 2, 3/S "Maria Isabel do Carmo Medeiros"
- Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
- Centro de Saúde de Vila Franca do Campo
- Escola EB 2, 3 de Vila Franca do Campo
- Câmara Municipal da Ribeira Grande
- Centro de Saúde da Ribeira Grande
- Escola Secundária Geral e Básica da Ribeira Grande

CAPÍTULO II

VISITA AO CONCELHO DE PONTA DELGADA

Dia 2 de Julho de 1996

9h,30 - Reunião de Trabalho com o Senhor Presidente da Câmara de Ponta Delgada

A Comissão foi recebida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Da exposição inicial efectuada pelo próprio e das respostas dadas às questões colocadas pelos membros da Comissão destaca-se o seguinte:

Trata-se de um concelho com problemas derivados da coexistência de uma componente urbana muito acentuada com uma rural, com freguesias periféricas sem vida própria, dada a curta estadia dos seus habitantes no local de residência e em que a qualidade de vida não é a melhor.

Em matéria de investimentos, face ao esgotamento dos plafonds, recorreu-se a um empréstimo de 300.000 contos para o saneamento básico.

O emissário submarino está orçamentado em 700.000 contos e a recuperação do Mercado da Graça em 500.000 contos.

Proceder-se-á à substituição da rede de água e de esgotos da Avenida Roberto Ivens que vai receber a água e os esgotos do novo hospital.

Há duas semanas foram colocadas a concurso 6 habitações no Beco da Rosinha e, em Agosto, serão contempladas mais 50.

O programa de realojamento contempla 120 habitações, unicamente habitação social. No referente ao parque escolar, em 53 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 40 são do Plano dos Centenários.

Estão concluídos os projectos de intervenção em 11 edifícios ao abrigo da cooperação financeira com o Governo Regional. Totalizará 700.000 contos (200.000/96; 200.000/97; 300.000/98), dum montante de 1 milhão e 300.000 contos.

Tem sido boa a colaboração com a Direcção Regional da Educação Física e Desporto no tocante à pavimentação dos recreios das escolas para a prática da educação física e do desporto que já se situa nos 70% de cobertura.

Está concluída a reparação da Escola do Pico de Mafra, estando a decorrer a da Escola das Areias (Mosteiros).

No âmbito desta candidatura ou PEDRAA, em que a Câmara Municipal suportará 15% das obras, estão contempladas escolas como as da Mãe de Deus, Capelas, Feteiras, Fenais da Luz, etc.

Quanto a espaços para lazer dos jovens e tendo presente o Relvão, destaque para o protocolo entre a Câmara Municipal e a Universidade dos Açores que irá apresentar a respectiva recuperação desse espaço, dentro do Campus Universitário, a cofinanciamento do PEDRAA.

A droga, o alcoolismo, a miséria mental e a delinquência levam muitas famílias a recorrer ao auxílio da Comissão de Protecção de Menores. É problemática a situação da Zona dos Pastinhos, Freguesia da Fajã de Baixo onde há a destacar actuação do Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo com a colaboração do Programa Horizon. Na zona das Laranjeiras a situação está a melhorar graças à acção do Centro Social e Paroquial de São Pedro com a colaboração da Direcção Regional da Juventude em algumas das acções.

O acompanhamento permanente da Assistência Social tem contribuído para o sucesso na Canada da Shell, São Roque.

Alguns dos problemas habitacionais tem sido resolvidos com a colaboração das Juntas de Freguesia.

Os idosos dispõe de Centros em S. Roque, Fajã de Baixo, e Caminho da Levada (Fajã de Cima), de entre outros.

O Mercado da Graça deverá ter as obras concluídas em Abril de 1997. Quando o mercado for transferido ampliar-se-á o parque de S. Francisco Xavier. Parte do rés-do-chão ficará para terminal de camionagem o que irá servir melhor as escolas Canto da Maia, Domingos Rebelo e Antero do Quental.

10.h00 Reunião com o Centro Social e Paroquial de S. José

A Comissão foi recebida por uma equipa liderada pelo Presidente do Centro Social e Paroquial, Reverendo Padre Duarte Melo.

Foi facultado diverso material de consulta e divulgação com especial destaque para o relativo ao movimento Kairós que nasceu em 1995 da União dos Centros Sociais Paroquiais da Relva, S. José, Matriz, S. Pedro, Fajã de Baixo, Ribeira Quente e Salga com os seus paroquianos leigos e voluntários e que visa fundamentalmente o combate à pobreza e à exclusão social numa perspectiva de desenvolvimento local através de uma Rede Comunitária de Solidariedade, Cooperação e Partenariado.

Através dos Centros Sociais e Paroquiais, da Associação para o Desenvolvimento Solidário dos Centros, da Cooperativa Kairós e de uma

Comissão de Voluntários o movimento presta apoio às crianças dos 0-6 anos, dos 6-15 anos faz prevenção da Toxicodependência, Formação-Profissional, tem intervenção comunitária a nível do apoio ao restauro de habitações de famílias desfavorecidas, construção e melhoria de infra-estruturas e equipamentos em bairros sociais degradados e ajuda às Associações de moradores, intervindo no âmbito da Economia Solidária e do Emprego apoiado e prestando apoio igualmente aos Idosos, para além de ser um espaço permanente de reflexão crítico.

O Centro Social e Paroquial de S. José foi uma das primeiras Instituições Particulares de Solidariedade Social a ser criada, como estrutura de apoio no Lajedo.

Tem uma ampla acção no âmbito do movimento já referido. Apoia as famílias, combate o insucesso escolar, disponibiliza espaço para casamentos e baptizados, mantém ateliers em funcionamento com boa frequência e um Centro de Convívio de Idosos agora com menos utentes depois da abertura do Lar Luís Soares de Sousa. Feita a desinstitucionalização das pessoas que estavam na Casa de Saúde presta resposta também aos deficientes. Tem em funcionamento cooperativas e uma micro-empresa nas áreas de cozinha, confeitaria e tecelagem que envolve cerca de 40 pessoas e que facultava todo o serviço das respectivas especialidades de que foram facultadas algumas provas aos membros da Comissão que assim tiveram oportunidade de atestar a sua boa qualidade.

A necessidade de um carro de apoio foi bem vincada.

O acolhimento temporário e o apoio aos repatriados constitui outro dos objectivos que está a ser desenvolvido. Fragilizados do ponto de vista emocional, com outros códigos ou vivências diferentes, sem profissão, não conhecendo a língua, não tendo conseguindo adaptar-se aos EUA, sem família na Região em muitos casos, necessitam de muita compreensão e apoio.

Existem cerca de 30 inscritos actualmente. Não é fácil arranjar quartos para os alojar. Precisam de formação profissional e de apoio para a sua integração social.

Não chegaram verbas do programa Horizon. Há falta de meios para manter o programa de formação. A Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social tem assegurado as Bolsas. Há atrasos do Instituto de Educação e Emprego a nível nacional. Precisaríamos de mais ferramentas, apesar do apoio da S.R.J.C.I.E., neste sector. Mostraram interesse em irem para o Centro de Formação Profissional dos Açores nas disponibilidades de horário do mesmo dado que assim poderiam trabalhar com 30 homens em vez de 15.

Foi referida a experiência de transformação de espaços livres em equipamentos urbanos, com ocupação em jardinagem madeira e pedra. Na Alemanha os grupos de risco dão mão-de-obra para empresas sociais que se autofinanciam na ocupação e feitura de parques. Prevista a intervenção de cerca de 50 pessoas durante 15 dias no Bairro Social do Lajedo numa intervenção de fundo com aproveitamento de espaços, pintura de casas, trabalho com a comunidade ou família a família necessitadas, num esforço conjunto que envolverá os residentes com os repatriados e os estrangeiros.

Em Setembro/Outubro/96 deverá arrancar um programa em colaboração com o Desenvolvimento Agrário.

O Centro presta todo o apoio para a obtenção de documentação ou da Assistência Médica. Existe uma linha telefónica com um crédito mensal de períodos para se manter o contacto com as famílias. Por 15 contos mensais têm duas refeições por dia na Cozinha Económica mais quarto ou casa em matéria de realojamento, no caso dos sem família, restando-lhe cerca de 20 contos da Bolsa que lhes é atribuída.

Por último Reverendo Padre Duarte Melo referiu "a grande dificuldade em arranjamem emprego e o mau serviço prestado pela Comunicação Social sempre que dá maior destaque aos aspectos negativos deste grande problema".

11,h30 . Visita à Escola Secundária Antero de Quental

Dado a adiantado da hora a que acabou a reunião no Centro Social e Paroquial de S. José e os trabalhos em curso no estabelecimento de ensino, nesta altura do ano lectivo, ficou acordado que se procederia à visita noutra oportunidade com maior disponibilidade de tempo.

CONCELHO DA LAGOA

15,h00 - Reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lagoa

Recebida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a Comissão efectuou uma visita ao edifício e respectivos serviços.

A Educação é uma das áreas mais importantes.

As escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico funcionam em desdobramento. Há duas sem Educação Pré-Escolar - Cabouco e Atalhada. A repartição dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico pelos dois edifícios onde é ministrado, Convento dos Frades e Fisher, traz dificuldades acrescidas. Só a nova Escola Secundária Geral e Básica da Lagoa porá fim às mesmas. Os acessos estão previstos. Terá uma Zona Verde perto, com cerca de 23.000 m². Existe a necessidade de um Parque Desportivo. A escola EB/JI de 16 salas da Senhora da Graça, que já tem terrenos infraestruturados, quando vier a ser construída acabará com os desdobramentos referidos no 1º Ciclo. Quanto à cooperação financeira com o Governo para reparação das escolas do 1º Ciclo há que definir claramente as competências. Na opinião do Senhor Presidente da Câmara o ideal seriam juros bonificados. Não se deve mexer no Plafond da autarquia.

Quanto à Saúde a proximidade de Ponta Delgada acarreta vantagens e inconvenientes.

O novo Centro de Saúde cuja localização está prevista no Plano de Urbanização, ao dispôr de várias valências e de capacidade de internamento irá melhorar o serviço prestado às populações e desagravar as urgências de Ponta Delgada. Há terreno declarado de utilidade pública e aprovado pela Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

A questão da Habitação afigura-se preocupante. Há casas sem instalações sanitárias, com dimensões diminutas e em ruínas. São necessárias cerca de 67 fogos para realojamento, cerca de trinta da responsabilidade da Autarquia, distribuídos, com as da responsabilidade do Governo, por Água de Pau, Cabouco, Rosário e Sta. Cruz.

100 a 150 casas normalizariam o mercado, edificadas 10 aqui, 15 ali, 17 acolá de forma a não se cair na solução bairro social que é desaconselhável.

Há apoio de Assistente Social por parte do Governo e a Câmara prevê, no novo quadro de pessoal que irá aprovar, ter lugar para mais uma.

No emprego a situação está melhor com o plano de obras, em curso, em todas as freguesias. A faixa restante é abrangida pelo MEFE que é um programa muito bom e de grande alcance social. Há 40 a 50 famílias abrangidas.

A preocupação centra-se na mão de obra feminina e na não qualificada.

No respeitante a problemas com a marginalidade nada há a referir que ultrapasse o que é geralmente considerado como aceitável.

16,h00 - Visita à Escola EB 2, 3 Padre João José do Amaral

Da reunião efectuada com o Conselho Directivo destaca-se, após visita às instalações e troca de impressões:

A escola funciona em dois edifícios com os problemas inerentes a esta situação. 1111 alunos dispõe de 86 professores (48 profissionalizados, 2 em profissionalização, 3 com Habitação Própria e 33 sem a mesma). A qualidade do pessoal docente que tem vindo a melhorar é já boa ao nível do 2º Ciclo. Com 34 Auxiliares da Acção Educativa tem o quadro preenchido. Precisaria de mais 7 Auxiliares-Técnicos. Está sem Chefe de Serviços Administrativos prevendo-se o respectivo concurso para 1997. O quadro do pessoal administrativo está preenchido. Verifica-se a falta de secretárias para o novo pessoal colocado, bem como de computadores e máquinas de escrever. Equipamento para o laboratório e para Educação Tecnológica também seria necessário. A disciplina de Educação Física é ministrada ao ar livre face à falta de instalações.

O transporte de alunos é feito em circuitos normais com recurso ou táxi ou ao circuito de aluguer para os Remédios e para o Cabouco.

Os pagamentos do FRASE estão normalizados. Com autonomia financeira, orçamento privativo ou fundo de maneiio introduzir-se-iam melhoras significativas.

A Saúde Escolar tem as vacinas em dia, nomeadamente Hepatite B, com apoio de próteses, óculos, etc, aos alunos mais carenciados.

O absentismo que se verifica nos alunos oriundos de famílias/áreas problema é de imediato transmitido aos Pais, PSP, Inspeção de Trabalho, Câmara Municipal e Comissão de Protecção de Menores. Por desleixo de alguns pais alunos há que ficam fora dos benefícios do FRASE. A indisciplina de alguns reflecte-se no aproveitamento escolar, com particular incidência no 7º ano de escolaridade.

A Associação de Pais é muito activa. Ainda não há Associação de Estudantes.

Se a Escola estivesse vedada seriam menores as preocupações com o problema da droga, e reduzir-se-iam os assaltos que ocorrem, geralmente, aos fins-de-semana e nos feriados.

Os professores com furos nos horários ocupam os tempos livres dos alunos. Existem 9 Clubes Escolares em funcionamento, há jogos e o atelier de cerâmica tem tido muito sucesso. O painel com o nome da Escola foi lá produzido.

CONCELHO DE PONTA DELGADA

18,h30 - Reunião com a Comissão de Prevenção e Controlo da Sida

Decorreu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional. Da intervenção do seu Presidente e das de outros membros da Comissão, nomeadamente em resposta a questões colocadas ressalta:

A nova Comissão de Prevenção e Controlo da Sida, presidida pelo Senhor Dr. Roger de Oliveira, optou por se organizar em núcleos de ilha (com médico, assistente social, professor, enfermeiro) e em núcleos clínicos, em cada hospital (com médicos especialistas, enfermeiro e assistente social).

No caso de Ponta Delgada, não obstante a boa vontade dos que estão no núcleo de ilha, o núcleo clínico é o mais solicitado.

O objectivo primordial é a educação e a prevenção. Há que sensibilizar os pais, os professores, a comunicação social para passarem correctamente a mensagem.

Juntamente com a mensagem distribui-se material. Da Comissão anterior ficou algum, mais cerca de 700 contos. Da Comissão Nacional veio material, mais 5.000 contos. Neste momento faz-se sentir com grande acuidade a falta de uma sede onde as pessoas possam trabalhar, onde haja um funcionário ou outra pessoa sempre contactável. Quanto à falta de equipamento, por exemplo, logo que se proceder à instalação dos citómetros de fluxo verificar-se-á uma grande melhoria.

O sigilo, a confidencialidade de todo este processo, por parte dos diferentes intervenientes, é da maior importância.

Ao longo dos 6 meses, após a sua nomeação, todo o trabalho tem vindo a ser feito com os recursos já enunciados e com os dos serviços a que os membros da Comissão estão afectos.

Nas diferentes ilhas dispõe-se da mesma informação que Lisboa tem, do mesmo tipo de material (Diapositivos, filmes, panfletos, etc) e de pessoas com o mesmo perfil.

Já foram contactados quartéis, e o estabelecimento prisional. A Marinha e as escolas vem na sequência. Vai haver uma Campanha de Verão. São Jorge, na Semana Cultural, terá uma sessão de esclarecimento. Graciosa e Flores, em breve. Trouxe-se uma exposição topo de gama nacional, intitulada "Sidania". Em colaboração com a Direcção Regional da Educação conta-se, só em São Miguel, nos vários Ciclos de Ensino, abranger cerca de 100 estabelecimentos.

Quanto ao número de infectados com a doença a R.A.A. está abaixo dos indicadores nacionais e europeus. Na União Europeia no Continente Português a doença é essencialmente transmitida no âmbito da toxicodependência. Entre nós os casos detectados, nos aqui infectados, foram-no por contacto sexual. A média etária está nos 20/30 anos, contaminados, no mínimo, 7 anos antes. A evolução da doença varia de pessoa para pessoa.

Nos hospitais as medicamentos para os seropositivos são comparticipados a 100%.

Trata-se de uma doença de notificação obrigatória, sendo contudo poucos os casos de declaração voluntária.

As escolas estão a conceber um logotipo próprio, no âmbito da campanha que deverá ser lançado em Dezembro.

Dia 03 de Julho - Quarta-feira

CONCELHO DO NORDESTE

10,h00 - Reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Nordeste.

Os trabalhos decorreram com a presença do Senhor Presidente da Câmara que acompanhou a Comissão na visita às instalações e fez uma intervenção inicial, respondendo, de seguida às questões que lhe foram postas.

O Concelho vive uma dupla interioridade. Está distante dos principais centros de abastecimento - Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Foi o Concelho que perdeu maior percentagem de população - 19% ao longo dos anos. Êxodo para o Canadá.

Era o mais atrasado. Faltava quase tudo! Até 74 água ao domicílio só havia na Vila e em S. Pedro! Ruas calcetadas só na Vila! Electricidade só depois de 74! Deu-se um grande salto em frente!

Na Educação a introdução da leccionação dos 10º e 11º anos foi muito boa. Será um bom contributo para melhor se fixar a juventude que tem vindo a escapar-se.

Na Habitação o Nordeste devia ter um tratamento diferente nos apoios à auto- - construção e na habitação degradada. A mão-de-obra custa sensivelmente o mesmo. Os materiais são contudo mais caros (cimento mais 200.00/saco; areia o dobro; brita mais cara). Era importante que houvesse uma equivalência em relação à restante ilha nos materiais concedidos. Sendo o montante financeiro o mesmo compram-se menos materiais!

No domínio da habitação social começam a aparecer algumas situações. Com o realojamento resolviam-se os cerca de 50 casos. Os processos estão prontos e foi tudo enviado para o Instituto Nacional da Habitação.

Na habitação degradada está-se pior, por exemplo, no caso de idosos com pensões sociais.

No emprego são sobretudo os jovens entre os 18 e os 25 anos, a mão-de-obra feminina e a não qualificada os mais afectados.

Era preciso gerarem-se mais investimentos para criar-se emprego. Os apoios do Governo vão minorando a situação, por exemplo, os SIBRES. Precisa-se de uma estalagem ou hotel e de mais animação.

No sector primário impunha-se mais investimento na indústria ligada às madeiras (serração). Mais investimentos a nível da bacia leiteira. Há um projecto de uma fábrica de leite. A cooperativa mais representativa está a atravessar um momento difícil.

A Casa de Trabalho é um grande pólo empregador.

Vai-se este ano para a Feira de Aveiro com os produtos lá produzidos. Se resultar e dado haver espaço poder-se-ão criar mais empregos.

10,h30 - Visita ao Centro de Saúde

O Presidente do Conselho de Administração, a Vogal Enfermeira e o Vogal Administrativo orientaram a visita ao Centro e falaram sobre o mesmo.

As instalações são boas mas dispendiosas. O internamento dispõe de 25 camas com uma média de ocupação de 50%. 25% das camas são de apoio à 3ª idade.

O peçoal médico está contemplado com 3 profissionais.

Se houvesse mais um médico de saúde pública dar-se-ia melhor cobertura, nos cuidados de saúde primários, ao aspecto prevenção. Um dos três médicos está em dedicação exclusiva.

Dispõe de 11 enfermeiros. O ideal era poder contar com mais 4 ou 5 elementos.

Quanto ao peçoal administrativo o existente é suficiente. O quadro circular responde às necessidades. Só está disponível uma vaga de 3º oficial.

Há ainda 3 ajudantes de enfermagem, lugares a extinguir quando vagarem.

Há equipas multi-disciplinares da saúde (médico, enfermeiro, administrativo)

Não há lista de espera. O atendimento é diário.

Tem-se investido no apoio à deficiência. O programa está a correr bem. A avaliação das actividades programadas, a meio do ano, foi boa. Bom nível de assistência para as crianças e jovens deficientes.

A deslocação de doentes para o hospital do referência (Ponta Delgada) faz-se através do Serviço Regional de Bombeiros (urgência ou doente internado) ou da carrinha do Centro de Saúde (hemodiálise, fisioterapia, etc).

Dá-se apoio à Povoação quando necessário.

Há canais abertos para as especialidades no Hospital de Ponta Delgada. Existe um contrato para estomatologia.

Dá-se boa cobertura/seguimento às grávidas. São bem acompanhadas (100%). Há 100% de partos hospitalares. Nenhum caso de mortalidade infantil no ano passado e no corrente.

Os reembolsos estão em dia. Pagas sempre as dívidas mais antigas.

Existe uma linha de crédito especial de 18.800 contos para uma dívida de 30.000 contos. Os gastos farmácia/mês rondam os 7.000 contos.

11,h30 - Visita à Escola do Ensino Básico 2,3/S do Nordeste

Apoio à Comissão prestado pelo Conselho Directivo.

O estabelecimento conta com a frequência de 573 alunos. Dispõe de 53 professores (50 com habilitação profissional própria ou suficiente e 3 sem a mesma) o que se traduz num dos melhores quadros docentes da R.A.A., na opinião do senhor Presidente do Conselho Directivo, que tem razão para se sentir bem, neste capítulo.

Os quadros do pessoal auxiliar e administrativo estão completos.

Quanto à Fixação de Professores a Câmara Municipal, para o próximo ano lectivo, continuará a apoiar mas só os docentes de Matemática e Física- -Química. Fica a sugestão de se seguir o exemplo da Região Autónoma da Madeira que construiu blocos de apartamentos para fixar professores solteiros ou casados, ou de se voltar a insistir na bonificação de tempo de serviço.

Não há problemas de disciplina. Não há drogas.

O insucesso escolar andarà nas médias existentes e quanto ao absentismo/fuga à escolaridade obrigatória registam-se 2 casos.

Com professores mais habilitados temporariamente o insucesso poderá crescer, aumentando contudo o sucesso educativo, em igual proporção, pelo menos. É cada vez mais necessária a autonomia financeira. 400 contos para manutenções/reparações é manifestamente insuficiente. A título exemplificativo 4 portas com vidros partidos

necessitam de 440 contos para serem reparadas!. Acompanhamento por parte de pessoal técnico da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações seria bem-vindo.

Antes do Natal foram recebidos 4 quadros. Aguarda-se a vinda de mais 11 que estão a fazer muita falta.

A Associação de Pais funciona. Prepara-se Associação de Alunos.

10º ano com duas turmas (44 alunos) - agrupamentos 1 e 4. Envidam-se esforços para abrir o 10º ano à noite. Em 1996/97 arrancará o 11º ano.

Os transportes escolares fazem-se com circuitos de aluguer.

O Frase está com os pagamentos dentro dos prazos normais.

Há que criar incentivos para se ser Presidente do Conselho Directivo. Atente-se no recém publicado Decreto Regulamentar Regional nº 27/96/A, que contempla os Directores e Sub-directivos Escolares.

CONCELHO DA POVOAÇÃO

15,h30 - Reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Povoação

Da reunião com o Senhor Presidente da Câmara focam-se os seguintes pontos/situações:

No campo da Educação/cooperação financeira com o Governo para reparações das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico afirma-se que não há orientações claras para candidatar as ditas obras ou PEDRAA. Diz-se haver, na opinião da autarquia, uma lacuna do ponto de vista legal. Na mesma linha acha-se que o Governo deveria assumir também uma parte dos 15% que seriam da responsabilidade da Câmara (7,5%+7,5%) não se contando com o facto de o Governo assumir uma parte dos juros, nos contratos ARAAL.

Quanto à habitação dispõe-se de 60.000 contos e há situações de habitação degradada, de Auto-Construção e Habitação Social. Há duas novas urbanizações destinadas a casais jovens - Furnas e Ribeira Quente.

Devia incentivar-se os casais jovens a adquirir casas nas Lombas (Carro, Botão, Pomar) que precisam de ser reanimadas. Seriam precisas cerca de 100.

Há casas com muito más condições — são casas de emigrantes, de muitos herdeiros ou de pessoas a quem esta zona não diz nada!

A Câmara vai continuar a apoiar a Fixação dos professores se bem que com valores mais baixos para manter em funcionamento o mercado do arrendamento.

No referente à droga e delinquência, em geral, é sintomático já haver 2 grupos de traficantes condenados. 2 a 3 indivíduos podem desequilibrar muita coisa!

No âmbito do desemprego o fulcro situa-se ao nível do primeiro emprego. A criação do ensino secundário adiou a pressão dos jovens por 3 anos. Saem, em média, 50 alunos/ano. O Ensino Secundário abriu com 150. Tudo vai depender muito do investimento privado e do público.

A Câmara também não se mostra aberta a servir de "posto de atendimento aos desempregados".

Contrapõe o seu Presidente que deveria haver um Posto de Atendimento da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, na Povoação.

16,h00 - Visita ao Centro de Saúde

A Comissão, recebida, acompanhada e esclarecida pela equipa dirigente do Centro (Presidente do Conselho de Administração e Vogais de Enfermagem e Administrativo) registou o seguinte:

As instalações são deficientes tanto quanto ao espaço como quanto à funcionalidade. Água, esgotos e electricidade acusam falhas/roturas. Há problemas quanto aos equipamentos - esterilização e Raiox antiquado. Os restantes vão servindo.

As análises são feitas no Laboratório na Ribeira Grande.

Não obstante estas condições menos boas que só serão ultrapassadas com a ampliação (1000 e tal m²) que está na fase de adjudicação de projecto, o funcionamento da unidade, como um todo, pode considerar-se razoável. A população está satisfeita por dispôr de serviço de atendimento permanente, por toda a gente ser atendida no dia, só havendo marcações para as consultas de vigilância.

Há 4 médicos, 11 enfermeiros, 8 administrativos e 22 auxiliares (número suficiente).

Há 16 camas para internamento com uma ocupação de 40% a 50%, numa média de 6 a 7 dias de estadia na unidade.

Faz-se prevenção, saúde materno-infantil, e o pessoal de enfermagem vai à Escola. Presta-se apoio a nível de psicologia, havendo um contrato com um Psicólogo. Não há contratos com mais nenhum especialista por falta de espaço.

Não é descurado o relacionamento Escola/Família.

Não há maternidade. No dizer dos visados "a melhor maternidade para a Povoação é uma boa estrada para Ponta Delgada". Há 90 a 100 partos por ano. Tudo tem corrido pelo melhor.

Dispõe de 4 Postos de Saúde — Furnas, Ribeira Quente, Faial da Terra e Água Retorta.

Presta apoio ao Centro Termal das Furnas com um médico. Sugeriu-se que as Termas deveriam dispôr do apoio de um Conselho Técnico (Dermatologista, Otorrino etc) ou seja de especialistas nas áreas de interesse para o tratamento termal com o apoio de mais um médico em dedicação exclusiva. Deveriam, além disso, ser uma entidade autónoma, talvez noutra dependência - Turismo em vez da Saúde.

Os reembolsos estão em dia. Os pagamentos estão pois dentro dos prazos habituais. A farmácia tem uma despesa/mês na ordem dos 9.000 contos, 14 contos per capita, em 1995.

É urgente criar-se para a Povoação um subsídio de fixação para os enfremeiros idêntico ao existente para o Nordeste.

17,h00 - VISITA À ESCOLA BÁSICA 2, 3/S MARIA ISABEL DO CARMO MEDEIROS

O Conselho Directivo prestou todo o apoio mostrando e esclarecendo tudo quanto foi solicitado.

A escola dispõe de 59 docentes (46 com habilitação profissional, própria/suficiente; 13 sem a mesma).

O número de alunos situa-se nos 725 com 60 à noite. 29 turmas e funciona-se em desdobramento (das 8,30/13,30; das 13,30/18,30 — — sábado das 8,30/13,30).

O arranque do 10º ano, em três agrupamentos com 5 turmas enriqueceu e fez subir o nível do 3º Ciclo. O quadro docente com os apoios à fixação existente mantém-se — apoios só para quem lecciona no Secundário.

Precisar-se-iam de mais salas. Apesar de estar a chegar muito material continua a haver equipamento em falta, por exemplo microscópios.

Não obstante os problemas que parecem pairar de novo sobre a área Transportes Escolares, o existente é muito bem feito, em moldes a "contentar tudo e todos".

A Formação de professores ocasiona, por vezes, interrupção de aulas.

O prosseguimento de estudos dos alunos cifra-se em cerca de 15/20 casos, do 2º para o 3º Ciclos.

O Conselho Directivo vai continuar em funções.

A cantina serve 300 refeições embora só disponha de capacidade para 200 alunos.

Precisa-se de mais pessoal auxiliar.

Não há problemas graves - quanto à disciplina dos alunos.

A Associação de Pais está em fase de instalação, já com os estatutos aprovados.

Dia 04 de Julho - Quinta-Feira

CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO

10,00 - Reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

O Presidente em Exercício do Município recebeu a Comissão e seguindo um memorando previamente distribuindo fez o seguinte balanço da situação do Concelho:

1 - Serviços Dependentes do Governo Regional

- **Porto de Recreio** - O projecto e o estudo de impacto ambiental aguardam resposta da Junta Autónoma dos Portos, de Ponta Delgada.

- **Porto de Pesca - Rampa e Casa dos Apetrechos** - Teve reparações. Não se precisa de um porto novo. A rampa precisa de ser melhorada. O projecto da Casa dos Apetrechos foi entregue já à Lotaçor.

- **Caminhos de Penetração** - Persiste a indefinição quanto à entidade responsável pelos mesmos. A Câmara poderá ficar com essa responsabilidade desde que lhe sejam facultadas as contrapartidas necessárias para a devida manutenção.

- **Habitação Social** - Há um projecto p/loteamento em Água d'Alto - está atrasado quanto às infraestruturas e à construção das habitações.

No total, Auto-Construção e Habitação Social serão precisas umas 100 Habitações.

- **Verbas da Comunidade** - Sem as participações a Câmara Municipal não tem capacidade para avançar.

Há 120.000 contos em atraso.

- **Aumento da Escola Básica 2,3 de Vila Franca do Campo**

Há uma grande falta de espaço agravada pelo aumento de 43 para 50 turmas. Em Agosto iniciar-se-ão as reparações das Escolas do 1º Ciclo do Básico.

- **Construção da Escola Básica, Carreira Miguel Inácio- Ponta Garça** - O terreno está adquirido. Há que desactivar a escola que está em cima da falha geológica e fazer outra para a substituir.

- **Falésia da Rocha dos Campos** - está em curso o projecto de execução - espera-se que seja posto a concurso.

- **Ripagem do Talude da ER nº 1 de 1ª da Ponta da Praia ao Pisão** - deverá ser incluída no próximo PMP - situação preocupante pela ameaça que constitui para a via pública, onde circulam, nomeadamente, os autocarros com os alunos.

- **Aumento do Parque de Estacionamento na Praia de Água d'Alto** - A ser feito na sequência da ripagem mencionada. Obra indispensável para a época de Verão.

2 - Serviços Dependentes do Governo da República

- **Tribunal** - O projecto está feito. Os 5000 contos do PIDAC devem ser só para pagar o dito projecto.

- **Casa dos Magistrados** - Projecto feito e posto a concurso para se acabar com ruínas de há 45/46 anos! Por ser caro anularam o concurso.

A Câmara Municipal cedeu 2 casas para o Meretíssimo Juíz e para o Senhor Delegado do Ministério Público com vista a serem trocadas com as ruínas.

- **Quartel da Polícia** - Há terreno. A Câmara adquiriu e cede-o.

3 - Obras em Execução pela Câmara Municipal

- **O Saneamento das Freguesias de Ponta Garça, Ribeira das Tainhas e lugar da Ribeira Seca - 2º e 3ª Fases** está em curso e prolonga-se pelo ano que vem.
- **Ribeira dos Pelames** - em execução (falta só o saneamento da ribeira).
- **Estação de lavagens e desinfeção de viaturas** - está concluída.
- **Estrada de acesso ao Porto de Recreio** - já está feita.
- **Plano Director Municipal** - está em fase de apreciação final para publicação.
- **Grande Conservação da Escola Básica de Água d'Alto Prof. José da Costa e respectiva Cantina e da Escola Básica Prof. António Santos Botelho** - projecto posto a concurso.

10,30 - Visita ao Centro de Saúde

O Concelho de Administração recebeu a Comissão acompanhando-a na visita e prestando todos os esclarecimentos pretendidos:

O Centro tem 7616 utentes inscritos na Sede e 1892 no Posto de Saúde, de Ponta Garça.

Dispõe de 7 médicos, 22 enfermeiros (nº insuficiente, não havendo profissionais para substituições) para além de estar carente também de Pessoal de Apoio e Vigilância.

Tem acordos celebrados com Fisiatra, Médico Dentista e Fisioterapeuta.

Quanto ao equipamento há falta de material de fisioterapia, de material para o serviço de urgência, nomeadamente nebulizadores e manómetros.

Há problemas com um dos equipamentos de esterilização por avaria do compressor. Faltam roupas de cama e colchões.

Das 22 camas existentes só 18 estão ocupadas por falta de material e de pessoal.

Desde que o Centro foi reconstruído, em 1991, não voltou a ser retelhado o que trás problemas no Inverno.

Não há equipas multi-disciplinares de Saúde nem estrutura física que permita isso.

A urgência é assegurada 24 Horas com médico e enfermeiro.

Os reembolsos verificam-se à volta de 1 mês.

O Centro de Saúde vai assinar um protocolo para fazer face às despesas com fornecedores.

A **deslocação de doentes** para Ponta Delgada não têm problemas nas urgências, havendo contudo demoras nas consultas.

Os utentes são atendidos, no Centro, no dia ou passados um ou dois dias. As consultas estão programadas e a demora é a habitual.

A pequena cirurgia e o otorrino são assegurados pelo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Há interesse em que se faça mais Formação Profissional.

Há falta de equipamento para análises. Recurso a um laboratório privado.

Por último uma referência aos idosos internados que deveriam ser assumidos pela Segurança Social.

11,30 - Visita à Escola Básica 2,3 de Vila Franca do Campo

O Conselho Directivo acolheu a Comissão e elucidou-a sobre a situação do estabelecimento de ensino.

O número de alunos aumentará para 1395 e as turmas que agora são 43 passarão para 50, com uma média de 24/25 alunos/turma.

A escola dispõe de 78 docentes, 60% dos quais com habilitação própria ou suficiente.

Há falta de Auxiliares de Acção Educativa apesar do quadro estar preenchido (mais 12 unidades, pelo menos) quanto ao Pessoal Administrativo está bem.

Não há problemas graves de indisciplina.

A Associação de Pais funciona.

O Frase tem tudo em ordem.

Não há problemas com os transportes escolares excepto no que se refere ao desejo de se reduzir o limite dos 3 Kms.

A Saúde Escolar não tem sido descurada. Os alunos estão vacinados e é boa a colaboração com o Centro de Saúde.

Precisariam de um órgão para a Educação Musical, de material de laboratório, de entre outro e de uma fotocopiadora.

O apoio de um psicólogo seria de maior utilidade para os alunos oriundos das zonas carenciadas.

A Formação de Professores está a decorrer bem.

Deveriam ser contemplados os Auxiliares de Acção Educativa.

A vedação vai começar a ser colocada.

CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

15,00 - Reunião com o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Recepção, visita e esclarecimentos proporcionados pelo Senhor Presidente da Câmara:

Começou por afirmar que a Ribeira Grande sempre foi uma terra de gente resignada com o desenvolvimento a passar-lhe à porta!

Expressou o desejo do próximo PMP contemplar melhor o Concelho.

Precisa-se de um Pavilhão Desportivo e do arranque do Parque Desportivo da Ribeira Grande que irá servir as duas escolas e a comunidade.

Não se deverá esquecer de verificar se a C+S da Maia é ou não precisa?

As obras da Gaspar Frutuoso (EB2/3) estão concluídas. A seguir está Secundária Geral e Básica.

A suspensão da área das expressões causou descontentamento e apreensão. A possibilidade, de a título excepcional, docentes poderem permanecer nas Escolas Básicas (EB/JI) por períodos mais longos, para seguirem determinadas experiências/apoio, foi também focada. Presente o caso da EB/JI Luisa Constantino.

No Campo da Saúde e Segurança Social

Para 28000 habitantes não há polivalentes. O Posto de Saúde de Rabo de Peixe (7000 utentes) não tem ninguém para dar uma injeção ao fim de semana.

No relativo a Formação Profissional impõe-se que se regionalize a certificação dos cursos na área das Pescas, ministrados pela Escola de Formação Profissional de Pescas, que se está a implementar.

O Desemprego preocupa pela mão-de-obra disponível. Em épocas de crise sente-se mais. O MEFE mais o Rendimento Mínimo Garantido são indispensáveis para que não se passe fome, nalguns casos.

Na Habitação há que resolver o problema do realojamento.

A cooperação financeira com o Governo na área da recuperação dos edifícios do 1º Ciclo vai funcionar. Está-se a trabalhar nos projectos. Os levantamentos estão feitos. Gastar-se-ão 70.000 contos na dita intervenção.

Há alguns problemas de delinquência a que é preciso estar atentos.

Está a ser estruturada uma Comissão para intervir melhor na zona de Rabo de Peixe com a participação da Câmara, Junta de Freguesia da Acção Social, da Escola, da Igreja, do Centro de Emprego e da Habitação.

As **Irmãs Criaditas dos Pobres** estão a fazer uma obra notável em Rabo de Peixe, sendo muito bem aceites.

Há que descentralizar. Os serviços não podem continuar a estar concentrados em Ponta Delgada.

Só a iniciativa privada não chega. O Governo também tem de dar uma ajuda.

A escola tem vindo a ter um papel importante para que o conceito da cidade entre.

A escolaridade obrigatória deverá ser ministrada em simultâneo com a Formação Pescas.

Precisa-se de uma envolvente à cidade, mais polivalentes.

15,30 - Visita ao Centro de Saúde

Visitas e esclarecimentos prestados pela equipa do Concelho de Administração.

O Centro dispõe de 9 médicos, 35 enfermeiros, 11 administrativos (9+2 que vão entrar) 28 elementos de Apoio e Vigilância e 28 de Acção Médica.

A média de utentes/médico cifra-se nos 3000.

A marcação de consultas é feita mês a mês. Há sempre o escape do SAP.

Dispõe de (6) Postos de Saúde - Maia, Lomba de Maia, Fenais da Ajuda, Ribeirinha, Rabo de Peixe, e Pico da Pedra.

Há equipas multi-disciplinares de saúde constituídas.

O envio de doentes para Ponta Delgada, via SAP, corre bem.

Para marcação de consultas é mais difícil. as ecografias são o mais complicado!

O serviço de análises clínicas funciona com um protocolo com Vila Franca, Nordeste, Povoação e Vila do Porto.

As instalações precisam de conservação. Sem manutenção desde 1992.

A Saúde Escolar tem vindo a ser assegurada por equipas que cobrem as zonas nascentes, poente e centro.

Tem havido detecção em relação aos problemas da visão/audição.

A estomatologia tem sido devidamente contemplada.

" Sou amigo dos meus dentes" - exposição que envolveu todas as Escolas.

Os reembolsos são imediatos.

Os fornecedores estão a ser pagos a 120 dias.

O Centro vai aderir ao Protocolo Financeiro.

16,30 - Visita à Escola Secundária Geral e Básica da Ribeira Grande

Visita e acompanhamento por parte do Concelho Directivo.

Desde o seu início, em 1974, que o balanço é positivo no contexto do serviço prestado à educação pela escola na Ribeira Grande.

Até 1985 correspondeu às necessidades. Agora está a ampliar-se e a reestruturar-se.

De realçar a participação da Escola em todo o processo (concepção, planeamento e execução). Foi grande o esforço da SREC/DRE com um grande empenho a partir dos últimos 2 anos. Destaque para a acção do Dr. Manuel Conde e da Dra. Ema Silva. A DREC foi também uma entidade bastante interactiva. A empresa está a corresponder.

A escola está satisfeita com as infraestruturas e com os equipamentos que a lançam para o ano de 2000!

O próximo ano lectivo, com a concordância do Concelho Pedagógico, da Associação de Pais, da Associação de alunos e do Concelho Directivo arranca com as obras a decorrer, tomadas as devidas salvaguardas.

O grosso da obra ficará concluído até finais de Setembro. Não haverá grandes inconvenientes a nível pedagógico e didáctico.

Desconhece-se o que se passa com o Parque Desportivo.

Informalmente consta que está a andar. Deveria ser feito com idêntica colaboração.

Consta que será destinado às duas escolas e à comunidade, em geral.

Os Recursos Humanos tem vindo a ser apetrechados com os elementos convenientes. Não obstante haver grupos em situação ainda difícil, outros há que estão completos.

Precisar-se-iam de mais Auxiliares de Acção Educativa.

Está-se bem servido de Pessoal Administrativo.

Os MEFE, em nº de 6, ajudam mas não são solução.

As Associações de Pais e de Alunos não funcionam, de momento.

Aos poucos vai-se ultrapassando o iato existente entre a Escola e o Meio .Em termos reais, estatísticas à parte, tem vindo a aumentar o sucesso educativo.

Os alunos faltam muito menos nos 10º/11º e 12º Anos.

Não se concorda com a aferição nacional.

As escolas deveriam ser generalistas mas também ter especificidades. Estar vocacionadas para as potencialidades do seu Concelho. Não deveriam ser todas mais ou menos iguais.

Era preciso mais colaboração da comunidade para a elaboração do Plano de Escola.

A autonomia financeira é por demais necessária.

Só autonomia pedagógica é muito pouco. Pagam-se despesas. Não se geram receitas!

Mais descentralização deve ser a palavra de ordem.

Os gestores deveriam ser devidamente remunerados.

48 Horas de redução, para 5 elementos de um Concelho Directivo, é muito pouco!

No combate à toxicodependência, ao tabaco e ao álcool existem excelentes relações com a PSP.

Há um grande esforço de afirmação e de participação por parte da escola.

Urge criarem-se condições para que perímetro à volta das escolas seja mais fechado e protegido.

No âmbito da Formação de Professores há melhorias nas questões científicas, menos nas pedagógicas e ainda menos nas qualidades humanas.

Precisar-se-ia de mais qualidade na orientação dos estágios.

Os transportes tiveram uma gestão muito cuidada, turma a turma, hora a hora. Há 12 autocarros por dia. Em articulação com a DRE reduziu-se o orçamento e melhorou-se o serviço público poupando-se 5000 contos.

Quanto ao insucesso, muito dele é devido mais às grandes carências afectivas do que às económicas.

Mais acompanhamento familiar seria desejável!

Implica mais tempo na escola em actividades não curriculares.

A média de alunos/turma é de 22.

O Frases está a pagar dentro dos prazos habituais.

A fuga à escolaridade/absentismo não são significativos.

Não há problemas de disciplina.

A Saúde Escolar conta com o apoio do Centro de Saúde que intervém quando solicitado ou no decurso de iniciativas próprias.

Horta, 4 de Setembro de 1996.

O Relator, *Aurélio da Fonseca*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo*.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Após a leitura do relatório anterior, eu gostaria de, nesta Câmara, e atendendo a que durante esta Legislatura fui o Presidente da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais desde o início, ou seja, durante estes 4 anos, dar uma palavra de apreço a todos os Srs. Deputados dos diversos grupos parlamentares que comigo conseguiram produzir um trabalho profícuo e válido.

Deram entrada nesta Casa cerca de 200 iniciativas legislativas. E só esta Comissão da qual sou Presidente, emitiu parecer a mais de 1/3 desses documentos.

Foi um trabalho de grande envolvimento por parte de todas as forças políticas. E numa altura como esta, em que há Srs. Deputados que não voltam a ser candidatos e que à partida não podem ser reeleitos, designadamente o Sr. Deputado Homem de Gouveia, as Sras. Deputadas Rosa Machado e Nélia Figueiredo, o Sr. Deputado Fernando Fonte e o Sr. Deputado Hélio Pombo, eu queria aqui sublinhar e agradecer publicamente a todos eles a sua dedicação, empenho e disponibilidade permanente para colaborarem e pugnares na procura das melhores soluções.

Aos outros que virão para esta Casa, dirijo também algumas palavras como Presidente desta Comissão, porque face a algumas matérias que tivemos entre mãos, algumas delas complexas, nomeadamente legislação com implicações com a vida das pessoas, tais como concursos e direitos e deveres dos trabalhadores, nós conseguimos durante todo este tempo evitar conflitos com os parceiros sociais.

Por outro lado, não poderia deixar de registar o meu apreço aos Srs. Deputados membros da Comissão, nomeadamente os Srs. Deputados Paulo Valadão, Fernando Fonte e Francisco Sousa, que embora mantivessem sempre a firmeza das suas posições de natureza partidária, sempre colaboraram na procura das melhores soluções.

A todos vós, da minha parte e em nome da instituição que representamos, o meu muito obrigado.

Finalmente, gostaria ainda de enaltecer a amizade e colaboração dispensada pela relatora da Comissão a Deputada Fátima Oliveira durante estes 4 anos e que não será novamente candidata.

A ela o meu agradecimento sincero por me ter aturado durante todo este tempo, a sua dedicação, o seu empenho que sempre colocava na emissão dos pareceres e muitas vezes ter que ceder, perante a opinião contrária dos outros deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Peço ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano o favor de proceder à leitura do respectivo relatório.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açoresde.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1996)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes Deputados:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Victor Evaristo - **Presidente**

- Eugénio Leal - **Relator**

- António Almeida

- Gaspar da Rosa

- Manuel Brasil

- Gastão Pacheco

- José Gonçalo Botelho

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Francisco Oliveira - **Secretário**

- Dionísio Sousa

- Mário Machado

- Fernando Lopes

- Manuel Serpa

DEPUTADO INDEPENDENTE

- Manuel António Martins

CAPÍTULO II

GENERALIDADES

1 - No decorrer deste Ante-Período Legislativo a Comissão realizou nos termos estatutários, uma visita às ilhas do Corvo e Flores no período compreendido entre 9 e 12 de Julho.

2 - A Comissão reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na manhã do dia 4 de Setembro, tendo estado presente para prestar esclarecimentos sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 23/96 - "Alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores" a Senhora Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

3 - Na visita às ilhas do Corvo e Flores faltaram justificadamente os Deputados Victor Evaristo, Gaspar da Rosa, Gonçalo Botelho, Mário Machado, Manuel Serpa e Manuel António Martins. O Deputado José Manuel Nunes substituiu o Deputado Gastão Pacheco.

Na reunião do dia 4 de Setembro faltaram justificadamente os Deputados Dionísio de Sousa, Mário Machado e Manuel António Martins.

CAPÍTULO III

TRABALHOS REALIZADOS

Durante a visita realizada às ilhas do Corvo e Flores, efectuaram-se reuniões com os Presidentes das Câmaras Municipais de Vila Nova do Corvo e Lajes das Flores, União de Cooperativas da Ilha das Flores, Associação Agrícola da Ilha das Flores e com representantes da Câmara do Comércio.

Da visita foi efectuado um relatório que é anexo ao presente, dele fazendo parte integrante.

A Comissão apreciou e emitiu parecer sobre:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/96 - "Alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996".
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/96 - "Alteração ao artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/96/A, de 6 de Junho".
- Proposta de Resolução sobre "Compensações Financeiras à Erradicação da Brucelose".

Em relação ao Projecto de Ante-Proposta de Lei 2/96 - "Afectação à Região Autónoma dos Açores de uma Percentagem dos Prémios ou Contribuições Relativas a Seguros Cobrados na Região", os Deputados do Partido Socialista como proponentes do mesmo informaram que o retiravam.

CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

1 - Foi decidido por unanimidade não ser este o momento oportuno para a discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/95 - "Regime Jurídico do Novo Sistema de Gestão de Contabilidade e de Tesouraria, no Quadro de Reforma da Administração Financeira do Estado, que adopta na Região a designação de SAFIRA" e da Ante-Proposta de Lei - "Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores".

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/95 - Alteração ao Decreto Regional nº 18/80, de 21 de Agosto - "Regime Jurídico do Arrendamento dos Baldios" em que o Governo Regional havia manifestado a intenção de ser retirada.

Horta, 4 de Setembro de 1996.

O Relator, *Eugénio Leal*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo*.

Visita oficial da Comissão Permanente de Finanças e Plano às Ilhas do Corvo e Flçores

Visita oficial à Ilha do Corvo

A Comissão reuniu com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Corvo, no dia 8 de Julho, que informou sobre as principais preocupações da população corvina apresentando a actual situação dos projectos e investimentos mais importantes, em curso na ilha, designadamente:

- A situação da Casa de Matança está em vias de resolução tendo já sido efectuado o projecto e adquirido o terreno para a sua construção, já na posse do Governo Regional. São exportadas cerca de 300 cabeças de gado vivo por ano;

- Os deputados foram também informados do projecto de construção de uma pequena unidade de transformação de leite, a ser gerida em parceria pela Câmara Municipal e pela Cooperativa Lacto Corvo que reunirá os produtores interessados permitindo a transformação de 1.500 litros de leite por dia para fabrico do típico queijo do Corvo;

- Foi salientada a necessidade de algumas Secretarias Regionais terem um representante na ilha, situação que actualmente é resolvida pela dependência dos serviços na ilha das Flores;
- Foi destacada a necessidade da deslocação mensal de um navio à ilha, situação em análise pela Transinsular e outras transportadoras regionais;
- O Presidente da Câmara referiu a importância das actuais deslocações da SATA à ilha, considerando os dias ideais para o efeito as 2as, 4as e 6as feiras;
- A importância da pavimentação da estrada com ligação ao Caldeirão, ponto turístico de grande interesse, foi outra das referências efectuadas, bem como os problemas relacionados com a infiltração de águas do Caldeirão, situação que se verifica há muitos anos;
- Apresentou ainda os investimentos em infraestruturas balneares e na rede de distribuição de água.

A Comissão visitou as obras de pavimentação da estrada do Caldeirão.

A Comissão visitou também as instalações da Lotaçor, sendo acompanhada pelo seu responsável. Verificou-se o aumento da sua capacidade de armazenagem e a importância no abastecimento da ilha e no acondicionamento dos produtos a comercializar no exterior.

Visita oficial à Ilha das Flores

A Comissão efectuou no dia 9 de Julho a visita à ilha das Flores, reunindo na Câmara Municipal, não tendo sido possível reunir com o seu Presidente, por motivo de saúde. A Comissão foi recebida pela Direcção da União de Cooperativas da Ilha das Flores, após uma visita às instalações da nova unidade industrial de lactícínios.

A fábrica, com a capacidade para laborar 20.000 litros de leite por dia, apenas labora 1.000 litros/dia e aguarda, com esperança, uma reacção positiva dos lavradores da ilha que orientaram as suas explorações para a produção de bovinos de carne, em virtude de não ter sido conseguida, anteriormente, a comercialização do leite e o justo pagamento do mesmo ao produtor.

Uma das actuais preocupações da Cooperativa é evitar a perda da quota leiteira da ilha.

A União recebe leite de 153 sócios e existem 15 postos de recolha.

A Comissão de Economia Finanças e Plano reuniu também com os directores da Associação Agrícola da Ilha das Flores, que apresentou a situação preocupante da lavoura, referindo que apenas os subsídios ao rendimento minimizam a situação dos produtores.

A situação vivida com a comercialização da carne , importante sector na referida ilha, agravou substancialmente o rendimento dos produtores, apesar da Associação desenvolver há alguns anos, a sua intervenção com a organização de leilões de Gado no continente.

Existem 2.000 vacas em produção leiteira, incluindo vacas aleitantes. O pagamento do leite encontra-se atrasado 3 meses e apenas cerca de 10% dos produtores têm menos de 40 anos.

No dia 10, a Comissão deslocou-se ao Concelho das Lajes, tendo visitado a Câmara Municipal e as suas novas instalações, reunindo com o seu Presidente.

Foi salientada a importância dos recursos financeiros da União Europeia designadamente os do programa PEDRAA II e as limitações dos "plafonds" do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Manifestou também a preocupação pela falta de população activa na ilha e referiu a expectativa quanto ao desenvolvimento dos sectores do leite e da carne.

A escala de um barco de 28 em 28 dias na ilha e as dificuldades de transportes marítimos, foi apontada com factor limitativo do desenvolvimento económico.

Foi referida a frequência de 100 iates no porto, sendo necessárias adequadas estruturas para receber os respectivos tripulantes. Dois terços dos turistas que visitam a ilha são estrangeiros.

Na área do comércio, referiu-se ao constante problema do "stock" de produtos perecíveis, esforço que tem sido efectuado pelos comerciantes locais.

Finalmente, a Comissão efectuou uma reunião na delegação local da A.L.R.A., com representantes da Câmara do Comércio.

A primeira referência foi feita à importância dos transportes marítimos, à dependência da economia da ilha e à impossibilidade da utilização dos transportes aéreos em condições de viabilidade económica.

As empresas comerciais dependem das importações e a escala de um navio de 28 em 28 dias obriga à existência de "stocks" anormais dos produtos, a encargos financeiros extraordinários, descapitalizando as empresas e alterando o normal plano de pagamentos das mesmas. Ficam também impedidos de beneficiar das promoções do mercado actual (as mercadorias levam 15 dias desde a encomenda até chegarem ao armazém).

A obrigação de transbordo em outros portos da Região, prejudica os produtos perecíveis.

Consideram desejável a regularidade de 15 em 15 dias da escala de um navio.

Foram também efectuadas referências ao custo da energia eléctrica, designadamente para a utilização de câmaras frigoríficas para "stock" de determinados produtos.

No que respeita à construção civil, foi apresentada a situação das britadeiras locais pública e privada e os problemas com a confirmação de cargas via aérea.

Ponta Delgada, 8 de Agosto de 1996.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão para prestar um esclarecimento.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas breves questões em relação à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Como V. Ex^{as}. tiveram oportunidade de ver, houve uns trabalhos pendentes, um diploma que pela sua complexidade e porque poderia envolver alguma matéria que pudesse ficar prejudicada face ao que estava a ser regulamentado a nível nacional - e estou-me a referir ao SAFIRAA - a Sr^a. Secretária das Finanças manifestou interesse em que o mesmo diploma não fosse analisado pela Comissão, tanto mais que, na sua opinião, ele já não iria influenciar a feitura do novo orçamento regional. Foi essa a razão pela qual ele ficou assim.

Em relação à Proposta de DLR N° 15/95 e que diz respeito ao "regime jurídico do arrendamento dos baldios", também foi manifestado pelo Secretário que tem essa competência, de que havendo (como havia) a nível nacional alguma alteração a essa matéria, seria bom não haver precipitações sobre essa questão.

Foi manifestado por parte do Presidente da Comissão, a intenção de que esses diplomas deveriam ser retirados pela forma normal, ou seja, pedindo realmente a sua retirada.

Isso acabou por não se confirmar e, portanto, eles acabam por cair por si próprios.

Queria dar apenas aqui conta muito brevemente da situação que se prende com os trabalhos do grupo do qual faço parte, com muita honra, por indigitação desta Assembleia, no qual trabalhámos intensamente, quer o grupo de trabalho dos Açores quer o da Madeira, em reuniões quase semanais, que se prolongaram durante os meses de Abril, Maio, Junho e Julho.

A meados (um pouco já mais para diante), foi entregue ao Sr. Ministro das Finanças o nosso relatório, tal como foi entregue também o relatório da Madeira.

Por pedido expresso do Sr. Presidente da Comissão do grupo de trabalho dos Açores e da Madeira, o Prof. Paz Ferreira, e por solicitação do Sr. Ministro Sousa Franco, foi requerido que não fossem divulgados ainda os relatórios, na medida em que ele (Sr. Ministro) ter-se-ia comprometido - e comprometeu-se, porque é um homem de palavra - a debruçar-se sobre os dois relatórios durante o seu período de férias. E fê-lo. Tanto assim, que eu ontem recebi nesta Casa um fax da Dr.^a. Alexandra Pessanha que é a secretária do nosso grupo de trabalho e assistente do Prof. Paz Ferreira, a convocar-me já para a próxima Segunda-feira para uma reunião no gabinete do Sr. Ministro.

Perguntei para lá, telefonicamente, qual era o fundamento dessa reunião e foi-me dito de lá que o Sr. Ministro queria saber - porque já apreciou os relatórios e já farei chegar à Assembleia na próxima semana o nosso relatório, depois de ter o parecer do Sr. Ministro - a posição da Madeira e dos Açores, com vista à feitura do próximo orçamento geral do Estado.

Penso que é uma atitude extremamente correcta por parte do Sr. Ministro Sousa Franco.

Penso que ele está a cumprir integralmente aquilo que vos disse.

Como os Srs. Deputados terão oportunidade de ver, uma vez que trarei o relatório para a próxima semana de Lisboa fazendo entrega dele ao Sr. Presidente da Assembleia, tendo a partir daí divulgação pública, nós combinámos a nível do nosso grupo de trabalho e do da Madeira também, não fazermos conclusões do relatório. Elas são evidentes por si próprias.

Quero adiantar aos Srs. Deputados que fizemos questão, tanto eu como o Sr. Dr. André Sequeira, de que fosse constante da parte introdutória do relatório a indicação - e até vêm citados vários dos Srs. Deputados que estão aqui presentes que participaram nessa audição - de que o grupo de trabalho os ouviu.

Portanto, se por acaso não aparecer o nome de algum Sr. Deputado que tenha manifestado alguma preocupação à Comissão, eu estou à vontade para dizer que se procurou compilar ao máximo, de qualquer maneira poderá ter escapado alguma coisa, aliás eu não estive nessa audição, porque nessa altura estava num outro serviço, mas sei que houve por parte da Dr.^a. Alexandra Pessanha o cuidado de fazer constar na parte introdutória do relatório aquilo que alguns Srs. Deputados transmitiram ao grupo de trabalho.

Eu lembro-me assim de cabeça que aparece citado o nome do Deputado Dionísio de Sousa e mais uma série de deputados, manifestando as suas opiniões, mas não sei agora os outros nomes. O que sei é que eles aparecem lá citados.

Portanto, os Srs. Deputados terão oportunidade de consultar o relatório e verão uma condensação enorme em mapas com números e procurou-se dar uma panorâmica total e completa da situação económica da Região e procedemos a um levantamento exaustivo, a pedido do Sr. Ministro, das projecções até ao ano 2005, ou seja, no que respeita às necessidades de financiamento da Região. O que não foi nada fácil de fazer, pois implicou trabalhos de computador nos quais eu não colaborei, fi-lo mais na parte jurídica com o Prof. Paz Ferreira, mas penso que está um trabalho que não envergonha o representante desta Assembleia.

Nesta reunião de Segunda-feira, penso que teremos que expressar ao Sr. Ministro das Finanças as nossas preocupações, algumas delas já ressaltadas no relatório, a fim de que seja possível o Sr. Ministro ouvir quais são as preocupações das Regiões, no

sentido de que o próximo orçamento do Estado possa contemplar algumas dessas preocupações.

Eu ressaltaria aos Srs. Deputados que temos como prioridades assente e constantes no relatório - vamos ver se é possível conseguir resolver de uma vez - a dívida da Caixa Geral de Depósitos.

A questão do Fond de Rétablissement, que é uma questão que é preciso decidir e a consolidação da dívida da Região também.

Tudo isso ficou ressaltado no nosso relatório, bem como a Madeira, ou seja, ressalvamos que o montante da dívida regional não poderia continuar a protelar-se e a desenvolver-se na forma em que está.

Teria que haver uma modalidade de consolidação dessa dívida, a fim de que a Região pudesse respirar financeiramente.

Também insistimos em que as transferências do OE para a Região pudessem vir maioritariamente qualificadas. Ou seja, ter que haver uma preocupação maior no investimento, mas também uma melhoria do capital.

Neste momento, o que posso adiantar aos Srs. Deputados é que o Sr. Ministro desenvolveu todo o seu empenho nisso e aprova está aqui na sua palavra. Ele disse que no fim das férias iríamos ter uma reunião. Ela vai ter lugar na próxima Segunda-feira. Por isso, peço desculpa aos Srs. Deputados, mas até lá não posso adiantar mais nada.

Peço desculpa aos Srs. Deputados e nomeadamente ao Sr. Presidente da Assembleia, por não ter entregue ainda o relatório, mas isso deve-se ao facto de nos ter sido pedido e também à Madeira pelo Sr. Ministro das Finanças que ele não fosse ainda divulgado enquanto ele não o visse.

Para a próxima semana, V. Ex^a. Sr. Presidente, terá acesso a ele que depois fará chegar também aos Srs. Deputados.

Muito obrigado, pela vossa atenção.

Presidente: Fica assim concluída a leitura dos relatórios e damos por findo o ponto 1 da ordem do dia.

Vamos passar ao ponto nº2 que se prende com a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "criação dos quadros de zona pedagógica".

O Grupo Parlamentar do PSD já informou a Mesa que assume as propostas da Comissão.

Está aberta a discussão, na generalidade, deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para declarar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também assume as propostas da Comissão.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade, começando pelo Artº. 1º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, votamos então o Artº. 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artº. 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 2º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Artº. 2º, que no fundo é que tem a substância que este diploma pretende contemplar, tem a ver com duas questões. Uma delas prende-se com a ordenação dos candidatos a professores do quadro de zona pedagógica.

Efectivamente, o diploma nacional, concretamente o Decreto-Lei 16/96, de 8 de Março, veio alterar estas normas que já vinham de 1993.

O que nós pretendemos é que se consagre o princípio de que devem ter preferência os professores com maior habilitação profissional. E é por isso que a nossa primeira posição nos concursos é para os professores portadores de habilitação profissional; a segunda situação é para os professores portadores de habilitação própria; e a terceira

é para uma inovação feita pela Região e que, na nossa perspectiva, deve manter-se. Ou seja, deve-se permitir que professores que tenham leccionado nos 2º e 3º ciclos do ensino secundário, possam efectivamente concorrer, com esse tempo de serviço (4 anos), ainda que deslocados do grupo.

Como é público, há imensos professores nos Açores que, infelizmente, tendo habilitações para um determinado grupo, acabam por leccionar noutro grupo disciplinar, exactamente devido à falta de horários e lugares de quadro para esses mesmos professores.

Com esta medida, permite-se que esses professores façam a sua profissionalização, entrem num quadro contando esse tempo de serviço que é prestado à Região.

É por isso também, que a Comissão propôs uma alteração à redacção que vinha na proposta do Governo, no sentido de se garantir que o tempo de serviço seja prestado nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, atendendo a que deve prevalecer essa medida, isto é, o tempo de serviço deve contar para efeitos do concurso a que a pessoa efectivamente se candidata. Porque, a não ter essa redacção, permitir-se-ia que um professor de outro sector de ensino e a leccionar noutro sector de ensino, pudesse concorrer e inclusivamente pudesse ficar à frente de um colega que tivesse leccionado nestes sectores de ensino.

A outra medida que também consideramos positiva, prende-se com a alteração que se propõe para o Artº. 6º, nomeadamente a ordenação dos candidatos, em que se garante que prevalece a habilitação profissional sobre a habilitação exclusivamente académica. Garantindo-se também aqui que nas circunstâncias de igualdade de habilitação profissional, preferir-se-á um candidato que tenha leccionado nos Açores nos 4 anos anteriores.

Pensamos que é mais um passo que se dá nesta matéria. E, se me é permitido dizer, penso que na próxima Legislatura deve-se dar os passos necessários para que se consolidem algumas destas medidas que não são possíveis noutras partes do território português, mas que os Açores exigem que se comece a ter cuidados na deslocação de professores entre Açores e Madeira e entre Açores e Continente e ainda inter-ilhas. O que significa que este artigo já dá o primeiro passo nesta matéria.

A terceira alteração que é feita, refere-se à remuneração destes professores e com ela vem garantir-se uma situação que levantou dúvidas durante vários anos, porque existem diplomas contraditórios no vencimento dos professores que entram nos quadros de zona pedagógica.

Com esta medida, clarifica-se que todos os professores que entrem no quadro de zona pedagógica, desde que tenham habilitação profissional ou habilitação própria, passam a receber pelo índice a que teriam direito como se estivessem integrados em carreira.

Portanto, com estas três alterações que se produzem, penso que se presta um bom serviço à Educação nesta Região e clarifica-se, sobretudo em termos salariais, a situação destes docentes.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artº. 2º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artº. 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação os Artºs. 5º e 6º que no fundo são os Artigos do Decreto-Lei que foi alterado por proposta do Artigo 2º.

Portanto, vamos votar em primeiro lugar o n.º 3 do Artº. 5º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 3 do Artº. 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora as alíneas d) e e) do Artº. 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas d) e e) do Artº. 6º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação dos Artºs. 5º e 6º da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artºs. 5º e 6º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos aos Artºs. 14º e 15º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os Artºs. 14.º e 15.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Artº. 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artº. 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto n.º 3 da ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Resolução sobre o "Orçamento da RAA para 1996".

O Grupo Parlamentar do PSD assume o relatório da Comissão.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srª. Secretária Regional:

Esta alteração do Orçamento, tal como aqui é referido, é quase formal - diria eu - e decorre de uma situação que era do conhecimento de todos nós.

Seja como for, e porque temos inclusivamente para análise hoje nesta Casa, um relatório de uma comissão parlamentar que foi elaborado na sequência de uma audição com um Membro do Governo, eu gostaria de confirmar o seguinte facto.

No relatório que será apreciado aquando da discussão da proposta do Partido Popular relativamente aos pagamentos de fornecimentos de serviços na área da Saúde, reza que foi referido à Comissão que desde 1993 o orçamento do Serviço Regional de Saúde não tem acompanhado o crescimento, quer da inflação quer dos aumentos com despesas de pessoal e equipamentos técnicos de qualidade que têm sido introduzidos em diversas unidades de saúde. E depois continua até acabar do seguinte modo:

"Teve-se em particular atenção o pagamento atempado aos pequenos fornecedores, dada a sua real dimensão, enquanto se optou por retardar o pagamento aos grandes fornecedores, designadamente laboratórios e empresas públicas como a EDA e a SATA".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero com isto referir que é do conhecimento da Assembleia e deste Plenário que o Governo Regional não tem um orçamento na área do funcionamento, capaz de fazer face às despesas naturais e correntes e à sua evolução, pelo menos na área da Saúde.

Portanto, isto quer dizer que há um documento que perante esta Assembleia diz que o orçamento regional é insuficiente, na área da Saúde, e que isto acontece desde 1993. E verifica-se isso sistematicamente.

Ora bem, é do conhecimento geral as posições que o Partido Popular tem assumido relativamente a essa matéria e veremos isso ainda hoje neste plenário.

Eu perguntaria à Sra. Secretária Regional das Finanças, concretamente, e ao Governo, se perante situações estruturalmente denunciadas como é esta, que vêm desde 1993, não se justificaria uma alteração orçamental, nomeadamente no âmbito da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social?

Bem sei que para haver alterações orçamentais, é necessário jogar com os meios disponíveis no orçamento. Mas reconheçamos que isso é matéria de gestão e, portanto, cabe ao Governo, e nomeadamente à Sr^a. Secretária Regional das Finanças, zelar para que isso possa ocorrer ou venha a ser possível.

Assim sendo, gostaria de ouvir a posição do Governo sobre essa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista assume a proposta da Comissão que se limita a reflectir de uma forma formal os resultados da privatização do Banco Comercial dos Açores.

De qualquer forma, para além desse carácter formal, queria apenas fazer um comentário sobre a evolução deste orçamento revisto, face ao orçamento de 95, que são os dados que conhecemos, pois ainda não temos as contas de 95.

Aquando da apresentação deste orçamento na Assembleia, houve alguma discussão sobre contenção de despesa.

Hoje, à luz da revisão deste mesmo orçamento, nós podemos dizer claramente que essa contenção foi difícil de efectuar e é sempre difícil de o fazer, quando a Região controla algumas das decisões que influem no orçamento da despesa, nomeadamente

aquelas que se referem a determinadas despesas de pessoal e as despesas decorrentes dos orçamentos da Saúde e da Educação.

No que respeita às despesas de pessoal, isso é evidente nesta proposta de revisão, pois relativamente a 1995, elas crescem 9,2%.

Por outro lado, os encargos da dívida - os juros - mesmo depois da revisão aqui proposta, continuam a crescer mais de 24%.

No que respeita às transferências correntes, eu concordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pois basta olhar para os números que mostram um crescimento de 1,8%.

Sabendo que as transferências correntes englobam a maior parte das transferências para os serviços de Saúde e também da Educação, e conhecendo nós a evolução de salários e de despesas nessas rubricas, não é credível que essas transferências correntes tenham aumentado apenas 1,8%. Isso não é possível com o aumento de salários verificado. A não ser que continuem a aumentar as dívidas aos fornecedores, ou seja, encobrindo algumas das despesas reais efectuadas.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão aqui posta pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, isto é, que no seu entender dever-se-ia propor neste orçamento um reforço da dotação para a Saúde, a fim de fazer face às despesas com fornecedores de laboratórios e farmácias que segundo o PP, estão com algum atraso, eu devo dizer que é possível que isso venha a ser efectuado através da dotação provisional que hoje é reforçada.

O que acontece é que - e isto vai cruzar com algum esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Lopes - na feitura do orçamento para 1996, previu-se um crescimento de despesas com pessoal, ou seja, uma actualização salarial, da ordem dos 2,5 %. E o que acabou por verificar-se, em termos de concertação social a nível nacional, foi que os funcionários públicos acabaram por ter um aumento de 4,5%.

Daí que as despesas com pessoal que não são controladas pela Região, tiveram este crescimento e nós tivemos que lhe fazer face.

A dotação provisional já foi distribuída pelos vários departamentos e neste momento, é natural que alguns deles necessitem de mais algum reforço.

Daí que, por precaução, sabendo que os encargos com a dívida não vão atingir o valor inicialmente previsto, tivemos o cuidado de transferir um milhão de contos para a Secretaria Regional das Finanças, para fazer face, prioritariamente, a encargos com pessoal, como é normal.

Caso não seja necessário utilizar toda essa dotação em despesas com pessoal, transferir-se-á para a Saúde. E eu espero que uma boa parte seja mesmo transferida para este sector, para amortizar parte da linha de crédito que foi contraída para fazer face a estes fornecedores. E foi contraída exactamente porque entendemos que não devem ser os fornecedores a financiar o orçamento da Região. Só que é uma situação que se arrasta há alguns anos e que não é fácil resolver-se num só ano.

Espero, no entanto, que este ano mesmo, se consiga resolver uma boa parte. Talvez mais de 1/3 desse montante.

Também já posso adiantar que no próximo ano, no orçamento previsto para 1997 enviado ao Ministério das Finanças - e quando refiro o orçamento de 1997, falo já nos grandes números que têm que ser enviados em Junho, para fazerem parte do orçamento consolidado do Estado - está previsto um valor exactamente no montante da linha de crédito, ou seja, 1,7 milhões de contos para o próximo ano.

Portanto, penso que desta forma consegui responder aos Srs. Deputados que formularam perguntas, quer em relação ao reforço da dotação para a Saúde quer em relação à dotação com pessoal.

Em relação aos encargos com a dívida, estou em crer que eles serão ainda mais baixos do que aquilo que hoje está previsto, que são 10 milhões de contos.

Estou em crer que vão ser bastante mais baixos, mas ainda estamos a falar de previsões e ainda estamos em Setembro.

Portanto, achou-se bem - e penso que esta é a dinâmica do Parlamento - que se possa apresentar a esta Câmara uma nova revisão e considerar um novo abaixamento dos encargos com a dívida.

Neste momento, não me parece prudente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A análise que fazemos sobre esta matéria prende-se, fundamentalmente, com o problema de princípio e não vamos entrar em pormenores.

Ainda recentemente, tivemos aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional em que se propunha alterações ao orçamento, exactamente com base na privatização do BCA.

O modo como decorreu essa privatização, fez com que se apresentasse esta nova Proposta.

Portanto, para nós este é um problema de princípio.

Nós sempre defendemos e sempre considerámos errada a privatização do BCA, por isso vamos votar contra esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por não concordarmos com a política que está a ser executada nesta matéria pelo Governo Regional.

O que se disse aquando do último período legislativo sobre esta matéria - e não vou repetir, pois não é necessário, uma vez que tornar-se-ia maçador - aplica-se a esta situação.

Por isso, a nossa posição relativamente a esta questão, é a de contra.

Presidente: Vamos passar então à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 15 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e registou 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à especialidade.

Estão à discussão, simultaneamente, os Artºs. 1.º e 2.º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os Artºs. 1.º e 2.º foram aprovados com 26 votos a favor do PSD, 16 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP e registou 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos então à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 16 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP e registou 1 abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem do dia que se refere a uma Proposta de Resolução sobre a "recomendação ao Governo Regional para se proceder de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores".

Está aberta a discussão na generalidade.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Maio passado, perante a situação generalizada de atraso nos pagamentos aos fornecedores de medicamentos, material de consumo clínico e análises clínicas por parte dos Serviços Regionais de Saúde, o Partido Popular na defesa do princípio de que a administração regional deve actuar como pessoa de bem, apresentou uma Proposta de Resolução nesta Assembleia, no sentido de que o Parlamento recomendasse ao Governo Regional que procedesse de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os Serviços de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores.

Na altura, veio a constatar-se que a Secretaria Regional nem sabia o montante das dívidas do Serviço de Saúde.

De um reconhecimento inicial por parte dos responsáveis regionais de que os atrasos rondariam os 500 mil contos, perante o facto do Partido Popular os ter estimado em mais de 1 milhão de contos, o Secretário Regional da tutela remeteu-se, posteriormente, a um inconcebível silêncio, tendo-se justificado de forma a inclusivamente não comparecer a uma desejável audição por parte da comissão parlamentar competente.

O que em vez de merecer uma reprimenda deste Parlamento que, sob o nosso ponto de vista, teria sido na altura a apreciação e votação - e no caso, aprovação - da Resolução, acabou por beneficiar o infractor. Isto é, fazer com que a Resolução se mantivesse em sede de comissão parlamentar que, assim, teve o seu fundamento para adiar o respectivo processo.

Porém, e na prática, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o debate que se gerou à volta da Proposta de Resolução do Partido Popular no plenário do dia 12 de Junho, e o reconhecimento da sua justeza e oportunidade, levou a que o Governo Regional se visse de tal modo obrigado e pressionado a agir, que 8 dias depois, ou seja, a 20 de Junho fez cumprir em parte a Resolução do Partido Popular, instituindo uma linha de crédito especial de 1,7 milhões de contos, num protocolo com o BCA, destinado aos centros de saúde e hospitais regionais poderem regularizar os pagamentos de fornecimentos de medicamentos, material de consumo clínico e análises clínicas.

A Resolução do Partido Popular estava já a ter os seus efeitos. E a confirmar-se que os inadmissíveis atrasos nos pagamentos não eram de 500 mil contos, mas de quase 2 milhões de contos.

Só que o expediente utilizado pelo Governo Regional não resolve o problema de forma satisfatória e definitiva, porquanto em vez de aumentar as transferências orçamentais para os Serviços de Saúde, para que pudessem cumprir com os seus encargos, atiraram e atiram esses serviços directamente para o endividamento, cujas amortizações e demais condições do protocolo, são secretas, pelo menos não foram publicadas no Jornal Oficial, mas terão que ser pagas pelas unidades de saúde, o que quer dizer, em última instância, pelo orçamento da Região. Aliás, a questão que eu há pouco levantei à Sr.^a Secretária Regional das Finanças a respeito da revisão do orçamento, aplica-se exactamente a esta matéria e tendo presente as explicações que a

Sr^a. Secretária deu, que julgo que são construtivas sob o ponto de vista de quem quer resolver o assunto, julgo também que não se pode deixar de ter presente as que eu aqui faço e que deixam claro que enquanto não houver uma transferência ao nível do orçamento da Região, a solução é precária e, por conseguinte, não satisfaz o objectivo geral que também deve visar o equilíbrio orçamental das unidades de saúde e não atirá-las para situações de endividamento, mesmo que conjuntural.

Com esta política o Governo Regional está a fazer com as unidades de Saúde o que antes fez com as Empresas Públicas Regionais e as conduziu à situação de incomportável endividamento.

Quero aqui referir - e tinha isto escrito antes da intervenção da Sr^a. Secretária - que ficamos mais tranquilos quando se ouve um responsável regional dizer que há intenção de se fazer efectivamente as transferências - pelos vistos não houve forma adequada de encontrar a maneira de o fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apesar de algumas das unidades, ou a maior parte delas, terem recorrido ao sistema de financiamento, o que se verifica é que há situações de crédito por parte de muitas dessas empresas do sector da Saúde, que são ainda indesejáveis e, portanto, correspondem a prazos demasiado longos.

É bom ter presente que o orçamento corrente do Governo Regional na área da Saúde, está totalmente tapado.

De acordo com os únicos dados disponíveis, divulgados o mês passado, e que remontam ao 1º trimestre do ano em curso, enquanto a execução global do orçamento corrente era de 20,1%, curiosamente na área da Saúde, a execução atingia mais de 25.7%. O que corresponde ao único sector que ultrapassa a proporcionalidade dos duodécimos - isto já de si é revelador.

Este facto vem confirmar o conteúdo, a oportunidade e o sentido operacional da Resolução do Partido Popular, no que toca à necessidade das transferências.

Mas como dizia há pouco, passados 2 meses do estabelecimento da linha de crédito especial, os Serviços de Saúde não estão cumprindo com os contratos estabelecidos com os seus fornecedores.

Há zonas da Região em que os últimos pagamentos feitos por exemplo às farmácias, respeitam ao mês de Abril. E, nalguns casos, com informação aos credores de que o mês de Maio só será pago em Novembro. O que corresponde ao dobro do prazo que está previsto no acordo existente que é, como sabemos, de 60 dias.

Por seu turno, as dívidas aos armazenistas de produtos farmacêuticos e hospitalares, remontam, em certas zonas da Região, ao mês de Fevereiro. O que perfaz mais de 6 meses. Havendo casos em que o último pagamento aos laboratórios respeita a Dezembro de 95. E isto é grave, porque depois da vigência de uma linha especial de crédito de 2 meses, ainda há unidades de Saúde que não atinaram ao uso dessa linha de crédito, ou não foram devidamente instruídas pela tutela, sob a urgência e a necessidade dela ser criada. O que se torna, de facto, numa situação crónica e, portanto, semelhante àquela que tínhamos antes dos efeitos produzidos pela Resolução do Partido Popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está bem demonstrado aqui que a gestão na área da Saúde continua a não dar garantia nem credibilidade junto dos credores do sector.

Infelizmente, muitos não se manifestam, porque receiam retaliações e estão sujeitos a pressões de diversa ordem, tal como acontece com outras Secretarias e serviços regionais.

Infelizmente, este é um estado de espírito que se instala nalguns sectores da nossa sociedade, mas temos que compreender o seguinte: é que quando uma actividade económica tem como principal e único cliente a administração regional, é natural que se instale, subjectivamente, algum receio face a uma denúncia ou uma manifestação de discordância e de repúdio pelo comportamento e pela gestão financeira do respectivo sector.

Isto é compreensível. Daí que os credores utilizem os circuitos da Câmara do Comércio, o circuito - em última instância - da fonte anónima que vai para a imprensa diária, porque sempre se escudam no conjunto e como, no mínimo, há 3 fornecedores na Região correspondentes a cada distrito, sempre é mais difícil - não ao Secretário Regional que é pessoa de bem e não se preocupa com essas coisas - mas algum dos seus agentes saber rigorosamente quem é que denunciou a situação.

Relativamente às farmácias, é mais fácil porque também são muitas na Região e nunca se sabe bem qual foi o indivíduo que possibilitou o acesso às contas.

O que nós entendemos é que é preciso pôr cobro a essas situações. Em relação a todos os credores desta administração, é uma luta que vem de anos e, infelizmente, acabamos esta Legislatura sem que o Governo dê uma resposta cabal. E não duvidamos da intenção das pessoas serem rigorosas, serem correctas nas programações e no planeamento dos pagamentos, só que na prática, lamentavelmente, as coisas não estão da maneira que todos desejávamos.

O Partido Popular, por conseguinte, quer aqui demonstrar a sua concordância com o parecer da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, embora no parecer - como ainda há pouco referi no que diz respeito à alteração do orçamento - está patente uma informação preciosa relativamente ao défice estrutural do sector da Saúde. E, por via disso, o próprio parecer reconhece que a solução para esta situação é uma transferência orçamental como inicialmente a Resolução do Partido Popular apontava. Mas nós também somos sensíveis aos argumentos e ao consenso que foi encontrado na Comissão relativamente ao texto que aqui é proposto. E, porque para nós não nos move caprichos de redacções, move-nos uma intenção séria - como aqui ficou demonstrado, como por exemplo no que se refere às iniciativas de todos os Srs. Deputados - de contribuir para a decisão e para a resolução de um problema, eis a razão por que estamos satisfeitos com o desfecho que a Comissão propõe para esta Resolução e, portanto, entendemos que a sua aprovação pode ser um contributo útil de colaboração entre Parlamento e Executivo, para melhorar a prestação da administração regional, no caso concreto, face aos seus credores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Gostaria de participar também neste debate, começando por dar alguns esclarecimentos e algumas explicações.

A primeira explicação é a de que não me recusei a aceitar uma convocação da Comissão parlamentar respectiva, para discutir este assunto.

Acontece que nessa altura, havia compromissos políticos e de programação de trabalhos já assumidos, estávamos em plena visita do Ministro Ferro Rodrigues, estavam em discussão questões muito importantes, nomeadamente a questão da fixação do rendimento mínimo para algumas zonas da Região. Havia necessidade de nessa Sexta-feira deslocar-me a Angra do Heroísmo para ultimar os trabalhos para uma reunião que teria nesse mesmo dia à tarde com o Sr. Ministro sobre esta matéria e foi essa a razão pela qual não estive nessa reunião da Comissão parlamentar.

Entretanto, o Sr. Ministro decidiu à última da hora, deslocar-se ao Pico numa visita de carácter particular, e eu estava para o acompanhar, mas de qualquer maneira aproveitei essa deslocação, para ultimar os trabalhos que levaram, com bom sucesso, a que as propostas da Região no sentido de se instituir o rendimento mínimo para 5 freguesias - 3 em S. Miguel, 2 na Terceira e 1 na Graciosa - fossem concretizadas. E dou-me muito feliz por isso.

Em segundo lugar, esta Assembleia aprovou os dois orçamentos, ou seja, o orçamento regional e o orçamento do Serviço Regional de Saúde, não só para 1995 e 1994. E o Sr. Deputado sabe perfeitamente qual é o grau e os montantes que foram aprovados pelo menos para estes últimos 3 anos. E há uma opção que foi tomada pelo Governo e por esta Assembleia, no sentido de se estabelecer uma contenção muito significativa no crescimento das verbas para o Serviço Regional de Saúde.

Foi uma opção política tomada por esta Assembleia.

Devo dizer-lhe que as situações de dificuldade não são novas, não são de 96. Há vários anos a esta parte que têm sido referidas, ainda que isso seja feito por parte do Partido Popular que normalmente por altura do verão refere as dívidas da Saúde todos os anos, e foi assumido por mim nesta Casa e na comunicação social.

Estes 3 anos com um orçamento estacionário na área do Serviço Regional de Saúde, só por muito boa gestão, por um aumento muito significativo da produtividade dos serviços e dos profissionais que trabalham no sector da Saúde, com todos os aumentos que houve de pessoal, de medicamentos, dos meios auxiliares de diagnóstico, só realmente por mérito do conjunto dos profissionais e gestores do Serviço Regional de Saúde, é que neste momento a situação não é mais grave.

Aliás, o Prof. Fernando Lopes, através de um raciocínio claro e lógico, duvidava que fosse possível ter o Serviço Regional de Saúde, de alguma forma controlável, nos últimos 3 anos com estes aumentos todos, o aumento que teve em termos do Serviço Regional de Saúde. Isso só foi possível devido a um esforço muito grande, em termos de gestão, quer por parte dos administradores quer em termos dos próprios profissionais de saúde.

É evidente, no entanto, que essa contenção ou essa travagem, significou um ligeiro agravamento das dívidas. E nós fomos os primeiros a reconhecê-lo politicamente.

Também devo dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que por muito mérito que tenha tido a sua chamada de atenção e a sua Proposta, ela não descobriu nem foi a inovadora, porque já há muito tempo - como aqui já expliquei - este assunto tinha sido referido por mim. E a tal ponto (poderão confirmar isso, se tiverem os documentos à mão) que o orçamento para 1996, nos **fundos autónomos**, tinha previsto já, na área do Serviço Regional de Saúde, nas despesas de capital, passivos financeiros da ordem dos 2 milhões e 800 mil contos e despesas correntes, encargos da dívida, da ordem dos 238 mil contos, porque quando se elaborou o orçamento de 1996, pensou-se que possivelmente durante esse mesmo ano teriam que ser tomadas medidas para uma resolução, nem que fosse só temporária, do problema.

Por consequência, já em 1995 nós tínhamos a noção clara a tal ponto que temos exactamente como passivos financeiros nos **fundos autónomos e Serviço Regional de Saúde**, o montante de 2 milhões e 800 mil contos, que não precisámos utilizar, só utilizámos 1 milhão e 700 mil contos.

Por isso, a Proposta do Partido Popular não veio fazer luz sobre uma questão que o Governo desconhecia, mas sim e apenas uma chamada de atenção, que era aliás inexecutável naquela altura, ou seja, em Maio, na medida em que a mesma propunha ou recomendava ao Governo que procedesse de imediato às transferências orçamentais necessárias, para dotar os Serviços Regionais de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das dívidas.

Ora, as transferências orçamentais estavam a ser feitas no valor máximo dos duodécimos possíveis.

Não é possível fazer-se estas transferências orçamentais, sem uma alteração do orçamento, o que em Maio não era possível fazer. E neste momento, entendeu-se também, por razões de opção de política orçamental, não reforçar o orçamento de 96 para o Serviço Regional de Saúde, porque havia necessidade de contrapartidas.

No entanto, eu concordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e com o Sr. Prof. Fernando Lopes, quando dizem que isto é uma solução temporária, porque a resolução definitiva do problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde tem que ser feita pela via orçamental e terá que ser forçosamente feita a partir de 1997. E por outras formas que estão a ser pensadas inclusivamente pelo Governo da República, bem como pelo Governo Regional, em consonância, que são outros esquemas de financiamento que não apenas e exclusivamente os meios públicos do Serviço Regional de Saúde.

Por consequência, este é um assunto que nos tem preocupado, preocupa os Srs. Deputados da oposição, como é natural, mas preocupa, com seriedade, os responsáveis do Governo, porque é evidente que entendemos que o Estado deve assumir e pagar os seus compromissos.

De qualquer maneira, é preciso que sejamos realistas.

Já no início deste ano foram dadas instruções às unidades de saúde, e foi estabelecido um processo de diálogo muito franco e aberto com os fornecedores do Serviço Regional de Saúde. Ao nível das Câmaras do Comércio, ao nível dos sectores principalmente visados.

Por isso, não percebo as insinuações do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro de que hajam fornecedores que, com medo de "possíveis retaliações", possam ter medo de invocar as suas dívidas, sob pena de receberem represálias.

Não há represálias, porque o mercado é muito pequeno, logo não é possível o Governo deixar de comprar um determinado tipo de medicamento ou de produto de laboratório, porque eles são muito poucos, são apenas meia dúzia deles. Por isso, esse argumento não colhe.

Por outro lado, a prática assumida por este Governo desde Janeiro deste ano, em que estabeleceu um profícuo e franco diálogo com a Câmara do Comércio, e chegar a

acordo com os fornecedores e com aquela, demonstra a vontade de se resolver esta questão.

E foi-nos dito pelos fornecedores que compreendiam as dificuldades financeiras do Governo, que também tinham problemas na gestão financeira das suas empresas e muito legitimamente, porque tinham fornecido produtos contando com pagamentos mais curtos e que eles não se estavam a verificar nessas datas, mas que preferiam que as unidades de saúde, em futuros concursos, tivessem transparência quanto aos prazos de pagamento. E que aceitariam 30, 60, 90 ou 120 dias. Mas era preciso que isso fosse estabelecido e que isso fosse anunciado de uma forma transparente, de maneira que os fornecedores pudessem apresentar um preço, contando já com esse prazo atrasado de pagamento.

Por consequência, no início deste ano foram dadas instruções a todas as unidades de saúde, e nomeadamente posso dar como exemplo o Hospital de Angra e outras unidades de saúde que já estão nos concursos públicos para a aquisição de equipamento, a fixar prazos de 150 dias, ou seja, de 5 meses, e isto está dentro de uma das condições que os fornecedores estabeleceram. "Digam-nos qual é o prazo em que podem pagar e nós vamos apresentar o preço necessário para não perdermos dinheiro" - disseram eles.

Isso já está neste momento em curso e os últimos avisos de concurso demonstram isto precisamente.

Por outro lado, ainda, temos que ser realistas: dívidas relativas a Abril e Maio, quando só agora é que acabámos o Agosto (as contas deste mês não contam, porque ainda não foram enviadas) - e eu tenho a informação de que existem algumas unidades de saúde em que houve alguns atrasos, até por não haver esgotamento total da capacidade de crédito, mas não podemos generalizar para todo o Serviço Regional de Saúde, porque há unidades de saúde que nem sequer esgotaram a sua capacidade de crédito, pois não necessitaram - mas mesmo que fosse desde Abril, isso significava que seria Maio, Junho e Julho, porque Agosto não conta. São 90 dias.

Digam-me, meus senhores, se a nível do Serviço Nacional de Saúde ou em qualquer outro país deste mundo, é inaceitável 90 dias para pagar a um fornecedor...?

Penso que melhor do que isto, este ou qualquer outro governo dificilmente poderá fazer, a não ser disparando para cima e muito claramente o valor do orçamento do Serviço Regional de Saúde.

É preciso ver que antes da linha de crédito de 1 milhão e 700 mil contos, o Governo tinha em alguns casos e em algumas unidades de saúde (não podemos generalizar), nomeadamente os três hospitais e alguns centros de saúde, dívidas relativas a Agosto de 95.

Por isso, este 1 milhão e 700 mil contos veio permitir que se pagasse, de imediato, as dívidas até Fevereiro de 96, o que foi uma grande injeção de dinheiro e que de alguma forma aliviou o problema.

Porém, com sinceridade penso, como responsável e com alguma experiência nesta área, a não ser que a política de financiamento do Serviço Regional de Saúde seja profundamente alterada, não podemos pensar - será completamente fora da realidade - que se poderá pagar a fornecedores a 30 e a 60 dias. Estamos entre os 90, os 120 e os 150 dias.

O que nós temos que fazer - e reconheço que isso não terá sido feito no passado, mas a partir de agora está a ser feito - é anunciar muito clara e transparentemente aos potenciais fornecedores do Serviço Regional de Saúde, quais são as condições que a administração regional e o Governo têm para efectuar o pagamento. Isso, garantivos, já começou a ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma 2.^a intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para uma curta intervenção, porque parece-me que quer a minha exposição quer a do Sr. Secretário, foram muito claras.

Penso que esta matéria está praticamente vista.

Há apenas 3 ou 4 aspectos que parece-me importante frisar e que se traduz no seguinte.

Em primeiro lugar, há um aspecto que o Sr. Secretário não referiu - permita-me que lhe diga - e que entre as virtudes desta Resolução do Partido Popular há uma que é

preciosa para si. É que se não fôssemos pessoas respeitáveis, alguém podia até pensar que o Sr. Secretário tinha sugerido para eu fazer a Resolução, porque isto seria muito útil para si, dentro do Governo, conseguir os apoios suficientes para resolver o seu sector.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social).

O Orador: Eu sei que dou muitos "jeitos" à administração. Mas também é esse o meu papel e é para isso que me pagam. E como é para isso que me pagam, eu ao tomar determinadas iniciativas que o Governo e muito bem é sensível a elas, penso que só ganhamos todos com isso.

Por isso é que eu sou Deputado e por isso é que os senhores são Membros do Governo.

Outra questão que o Sr. Secretário aqui levanta, eu até compreendo-o, trata-se de uma matéria que a todos sensibiliza. Ou seja, é importante que se gaste menos no sector da Saúde e se gaste melhor.

Isto é muito importante, Sr. Secretário, mas o Governo tem-se esquecido de pagar. E tem-se esquecido de pagar atempadamente. É só isso.

É que anunciar aqui que se gasta menos... pois se cada um de nós nas nossas vidas privadas podemos gastar metade do que gastamos mensalmente, mas para isso a gente não deixa de pagar aos nossos fornecedores, a gente não deixa de pagar aos nosso credores. E não é isso que nenhum de nós faz nas nossas vidas e não é isso que os açorianos querem que se faça na vida colectiva da Região.

Relativamente à parte final da sua intervenção, quero congratular-me com o anúncio que o Sr. Secretário aqui fez da administração na área da Saúde - para melhor e adequada gestão dos meios disponíveis - renegociar, rever e assentar com os respectivos fornecedores prazos mais adequados ao calendário financeiro da Região.

Muito bem, Sr. Secretário, isso é que é boa gestão! Porque ninguém, nem esta Assembleia, tem nada a ver com os contratos estabelecidos entre a administração e os fornecedores.

Para nós, tanto melhor se houver fornecedores que façam contratos com o Governo por 4 anos, tal como alguns empreiteiros iam fazendo, sem querer, em 1992.

Não há problema nenhum, façam contratos por legislatura.

O que não podemos é estar a violar os contratos que a administração estabelece.

Portanto, congratulo-me com mais esse avanço que vem no sentido daquilo que nós queremos, ou seja, uma administração que preze os seus compromissos e que seja pessoa de bem, perante os nossos agentes económicos.

E com isto, termino.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Queria dirigir as minhas primeiras a V. Ex^{a.}, aliás faço isso em relação a outros membros do Governo, quando têm intervenções que eu reputo de correctas, não só de conteúdo, mas pela posição de frontalidade.

De facto, ouvi com atenção e com gosto a sua intervenção, quando diz que este Governo tomou uma opção de contenção, que aliás é visível nos números para quem os vê com cuidado. E diz que essa opção não é sustentável.

É verdade, Sr. Secretário. Todos nós sabemos que este Governo, bem como a oposição, têm a consciência disso mesmo.

Não é sustentável agora e não vai ser sustentável, sobretudo no futuro, quando eu faço o raciocínio lógico de comparar o que está orçamentado. Basta ver o grande motor que são os salários, não é entendível que se diga que as transferências correntes que são sobretudo para a Saúde, só aumentem 1 vírgula qualquer coisa.

Quando depois vamos ao mapa da classificação funcional das despesas públicas, na última revisão orçamental, lá vêm 25 milhões 379 mil contos, portanto só aqui já há um aumento de 7, tal %.

Para além da questão pontual, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social veio centrar uma discussão que tem andado confusa e que tem a ver com uma proposta do Partido Socialista, isto é, renegociar com o Governo da República, no âmbito da lei das Finanças Regionais, o financiamento dos Serviços de Saúde.

O Sr. Secretário também admitiu aqui que este mesmo Governo já o está a fazê-lo. Ou seja, foi aqui dito nesta Assembleia que este Governo já está tomando alguns passos - não sabemos quais, mas talvez o Sr. Secretário nos queira esclarecer - na mesma direcção que o PS tem proposto. Caindo por terra, todas as atoardas que têm sido lançadas contra as nossas propostas que são sérias, de que estamos tentando vender a autonomia, que estamos tentando diminuir a autonomia, que somos carrascos da mesma.

Não somos, meus senhores!

Somos realistas!

Só reforçando financeiramente esta autonomia, sendo realista, planeando, é que poderemos viver e olhar para o futuro com confiança.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Sobre esta matéria está praticamente tudo dito. No entanto, há um pequeno aspecto que eu gostaria de pôr à vossa consideração.

Na realidade, podemos constatar que as transferências do orçamento regional para o Serviço Regional de Saúde têm-se mantido estabilizadas, não têm aumentado significativamente e até nalguns casos têm diminuído, as tais transferências de que falámos na Comissão.

Mas se com essas poucas transferências o Serviço Regional de Saúde tem conseguido sobreviver, o Sr. Secretário vem aqui dizer que não só têm sobrevivido, como também têm dado uma grande prova de boa gestão, de racionalização e que só graças a isso é que foi possível este serviço desempenhar o seu papel.

É aqui que gostaria de fazer uma precisão. Ou seja, é necessário que esta Assembleia não se esqueça e tenha bem presente, que o Serviço Regional de Saúde está a funcionar a "meio gás".

O Serviço Regional de Saúde não tem médicos de família. Não tem consultas para dar às pessoas. Não responde às solicitações, em termos de meios complementares de diagnóstico. Logo, diminuindo a oferta, certamente diminuem os consumos. É

evidente que se gasta menos medicamentos. Gastam-se menos meios auxiliares de diagnóstico. É claro que os hospitais se não fazem radiografias aos beneficiados do Serviço Regional de Saúde não estão a gastar.

Portanto, fica feita aqui esta precisão.

O Serviço Regional de Saúde sobrevive neste momento com as poucas verbas que tem.

Quero crer que também haja alguma boa gestão e que haja um esforço nesse sentido, mas é preciso dizer a verdade toda. Ou seja, ele sobrevive também, porque diminuíram as procuras, porque a oferta diminuiu drasticamente.

era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para uma 2ª. intervenção.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uma breve intervenção para dois esclarecimentos.

Começo pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, para dizer-lhe que quando referi que era preciso repensar outros meios de financiamento do Serviço Regional de Saúde, referia-me de alguma forma a repensar - que até penso que está a ser objecto de estudo do grupo de trabalho que com o Ministro das Finanças está a preparar o novo enquadramento e o novo relacionamento financeiro entre a República e a Região - o processo da completa prestação de serviços do Serviço Regional de Saúde.

Até agora, como sabe, os Serviços Regionais de Saúde a nível nacional e regional, são serviços universais e gratuitos, independentemente das capacidades financeiras do utente. E com a alteração que foi introduzida na Constituição da República em que se estabelece que o Serviço Nacional de Saúde passa a ser **tendencialmente gratuito**, abre-se a porta constitucional para se poder repensar, na área da Saúde eventualmente como na área da Segurança Social e das Pensões, todo o sistema de financiamento da Saúde e da Segurança Social.

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Fonte, eu devo dizer que a explicação para neste momento não estarmos numa situação de descontrolo absoluto do Serviço

Regional de Saúde, deve-se fundamentalmente ao grande esforço de reorganização e de aumento de produtividade do mesmo.

As estatísticas demonstram isso, Sr. Deputado.

Se o Sr. for ver elementos muito objectivos que demonstram a performance das unidades de saúde, nomeadamente o número de consultas, número de diminuição de dias de internamento, o número das urgências, o número das intervenções, vai verificar que nos últimos 3 anos, apesar da situação orçamental que aqui foi referida, tem havido maiores índices de consulta externa, diminuição no número de internamentos, maior número de urgências. E isso significa o quê, Sr. Deputado?

Não significa menor oferta, mas sim produzir mais com o mesmo dinheiro.

Isso só tem um nome: maior produtividade.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tem sido referido aqui o financiamento da Saúde, bem como o trabalho que está a ser desenvolvido pela Comissão encarregue de estudar o relacionamento financeiro entre a Região e a República e perante isto eu queria esclarecer o seguinte:

A questão das dívidas relacionadas com o Serviço Regional de Saúde, não faz parte do estudo concreto, porque nós entendemos que o relacionamento tem que ser global, não se devendo centrar nem na Saúde nem na Educação, mas sim no financiamento e no relacionamento global.

O que eu disse aqui relativamente à Proposta de Orçamento para 1997, de que já estava proposto o valor necessário para regularizar esta situação, foi porque nós entendemos que 1997 deve ser o ano em que se deve sanear algumas situações que têm vindo a passar de ano para ano, de modo a que quando entrar em vigor o novo relacionamento, ou seja, a chamada Lei das Finanças Regionais, várias medidas prévias tenham sido postas em prática, de modo a que se parta de uma situação sã.

Portanto, é esta questão que eu penso ser importante e a qual eu não gostaria que fosse aqui objecto de confusão entre aquilo que o Sr. Deputado Fernando Lopes

queria significar, isto é, passar alguma responsabilidade de financiamento destes serviços para o Governo da República.

Esta é uma posição muito clara da nossa parte, Governo e PSD, relativamente a este assunto, porque nós entendemos que quem paga, manda. E nós não somos menos capazes para administrar os nossos recursos. Não somos menos capazes para gerir as nossas finanças.

Por isso, entendemos que se é preciso financiar o Serviço Regional de Saúde, então temos que encontrar a forma certa para termos as receitas adequadas para o gerir e para o financiar.

Penso que todos estamos de acordo de que já tivemos uma experiência negativa, que foi o caso da Universidade, e que ela não merece ser repetida.

Portanto, que fique claro que não foi isso o que eu disse, quando me referi à Proposta de Orçamento para 1997, mas sim como uma medida prévia, aliás de acordo com o despacho do Sr. Ministro das Finanças em que diz que devem ser tomadas algumas medidas prévias que ponham em prática depois a Lei de Finanças Regionais, com base numa medida sã e é em função disso que o Serviço Regional de Saúde, na nossa óptica, deve ser saneado já em 1997.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão é séria e de fundo e lida com serviços fundamentais para os cidadãos.

Não é por acaso que a Constituição da República os declara **tendencialmente gratuitos**.

Daí que, para nós, é importante que nos Açores os cidadãos e utentes tenham direito aos mesmos serviços, à mesma qualidade que qualquer cidadão nacional tem em qualquer outra zona do País.

Essa é para nós a pedra de toque.

Também é para nós pedra de toque que a gestão desses serviços se mantenha na Região.

Estamos abertos - e já o declaramos - e defendemos que o Estado tem obrigações para com todos os cidadãos seja qual for a região do País em que vivam. E não admitimos

agora ou em qualquer outra ocasião, que o Estado se demita dessas mesmas obrigações, só porque vai regionalizar o continente ou por qualquer razão diversa.

Não há qualquer razão moral, ética e constitucional que nos leve a deixar que o Estado se demita dessas funções.

Também concordamos - e isso está no programa do Governo da República - que se deve procurar outros pilares de financiamento para o Serviço Nacional de Saúde e, neste caso, também para o Serviço Regional de Saúde. E não como até aqui, atirar para a privada e fazer os privados suportarem os custos de serviços que o Serviço Regional de Saúde não consegue ou não tem capacidade de fornecer.

Isso não é incompatível com o esforço de melhor produtividade que se está fazendo e esperamos continue a ser feito, no Serviço Regional de Saúde.

Tecnicamente, nós sabemos que há motores nestas despesas, em que um deles é até citado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, ou seja, o número de dias de internamento; outro dos motores é o número de consultas. E esses motores não diminuem.

Quem conhece esta Região, quem olha com olhos de ver para a estrutura demográfica desta Região, sabe que a nossa população está a envelhecer. E sabe que é exactamente essa população que vai pedir mais dias de internamento. Ou seja, nós estamos vivendo uma situação exclusiva a prazo. E quem quiser "tapar o sol com a peneira", que o tape, mas que assuma as responsabilidades!

Presidente: Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila para uma declaração de voto.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente a presente Proposta de Resolução, não obstante reconhecer que a mesma já deveria ter sido discutida e aprovada no

último plenário, já que se tratava de matéria plena de actualidade e que era de todos bem conhecida.

Tal não aconteceu, porque o PSD apostou que o assunto seria entretanto resolvido e que a Proposta de Resolução perderia a actualidade.

Como se sabe, o problema não ficou resolvido e é por isso que o PSD agora se viu obrigado a votar o texto que acabámos de aprovar.

O PS aprovou esta recomendação, com o entendimento de que este é um aviso sério para que no futuro, qualquer que seja o partido que venha a governar esta Região, respeite os agentes económicos, pagando-lhes a tempo e horas, como é dever de todas as pessoas de bem.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 17,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 16,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 17,10 horas).

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere a uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "alteração do Artº. 2º do DLR nº 14/96/A, de 6 de Junho".

Informo os Srs. Deputados que o Grupo Parlamentar do PSD assume o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Está aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Não havendo intervenções, vamos então votar este Artigo Único.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo Único foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão competente que procedesse à redacção final deste diploma.

Passamos à apreciação do ponto nº6 da ordem do dia que se refere a uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "criação do Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do trabalho".

Está presente o relatório da Comissão, o qual o Grupo Parlamentar do PSD assume, bem como o texto de substituição.

Está aberta a discussão na generalidade

Não havendo intervenções, vamos proceder à votação na generalidade deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Informam-me agora que também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume o parecer da Comissão.

Passamos então à especialidade.

Tal como já referi, a Comissão apresenta um texto de substituição para a especialidade e é esse texto que vamos votar.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 1.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artº. 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 2.º .

Não havendo intervenções, vamos votar

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 2.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artº. 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/96 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem do dia que diz respeito a uma Proposta de Resolução sobre uma "recomendação ao Governo Regional para proceder a compensações financeiras aos empresários agrícolas que colaboraram com as campanhas de abate de gado (brucelose)", oriunda do Partido Popular.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para proceder à apresentação do diploma.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje a apreciar a Proposta de Resolução do Partido Popular que fixava que a Assembleia Regional resolvesse recomendar ao Governo um tratamento de absoluta equidade e igualdade, portanto, relativamente a compensações financeiras dos empresários agrícolas que até então, estavam a colaborar com a administração regional nas campanhas de abate de gado com brucelose, e que tinham acabado por receber contrapartidas financeiras reais, inferiores ao que o Governo passou a estabelecer, a partir de determinada altura, para a mesma finalidade.

Seria bom recuarmos no tempo e ter presente a onda de indignação e de descontentamento, e diria quase repúdio, que trespassou o sector agrícola da Região, nomeadamente nas ilhas em que o processo da erradicação da brucelose tinha resultado de uma mútua colaboração entre empresários e Governo Regional.

O Partido Popular tomou a iniciativa de apresentar esta Resolução, porque pareceu-nos a mais adequada.

Outras forças políticas manifestaram-se também, e temos presente um requerimento do Partido Socialista nessa altura, sobre esta mesma matéria. E temos conhecimento,

bem como todos os presentes, das reacções na comunicação social e as reuniões que entretanto se desencadearam relativamente a esta questão.

Utilizámos a Proposta de Resolução, porque a matéria, de facto, assumia uma gravidade e introduzia um grau de desequilíbrio e de injustiça junto do sector agrícola e pecuário na Região, que não se compadecia com outra medida que não a de levar este Parlamento a deliberar e a corrigir uma postura do Governo que se afigurava incorrecta e injustiça, e eu diria até inadmissível.

Foi nessa sequência, que nós solicitámos a esta Assembleia o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Estávamos convencidos, como agora estamos, que tinha sido perfeitamente possível o Parlamento tomar posição sobre a matéria, através desta Resolução.

O que se verificou, mais uma vez, e isto é positivo, entre as iniciativas das forças políticas da oposição, nomeadamente o requerimento oriundo do Partido Socialista e esta nossa Proposta de Resolução, e as diligências efectuadas pelas associações de classes junto da Secretaria Regional, foi o entendimento que fez com que a administração regional corrigisse e alterasse a postura que inicialmente tinha assumido nesta matéria.

Isto é, por outras palavras, a apresentação da Resolução do Partido Popular, embora adiada a sua votação neste Parlamento, de forma injustificada - pensamos nós - acabou por contribuir (e isto é subjectivo, mas permitam-me que tenha também essa interpretação que é legítima), pois o problema teve outro encaminhamento.

E o acordo a que o Governo chegou com as associações agrícolas, se tivesse ocorrido antes do Partido Popular ter apresentado esta Proposta de Resolução, evidentemente que ela já não teria razão de ser. Mas assim, não.

Assim, o acordo e o entendimento a que o Governo chegou, pode considerar-se que resulta da iniciativa do Partido Popular. Seja lá na parte que entenderem que lhe deve ser atribuída.

Havia e há uma diferença qualitativa entre o que propunha a Resolução e aquilo que o Governo corrigiu.

O Governo corrigiu, aumentando as compensações financeiras e fazendo alguma justiça com isso, de forma retroactiva, até 1 de Julho de 1994.

Nós tínhamos colocado a questão sem limites de data, num princípio de compensação a quem de direito e a quem tivesse justificado a razão de insatisfação.

Do trabalho entretanto desenvolvido pela Comissão Parlamentar da Assembleia a que tivemos ontem acesso, verificamos que apesar de algumas instituições representativas do sector agrícola da Região reconhecerem que também era seu objectivo que o âmbito das compensações retroactivas fosse o mais alargado possível, e eventualmente mais alargado do que 1 de Julho de 1994, a verdade, porém, é que não só a Federação Agrícola dos Açores, como algumas das outras associações (estou-me a lembrar da Associação Agrícola da Ilha Terceira, por exemplo), acabam por se considerar relativamente satisfeitas com o facto da retroactividade ter ido até a esta data, com a alegação e tendo presente a circunstância de que era a partir dessa data que haveria uma comparticipação de fundos da Comunidade no processo de indemnização dos empresários agrícolas.

Ora bem, e porque aquilo que nos move nesta Assembleia e que nos levou a apresentar esta Resolução era de facto ir de encontro, neste caso, dos empresários agrícolas, de uma justa aspiração, e quando os legítimos representantes desses empresários acabam por aceitar e considerar razoável que ir até 1 de Julho é aquilo que se apresenta como susceptível de ser determinado; e porque também temos consciência de que a definição exacta de um prazo limite não se afigura fácil, não podemos determinar ilimitadamente a compensação, porque infelizmente já há brucelose na Região há muitos anos, o Partido Popular num espírito de compreensão e de cooperação com os próprios interessados e com o parecer da Comissão competente desta Assembleia, que embora não tenha sido aprovado por unanimidade - e aqui queríamos registar e apreciar o facto dos representantes do Partido Socialista nessa Comissão terem-se absterido e, portanto, em certa medida manifestando uma sintonia com os princípios apresentados por esta Resolução e ao cabo e ao resto também estavam de acordo com o requerimento que o PS entretanto tinha apresentado sobre o mesmo assunto - posto isto, o Partido Popular não vai insistir na sua Proposta inicial. E sente-se, por isso, satisfeito com a sua iniciativa, com o facto de que, na prática, os resultados e os objectivos que ela propunha acabaram por ser atingidos, segundo os empresários de maneira satisfatória, então se assim é, nós

também nos consideramos satisfeitos. Ainda por cima, este é o nosso último diploma nesta Sessão.

Por isso, eu entendo que não se justifica levar este diploma até à votação, por conseguinte, apresentaria, formalmente, ao Sr. Presidente da Assembleia, o pedido de retirada desta Proposta, com os falamentos que aqui apresentei.

Presidente: Eu tinha ainda inscritos alguns Srs. Deputados.

De acordo com o nosso Regimento, embora o diploma seja retirado e não seja submetido a votação, eu tenho na mesma que permitir que as outras forças partidárias, bem como o Sr. Secretário Regional que já se inscreveu para participar no debate, usem da palavra.

Julgo que é este o sentido do nosso Regimento, embora não seja taxativo.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que o documento acaba de ser retirado, e como a nossa intervenção tinha a ver com a discussão desta matéria, nós entendemos que não tem razão a discussão continuar.

Por isso mesmo, prescindimos da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É óbvio que nesta Assembleia as questões têm sempre a sua ressonância política e eu percebo perfeitamente aquilo que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quis retirar dessa mesma ressonância ao proceder à retirada do diploma da votação.

Nesse sentido, também não tenho mais nada a declarar, a não ser sentar-me aqui a esgrimir quem é que tem influência nisto ou quem é que primeiro referiu este processo.

Faltaria à verdade, se não dissesse que as primeiras entidades que discutiram com a Secretaria este tema, objectivamente a sua retroactividade, foram, no tempo, as associações agrícolas.

Se o requerimento apresentado pelo PP teve 20% ou 30% da influência, saber-se-á logo à noite pela TV.

Mas se quisermos corresponder à verdade, quem em primeira mão levantou o problema, foram efectivamente as associações agrícolas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tínhamos, obviamente, algo a dizer sobre este assunto, uma vez que participámos directamente no mesmo.

Concordo inteiramente com as palavras aqui proferidas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, pois na verdade, as primeiras entidades a tomarem posição sobre esta matéria, como aliás lhes competia, foram as Associações de Lavradores da Ilha Terceira, bem como de outras ilhas, mas principalmente desta.

Na sequência dessas posições e logo de imediato, também atentos ao assunto como estávamos e como força política que somos, o Partido Socialista apresentou um requerimento ao Sr. Secretário, onde invocava realmente o pagamento dessas indemnizações retroactivas circunscritas ao limite temporário de 1 de Julho de 1994, ou seja, o cumprimento àqueles que tinham abatido gado através da Portaria 72/94.

Na sequência desse requerimento, o Partido Popular apresentou a sua Proposta de Resolução, ou talvez posterior a ele.

Ao concordarmos com a apreciação em Comissão da Proposta do PP, movia-nos, obviamente, uma chance de que as associações se pronunciassem sobre indemnizações pagas anteriores a essa data. E, portanto, como entendíamos que as associações eram soberanas e deviam pronunciar-se sobre essa matéria, demos o nosso aval à baixa do documento à Comissão e com a sua manutenção até esta data em que é retirado.

É evidente que também concordamos com a posição do PP, porque o parecer das associações, quase na globalidade, é concordar com este retroactivo até 1 de Julho de 1994.

Mas permitam-me os Srs. Deputados que diga que esta justiça feita relativamente a este retroactivo pago, vem na sequência de situações já por nós aqui invocadas e criticadas e não vamos repeti-las.

No entanto, eu tinha construído uma coisa na base do seguinte e que tem o título de "Lavrador Açoriano".

Não resisto à tentação de vos ler, aliás ele é muito curto:

*"São, canadas ingr'mes, 'streitas, lamacentas
co' essa lama dos cerrados, pegajosa;
são as noites escuras, são as tormentas
que ele enfrenta d'uma forma corajosa.*

*Na falta dum' àrribana, da água e da luz,
com mil cuidados e muito sofrimento,
vai mantendo limpo, aquilo que produz
e amaldiçoando tanto esquecimento...*

*D'ficuldades são muitas, o lucro é pouco,
e quando as vacas, o obrigaram a matar,
diz que pouco faltou para ficar louco.*

*Para outras comprar, bateu a várias portas,
e se hoje mais dinheiro lhe vão pagar:
- "**Deus escreveu direito por linhas tortas!**"*

Obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A razão da atribuição de um subsídio para o abate de animais brucélicos, reside no facto de se pretender erradicar da Região a referida doença e é assim um facto de boa gestão pública.

O subsídio funciona como motivação aos lavradores, tendo em vista atingir um objectivo.

Foi criado um subsídio de 60, 65 e 70 contos, com tal objectivo, através da Portaria de Julho de 1994.

Em toda a Região, não houve qualquer lavrador que tivesse sido obrigado a aderir ao programa de abate.

Aconteceu na prática que tal motivação de 60, 65 e 70 contos por animal, manifestou-se o suficiente para erradicar a brucelose da Região.

Conscientes deste facto e tendo por base o mesmo princípio, as associações agrícolas de S. Miguel reivindicaram um aumento de subsídio, tendo ficado acordado com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas o aumento para 250 contos.

A par do poder reivindicativo, estou convencido de que o acordo se fundou na verificação do facto de que a motivação de 60, 65 e 70 contos por animal abatido não era suficiente.

Assim, e em nossa opinião, o novo subsídio de 250 contos por animal, é perfeitamente justificável para a aplicação em todas as ilhas onde existem animais brucélicos e prossegue o mesmo objectivo inicial, ou seja, o da erradicação da doença.

Por questões de oportunidade política, vem-se aqui e agora levantar a questão da justiça ou injustiça da portaria anterior, quando essa questão das normas jurídicas deve ser geral e abstracta e não deve nem pode dirigir-se a pessoas concretas.

Neste sentido, a portaria anterior e a actual são perfeitamente justas e têm fundamento.

O argumento de se usar factos concretos, verificados em determinadas ilhas à posteriori, revela-se um argumento injusto, porque se fundamenta na verificação em

concreto de decisões de lavradores, ou seja, que alguns decidiram aderir e outros não, por razões que só cada um sabe.

Atendendo ainda, ao carácter de urgência quase compulsivo de que este abate se reveste, origina maiores problemas numa exploração agro-pecuária com um abate faseado no tempo, com os efeitos nefastos que se afiguram mais diluídos.

Pelo que atrás foi exposto, justifica-se plenamente a diferença existente entre os montantes das indemnizações pagas anteriormente e as que se paga actualmente, como modo de atenuar prejuízos maiores verificados no passado.

Tenho dito.

Presidente: Concluído o debate deste diploma, e em virtude da sua retirada, dou por encerrado este ponto da nossa ordem do dia.

Passamos então ao ponto seguinte que diz respeito a uma Proposta de Resolução sobre o "Orçamento da ALRA para o ano de 1997".

Está aberta à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, antes de submeter à votação a seguinte Proposta, queria em nome da Mesa da Assembleia agradecer a todos a colaboração que prestaram na condução dos trabalhos, facilitando-a por isso.

Esta Legislatura foi rica em termos de participação dos Srs. Deputados, cada um defendendo os seus pontos de vista, mas pondo sempre acima de tudo o interesse dos Açores. Com isso valorizaram o Parlamento, a autonomia dos Açores, fazendo andar para a frente a nossa terra.

É esse o nosso objectivo.

Aos Srs. Deputados que continuarão no exercício das suas funções, desejo-lhes um bom trabalho. É a festa da democracia que está à porta. É para isso que aqui estamos.

O povo pronunciar-se-á no dia 13 de Outubro.

Aos que não continuam, desejo-lhes igualmente um bom trabalho, pessoal e profissional.

Muito obrigado a todos.

Posto isto, passamos finalmente ao último ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere a uma Proposta de Resolução da Mesa da ALRA que "declara findo o Período Legislativo de Setembro" desta V Legislatura.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos.

Uma boa viagem de regresso às vossas casas e boa tarde.

(Eram 17,35 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Mark Marques, Rui Melo; **PS** - António Silva Melo, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Menezes, José Humberto Chevas, José Nascimento Ávila, Martins Goulart, Rui Pedro Ávila).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Mário Machado, Nélia Figueiredo).*

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/86/A, de 20 de Março, a Mesa da Assembleia Legislativa Regional propõe ao Plenário para aprovação o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para o ano de 1997, constante dos mapas em anexo.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em 7 de Agosto de 1996.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Humberto Trindade Borges de Melo.

ANEXOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

(a) ... 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES ...

(b)

ANO ECONÓMICO DE 1997

(c) 1º ORÇAMENTO

Aprovado pela
Assembleia Legislativa Regional dos Açores
em 05/09/1996

(d)

O Presidente da As. Leg. Regional,
[Signature]

Concordo, em 07/08/1996

Visto, em 07/08/1996

O Presidente da Ass. Leg. Regional dos Açores,
[Signature]

na Mesa da As. Leg. Regional dos Açores

O Presidente da As. Leg. Regional dos Açores,
[Signature]

Conferido e verificado

Está em termos de ser visado.

Direcção de Serviços da As. Leg. Reg. dos Açores,

em 07/08/1996

O Director de Serviços
[Signature]

RESUMO (em contos)

Receita	Orçamento (c)	Ordinário	(f) 1º Orçamento Suplementar
Corrente.....	1 410 372		
De capital.....	90 000	1 500 372	
Reposições não abatidas nos pagamentos.....		4 000	
Contas de ordem.....		250 000	
Total da receita.....		1 754 372	
Despesa			
Corrente.....	1 410 372		
De capital.....	90 000	1 500 372	
Contas de ordem.....		250 000	
Total da despesa.....		1 750 372	

Regime jurídico (g) ... Autonomia Administrativa e Financeira

Horta, 07/08/1996

O Conselho Administrativo,
[Signature]
[Signature]
[Signature]

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1997

DEPARTAMENTO: 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

CAPÍTULO: _____

DIVISÃO: _____

CÓDIGOS	ALINEAS	RUBRICAS	VALOR (Em contos)
		<u>DESPESAS CORRENTES</u>	
01.00.00		DESPESAS COM PESSOAL	
01.01.00		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	
01.01.01		Pessoal dos quadros	43 858
01.01.01	a)	Deputados	410 695
01.01.01	b)	Subsídio de reintegração	89 700
01.01.02		Pessoal além dos quadros	48 470
01.01.04		Pessoal em regime de tarefa ou avença	2 000
01.01.07		Gratificações	302
01.01.08		Representação	51 800
01.01.10		Subsídio de refeição	6 186
01.01.11		Subsídio de férias e Natal	15 263
		SUB-TOTAL ->	668 274
01.02.00		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	
01.02.02		Horas extraordinárias	1 500
01.02.04		Ajudas de custo	25 000
01.02.05		Abono para falhas	138
01.03.00		SEGURANÇA SOCIAL	
01.03.02		Abono de família	1 950
01.03.03		Prestações complementares	287
01.03.04		Contribuições para a Segurança Social	60 000
01.03.05		Acidentes em serviço	1 450
		SUB-TOTAL ->	90 325
		TOTAL ->	758 599

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1997

DEPARTAMENTO: 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

CAPÍTULO: _____

DIVISÃO: _____

CÓDIGOS	ALINEAS	RUBRICAS	VALOR (Em contos)
02.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	
02.01.00		BENS DURADOUROS	
02.01.03		Material de secretaria	1 133
02.01.04		Material de cultura	3 605
02.01.05		Outros bens duradouros	10 300
02.02.00		BENS NÃO DURADOUROS	
02.02.02		Combustíveis e lubrificantes	371
02.02.05		Roupas e calçado	309
02.02.06		Consumos de secretaria	12 360
02.02.07		Material de transporte - Peças	515
02.02.08		Outros bens não duradouros	22 660
02.03.00		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
02.03.01		Encargos das instalações	22 660
02.03.02		Conservação de bens	57 770
02.03.03		Locação de edifícios	3 090
02.03.06		Comunicações	46 350
02.03.07		Transportes	41 200
02.03.08		Representação dos serviços	41 200
02.03.09		Seguros	10 000
02.03.10		Outros serviços	80 000
		TOTAL ->	353 523

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1997

DEPARTAMENTO: 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

CAPÍTULO: _____

DIVISÃO: _____

CÓDIGOS	ALINEAS	RUBRICAS	VALOR (Em contos)
04.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
04.01.00		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	
04.01.03		SERVIÇOS AUTÓNOMOS	
04.01.03	a)	Caixa Geral de Aposentações	200 000
		TOTAL ->	200 000
06.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
06.03.00		DIVERSAS	
06.03.00	a)	Despesas com a comparticipação na cobertura dos trabalhos do plenário da ALRA	2 060
06.03.00	b)	Apoio à actividade parlamentar	75 190
06.03.00	c)	Despesas devidas pela atribuição do prémio de Jornalismo	1 000
06 03 00	d)	Grupos Parlamentares de Amizade e Cooperação	20 000
		TOTAL ->	98 250
		<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	
07.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
07.01.00		INVESTIMENTOS	
07.01.02		Habitações	10 000
07.01.03		Edifícios	50 000
07.01.07		Material de informática	10 000
07.01.08		Maquinaria e Equipamento	20 000
		TOTAL	90 000

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1997

DEPARTAMENTO: 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

CAPÍTULO: _____

DIVISÃO: _____

CÓDIGOS	ALINEAS	RUBRICAS	VALOR (Em contos)
		<u>DESPESAS CORRENTES</u>	
01.00.00		DESPESAS COM PESSOAL	758 599
02.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	353 523
04.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200 000
06.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	98 250
		SUB-TOTAL ->	1 410 372
		<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	
07.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	90 000
		SUB-TOTAL ->	90 000
		TOTAL ->	1 500 372
50		CONTAS DE ORDEM	
02		CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS	250 000
		TOTAL DA DESPESA ->	1 750 372

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1997

DEPARTAMENTO: 01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

CAPÍTULO: _____

DIVISÃO: _____

CÓDIGOS	ALINEAS	RUBRICAS	VALOR (Em contos)
		<u>RECEITAS CORRENTES</u>	
04		RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	
04		JUROS - INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	
01		Diversos	8 000
05		TRANSFERÊNCIAS	
02		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	
01		Orçamento da Região Autónoma dos Açores	1 399 622
06		VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	
02		VENDA DE BENS NÃO DURADOUROS	
01		Venda de diários, publicações e artigos de representação	2 500
03		SERVIÇOS	
01		Diversos	250
		TOTAL ->	1 410 372
		<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	
09		TRANSFERÊNCIAS	
02		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	
01		Orçamento da Região Autónoma dos Açores	90 000
14		REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	4 000
15		CONTAS DE ORDEM	250 000
		TOTAL ->	344 000
		TOTAL DA RECEITA ->	1 754 372



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANEXO AO PROJECTO DE ORÇAMENTO PARA 1997

ENCARGOS COM REMUNERAÇÕES CERTAS AO PESSOAL

(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

Categoria	Indice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Director de Serviços		454 800,00	1	5 457 600,00	1	5 457 600,00	1	5 457 600,00		
Assessor	600	313 600,00	2	7 526 400,00	2	7 526 400,00	2	7 526 400,00		
Operador de Sistema de 2ª. Classe	275	143 700,00	1	1 724 400,00	1	1 724 400,00	1	1 724 400,00		
Técnico Adj. de Arquivo Especialista	300	156 800,00	1	1 881 600,00	1	1 881 600,00	1	1 881 600,00		
Técnico Adj. de Bib. e Doc. de 2ª. Classe	205	107 200,00	1	1 286 400,00	1	1 286 400,00	1	1 286 400,00		
Operador de meios audio-visuais de 1ª. Classe	190	99 300,00	1	1 191 600,00	1	1 191 600,00	1	1 191 600,00		
Redactor de 1ª. Classe	205	107 200,00	1	1 286 400,00	1	1 286 400,00	1	1 286 400,00		
Redactor de 2ª. Classe	190	99 300,00	1	1 191 600,00	1	1 191 600,00	1	1 191 600,00		
Oficial Administrativo Principal	255	133 300,00	1	1 599 600,00	1	1 599 600,00	1	1 599 600,00		
Oficial Administrativo Principal	245	128 100,00	3	4 611 600,00	3	4 611 600,00	3	4 611 600,00		
1º. Oficial	220	115 000,00	1	1 380 000,00	1	1 380 000,00	1	1 380 000,00		
2º. Oficial	200	104 600,00	2	2 510 400,00	2	2 510 400,00	2	2 510 400,00		
Tesoureiro	245	128 100,00	1	1 537 200,00	1	1 537 200,00	1	1 537 200,00		
Escriturário-dactilógrafo	135	70 600,00	1	847 200,00	1	847 200,00	1	847 200,00		
Motorista de ligeiros	160	83 700,00	1	1 004 400,00	1	1 004 400,00	1	1 004 400,00		
Telefonista	165	86 300,00	1	1 035 600,00	1	1 035 600,00	1	1 035 600,00		
Auxiliar Administrativo	185	96 700,00	1	1 160 400,00	1	1 160 400,00	1	1 160 400,00		
Auxiliar Administrativo	155	81 000,00	1	972 000,00	1	972 000,00	1	972 000,00		
Auxiliar Administrativo	110	57 500,00	1	690 000,00	1	690 000,00	1	690 000,00		
Auxiliar de Limpeza	130	68 000,00	2	1 632 000,00	2	1 632 000,00	2	1 632 000,00		
Auxiliar de Limpeza	106	55 400,00	1	664 800,00	1	664 800,00	1	664 800,00		
Compositor Gráfico Principal	225	117 600,00	1	1 411 200,00	1	1 411 200,00	1	1 411 200,00		
Operador de Offset Principal	200	104 600,00	1	1 255 200,00	1	1 255 200,00	1	1 255 200,00		
Soma ou a transportar			28	43 857 600,00	28	43 857 600,00	28	43 857 600,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal							28	7 309 600,00		
Soma							28	51 167 200,00		
Subsídio de refeição							28	3 557 400,00		
Total							28	54 724 600,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição

- (a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.
 (b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.
 (d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.
 (f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANEXO AO PROJECTO DE ORÇAMENTO PARA 1997

(d)

ENCARGOS COM REMUNERAÇÕES CERTAS AO PESSOAL

(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

Categoria	Índice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a)		754 900,00	1	10 568 600,00	1	10 568 600,00	1	10 568 600,00		
Deputados b)		560 400,00	51	400 125 600,00	51	400 125 600,00	51	400 125 600,00		
Soma ou a transportar			52	410 694 200,00	52	410 694 200,00	52	410 694 200,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal										
Soma										
Subsídio de refeição										
Total							52	410 694 200,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição legal que as autoriza

(a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.

(b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.

(d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.

(f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DROC - MOD. OR / 25



(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

ENCARGOS COM REMUNERAÇÕES CERTAS AO PESSOAL

Categoria	Índice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Chefe de gabinete a)		568 400,00	1	6 820 800,00	1	6 820 800,00	1	6 820 800,00		
Secretário Particular a)		312 700,00	1	3 752 400,00	1	3 752 400,00	1	3 752 400,00		
Auxiliar de Secretário Particular b)	180	94 100,00	9	10 162 800,00	9	10 162 800,00	9	10 162 800,00		
Secretário de Grupo Parlamentar c)		312 700,00	4	15 009 600,00	4	15 009 600,00	4	15 009 600,00		
Auxiliar de Secretário de Grupo Parlamentar c)	180	94 100,00	4	4 516 800,00	4	4 516 800,00	4	4 516 800,00		
Auxiliar de Secretário de Grupo Parlamentar d)			4	752 800,00	4	752 800,00	4	752 800,00		
Auxiliar de Secretário de Grupo Parlamentar e)			23	6 700 550,00	23	6 700 550,00	23	6 700 550,00		
Operador de Offset f)	125	62 800,00	1	753 600,00	1	753 600,00	1	753 600,00		
Soma ou a transportar			47	48 469 350,00	47	48 469 350,00	47	48 469 350,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal							43	7 952 758,00		
Soma							47	56 422 108,00		
Subsídio de refeição							21	2 628 050,00		
Total							47	59 050 158,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição legal que as autoriza.

(a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.

(b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.

(d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.

(f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANEXO AO PROJECTO DE ORÇAMENTO PARA 1997

ENCARGOS COM REMUNERAÇÕES CERTAS AO PESSOAL

(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

Categoria	Indice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Motorista de ligeiros	160	25 110,00	1	301 320,00	1	301 320,00	1	301 320,00		
Soma ou a transportar			1		1		1	301 320,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal										
Soma							1	301 320,00		
Subsídio de refeição										
Total							1	301 320,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição legal que a

(a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.

(b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.

(d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.

(f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DROC - MOD. OR / 25



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANEXO AO PROJECTO DE ORÇAMENTO PARA 1997

ENCARGOS COM REMUNERAÇÕES CERTAS AO PESSOAL

(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

Categoria	Índice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a)		302 000,00	1	3 624 000,00	1	3 624 000,00	1	3 624 000,00		
Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores b)		140 100,00	2	3 362 400,00	2	3 362 400,00	2	3 362 400,00		
Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores c)		84 100,00	2	2 018 400,00	2	2 018 400,00	2	2 018 400,00		
Presidente de Grupo Parlamentar c)		112 100,00	2	2 690 400,00	2	2 690 400,00	2	2 690 400,00		
Vice-Presidente de Grupo Parlamentar c)		84 100,00	6	6 055 200,00	6	6 055 200,00	6	6 055 200,00		
Presidente de Comissão Parlamentar c)		112 100,00	7	9 416 400,00	7	9 416 400,00	7	9 416 400,00		
Relator de Comissão Parlamentar c)		84 100,00	7	7 064 400,00	7	7 064 400,00	7	7 064 400,00		
Deputados d)		56 100,00	24	16 156 800,00	24	16 156 800,00	24	16 156 800,00		
Chefe de Gabinete e)		117 000,00	1	1 404 000,00	1	1 404 000,00	1	1 404 000,00		
Soma ou a transportar			52	51 792 000,00	52	51 792 000,00	52	51 792 000,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal										
Soma							52	51 792 000,00		
Subsídio de refeição										
Total							52	51 792 000,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição legal que a

(a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.

(b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.

(d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.

(f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DROC - MOD. OR / 25



(a) Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(b) Serviços Administrativos

(c)

Categoria	Índice	Vencimento Mensal	Unid. do quadro aprovado		Unid. providas		Unid. providas e a prover		Unid. a inscrever (f)	
			N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual	N.º	Importância Anual
Tesoureiro	220	11 500,00	1	138 000,00	1	138 000,00	1	138 000,00		
Soma ou a transportar			1		1		1	138 000,00		
Diuturnidades										
Gratificações certas e permanentes										
Subsídios de férias e de Natal										
Soma							1	138 000,00		
Subsídio de refeição										
Total							1	138 000,00		

Nota - Preencher um mapa por cada rubrica de despesas com pessoal. Indicar nas "observações" as situações com direito a gratificações certas e permanentes bem como a respectiva disposição legal que a

(a) Assembleia Regional, Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional.

(b) Direcção Regional ou designação equivalente. (c) Serviço ou Estabelecimento.

(d) Designação do pessoal. (e) Classificação do Orçamento em vigor.

(f) A preencher na Secretaria Regional das Finanças.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DROC - MOD. OR / 25

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/96

Alteração ao Decreto-Lei que cria os Quadros de Zona Pedagógica

Pelo Decreto-Lei n.º 384/93, de 18 de Novembro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 51941A, de 4 de Março, foram criados os quadros de zona pedagógica para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário.

O Decreto-Lei n.º 16/96, de 8 de Março, veio introduzir algumas alterações naquele Decreto-Lei, sobretudo no que se refere aos candidatos que podem concorrer aos quadros de zona pedagógica e à ordenação dos mesmos em concurso, pelo que se torna de novo necessário proceder a adaptação à Região, de forma a contemplar especificidades próprias, nomeadamente resultantes de carência de pessoal docente em determinadas zonas geográficas e em algumas áreas de docência, permitindo a fixação de docentes, e contribuindo para a estabilidade e segurança do ensino.

Por outro lado, aquando da feitura do Decreto Legislativo Regional n.º 51941A. de 4 de Março, não foi introduzida a necessária alteração ao n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 384/93, de 18 de Novembro, sobre a remuneração dos docentes profissionalizados durante o ano em que são providos provisoriamente em quadro de zona pedagógica, de forma a que seja sempre cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 409/89, de 18 de Novembro, diploma que aprovou o estatuto remuneratório da carreira docente do ensino não superior, o que deverá ser agora contemplado.

Assim, o Governo Regional, nos termos do disposto na alínea j) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região, apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º- Na aplicação do Decreto-Lei n.º 384/93, de 18 de Novembro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/941A, de 4 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/96, de 8 de Março, ter-se-á em conta o disposto no artigo seguinte.

Artigo 2.º - Os artigos 5.º, 6.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 384/93, de 18 de Novembro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/94/A, de 4 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/96, de 8 de Março, entendem-se com a seguinte redacção:

Artigo 5.º

Candidatos

Podem ser opositores ao concurso referido no artigo anterior:

1- Professores já pertencentes a um dos quadros de zona pedagógica da Região Autónoma dos Açores.

2 - Professores contratados que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Serem titulares de habilitação profissional ou própria;

b) Terem obtido colocação nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou no ensino secundário, nos últimos quatro anos lectivos;

c) Terem completado até 31 de Agosto do ano anterior ao da abertura do concurso, quatro ou mais anos de serviço docente,

d) Terem prestado no ano lectivo anterior no mínimo 180 dias de serviço, em horários não inferiores a doze horas semanais.

3- Professores contratados que, além de serem portadores de habilitação profissional ou própria, tenham obtido colocação nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou no ensino secundário, e tenham prestado quatro anos de serviço docente na Região Autónoma dos Açores até 31 de Agosto do ano escolar anterior, sem a obrigatoriedade de terem sido prestados em grupos de docência ou áreas disciplinares para os quais sejam profissionalizados ou portadores de habilitação própria.

Artigo 6.º

Ordenação dos candidatos

1 -

a)

b)

c) Candidatos incluídos no n.º 3 do artigo anterior em grupos para os quais possuam habilitação profissional.

d) Candidatos incluídos no n.º 3 do artigo anterior em grupos para os quais possuam habilitação própria.

e) Candidatos não pertencentes a quadro de zona pedagógica, em grupos para os quais possuam habilitação profissional.

f) Candidatos não pertencentes a quadro de zona pedagógica, em grupos para os quais possuam habilitação própria.

2 - Dentro de cada uma das prioridades referidas no número anterior, os candidatos são ordenados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31961A, de 14 de Março, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 206/93, de 14 de Junho.

3 -

4 -

Artigo 14.º

Vínculo e Remuneração

1 -

q)

b)

2 - Os docentes a que se refere a alínea b) até à conclusão da profissionalização em exercício são remunerados pelos índices correspondentes à pré carreira.

Artigo 15.º

Afectação

1- Os professores dos quadros de zona pedagógica serão afectados a escolas, por um ano escolar, nas vagas da 2J parte do concurso regulado pelo Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31961A, de 14 de Março, e de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-

Lei n.º 206/93, de 14 de Junho, sendo posicionados entre a quinta e a sexta prioridades definidas no artigo 42.º daquele diploma.

2 Para efeitos do número anterior, os professores nele referidos indicam as suas preferências através do preenchimento de um boletim a editar pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, ordenando até à totalidade as escolas do quadro de zona pedagógica a que se acham vinculados.

3 - Quando a candidatura não esgote a totalidade das escolas existentes no quadro de zona pedagógica a que se acha vinculado, considera-se que o candidato manifesta igual preferência por todas as restantes.

4 -

Artigo 3.º - O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo, em Lajes do Pico, em 13 de Julho de 1996

O Secretário Regional da Educação e Cultura, *António Bento Fraga Barcelos*.

Proposta de Decreto Legislativa Regional N.º 23/96

Alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996

A primeira fase do processo de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., encontra-se próxima do seu final, sabendo-se já, efectuado que foi o pagamento das acções pelo agrupamento concorrente vencedor do concurso (liderado pelo BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.), o montante exacto, que, nos termos da Lei n.º 1/90, de 5 de Abril, constitui receita da Região.

Assim, a presente proposta de decreto legislativo regional tem por finalidade ajustar os valores da receita e despesa orçamentados àquele encaixe financeiro e respectiva utilização.

Por outro lado, verificando-se uma evolução favorável nas taxas de juro de referência relativamente aos empréstimos contraídos pela Região, é possível reduzir,

significativamente, a dotação afecta a estes encargos. A verba assim disponibilizada reforçará a dotação provisional inscrita no orçamento da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Ao abrigo das alíneas j) e m) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

Alterações orçamentais

1. Pelo presente decreto legislativo regional, são aprovadas as alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores decorrentes da finalização da primeira fase do processo de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, S.A., bem como as que decorrem da descida das taxas de juro de referência, no âmbito dos empréstimos contraídos.
2. Os mapas I, II, III e IV, publicados em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/96/A, de 6 de Abril, e alterados pelo Decreto Legislativo Regional n.º /96/A, de de são modificados nos termos constantes dos mapas publicados em anexo, que fazem parte integrante deste diploma.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente decreto legislativo regional entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho, angra do Heroísmo, 14 de Agosto de 1996.

A Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública,
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral.

ANEXOS

**MAPA I
RECEITA DA R.A.A.**

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
			RECEITAS CORRENTES			
01			IMPOSTOS DIRECTOS			
	01		Sobre o rendimento:			
		01	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	16 000 000		
		02	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	2 350 000	18 350 000	
	02		Outros:			
		01	Imposto sobre as sucessões e doações ...	85 000		
		02	Contribuição industrial	5 000		
		03	Contribuição predial	1		
		04	Imposto profissional	100		
		05	Imposto de capitais	1		
		06	Imposto complementar	100		
		07	Impostos extraordinários	1		
		08	Imposto de mais-valia	1		
		09	Imposto do cadastro	1		
		10	Imposto sobre a indústria agrícola	1 000		
		11	Imposto criado pelo artigo 8.º da Lei n.º 2111, de 21 de Dezembro de 1961 ...	1		
		12	Adicionais	1		
		13	Sisa	1		
		14	Imposto de uso, porte e detenção de armas	5 000		
		15	Imposto especial sobre veículos	1		
		16	Impostos directos diversos	3 791	100 000	18 450 000

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
02			IMPOSTOS INDIRECTOS			
	01		Transacções internacionais			
		01	Direitos de importação	200		
		02	Sobretaxa de importação	50	250	
	02		Sobre o consumo			
		01	Imposto sobre o valor acrescentado	29 700 000		
		02	Imposto automóvel/IA	2 000 000		
		03	Imposto de consumo S/o café	1		
		04	Imposto de consumo s/o tabaco	2 050 000		
		05	Imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas e cerveja	600 000		
		06	Imposto interno de consumo	1		
		07	Imposto de transacções	1	34 350 000	
	03		Outros			
		01	Estampilhas fiscais	300 000		
		02	Imposto de selo	2 800 000		
		03	Imposto sobre os prémios de seguro ...	1		
		04	Imposto sobre a pesca - Taxa de licença fixa	1		
		05	imposto sobre a marinha mercante	1		
		06	Impostos rodoviários	40 000		
		07	Imposto de desenvolvimento florestal ..	1		
		08	Imposto extraordinário sobre as despesas menos essenciais das empresas	1		
		09	Imposto e taxas sobre espectáculos e divertimentos públicos	400		
		10	Serviços aduaneiros e da Guarda Fiscal Emolumentos	300		

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap.	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
	02		Multas e outras penalidades:			
		01	Juros de mora	150 000		
		02	Taxas de relaxe	100		
		03	Taxa de regularização de cheques sem provisão	500		
		04	Multas por infracção do imposto de selo.	100		
		05	Multas e outras penalidades	148 998	290 698	750 000
	04		RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE			
	01		Juros - Sociedades e quase sociedades não financeiras:			
		01	Empresas públicas, equiparadas ou participadas	10		
		02	Empresas privadas	50	60	
	02		Juros - Administrações públicas			
		01	Estado	1 000		
		02	Fundos Autónomos	1 000		
		03	Serviços Autónomos	1 000	3 000	
	03		Juros - Administrações privadas			
		01	Instituições particulares	1	1	
	04		Juros - Instituições de crédito			
		01	Instituições monetárias públicas, equi- paradas ou participadas	20 000		
		02	Instituições monetárias privadas	120 000	140 000	
	08		Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedadesn não financeiras			

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
04	08	01	Empresas públicas, equiparadas ou participadas	1 000		
		02	Empresas privadas	100	1 100	
	09	Dividendos e participações nos lucros de instituições de crédito	100 000	100 000		
	10	Dividendos e participações nos lucros de empresas de seguros	5 829	5 829		
	12	Rendas de terrenos				
		01	Outros sectores	10	10	250 000
05			TRANSFERÊNCIAS			
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras			
		01	Empresas públicas, equiparadas ou participadas	1		
		02	Empresas privadas	1	2	
	02		Administrações públicas			
		01	Estado	1		
		02	Fundos autónomos	1		
		03	Serviços Autónomos	4 995	4 997	
	03		Administrações privadas			
		01	Instituições particulares	1	1	5 000
06			VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES			
	01		Venda de bens duradouros			
		01	Outros sectores	1 000	1 000	
	02		Venda de bens não duradouros			
		01	Publicações e impressos	15 000		
02		Fardamentos e artigos pessoais	10			

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
06	02	03	Outros bens não duradouros	70 000	85 010	237 010
	03		Serviços			
		01	Serviços diversos	120 000	120 000	
	04		Rendas			
		01	Habitações	25 000		
		02	Edifícios	5 000		
03		Outras	1 000	31 000		
07		OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
	01	Participação na venda de selos	4 000			
	02	Compensação pela utilização de moradias				
	03	Receitas decorrentes de actividades de reconstrução	5 000			
	04	Programa de desenvolvimento agro-pecuário da Ilha do Pico	1 000			
	05	Produto da emissão de moedas	5 000			
	06	Diversas	12 000	27 000	27 000	
08		RECEITAS DE CAPITAL				
		VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO				
	03	Terrenos - Outros sectores	35 000	35 000		
	06	Habitações - Outros sectores	80 000	80 000		
	09	Edifícios - Outros sectores	1 000	1 000		
12	Outros bens de investimento - Outros sectores	24 000	24 000	140 000		
09		TRANSFERÊNCIAS				
	01	Sociedades e quase sociedades não financeiras				
		01	Empresas públicas, equiparadas ou participadas	10		
02	Empresas privadas	500	510			

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
09	02		Administrações públicas			
		01	Estado (OE)	20 500 000		
		02	Fundo autónomos	10		
		03	Serviços autónomos	10 000	20 510 010	
	06		Famílias			
		01	Particulares	50	50	
	07		Exterior - C.E.E.			
		01	Fundo europeu de Orientação e de Garantia Agrícola	1 000		
		02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	14 067 000		
		03	Fundo Social Europeu	100 000		
		04	Acordo Luso-Francês sobre facilidades concedidas nos Açores	400 000		
		05	Diversas	63 428	14 631 428	
	08		Exterior - Outros			
		01	Acordo Luso-Americano sobre facilidades concedidas nos Açores	1		
	02	Diversas	1	2	35 142 000	
10			ACTIVOS FINANCEIROS			
	11		Empréstimos a curto prazo - Outros sectores			
		01	Empresas privadas	180 000	180 000	
	13		Empréstimos a médio e longo prazos - Outros sectores			
		01	Empresas públicas, equiparadas ou participadas	1 000		
		02	Empresas privadas	30 000		
	03	Particulares	10 000	41 000	221 000	

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
11			PASSIVOS FINANCEIROS			
	07		Empréstimos a curto prazo - Administrações públicas			
		01	Diversos	1 000	1 000	
	08		Empréstimos a curto prazo - Exterior			
		01	Diversos	1 000	1 000	
	09		Empréstimos a curto prazo - Outros sectores			
		01	Diversos	1 000	1 000	
	10		Empréstimo a médio e longo prazos - Administrações públicas			
		01	Diversos	1 000	1 000	
	11		Empréstimos a médio e longo prazos - Exterior			
		01	Diversos	10 000 000	10 000 000	
	12		Empréstimos a médio e longo prazos - Outros sectores			
		01	Diversos	2 996 000	2 996 000	13 000 000
12			OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			
		01	Venda de participações	8 450 000	8 450 000	8 450 000
14			REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	420 230	420 230	420 230
			TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL			114 682 240
15			CONTAS DE ORDEM			
	01		Serviços e Fundos Autónomos			

MAPA I
RECEITA DA R.A.A.

Cap	Gru.	Art.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	Importância em contos		
				Por artigos	Por grupos	Por capítulos
15	01	01	Fundo Regional de Abastecimento	5 306 714		
		02	Fundo Regional de Acção Cultural	10 000		
		03	Fundo Regional de Acção Social Escolar..	459 400		
		04	Fundo Regional de Fomento do Desporto ..	105 000		
		05	Gabinete de Gestão Financeira do Emprego.	1 010 000		
		06	Instituto de Apoio Comercial à Agricultura, Pecuária e silvicultura	378 506		
		07	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas	280 000		
		08	Junta Autónoma de Angra do Heroísmo .	643 700		
		09	Junta Autónoma do Porto da Horta	425 908		
		10	Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada	1 380 160		
		12	Instituto Regional de Ordenamento Agrário	21 534		
		13	Fundo Regional dos Transportes	423 070		
		14	Instituto de Acção Social	51 300	10 495 292	
			02	Consignação de receitas	21 004 708	21 004 708
		TOTAL DA RECEITA			146 182 240	

MAPA II

DESPESAS POR DEPARTAMENTOS E POR CAPÍTULOS DA R.A.A.

CAPÍ- TULOS	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	Importância em contos	
		Por capítulos	Por departamentos
	01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL		
01	Assembleia Legislativa Regional	1 183 912	
			1 183 912
	02 - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL		
01	Gabinete do Presidente, Gabinete dos Subsecretários, Secretaria Geral, Palácio dos Capitães Gerais e Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.	661 600	
40	Despesas do Plano	212 500	
			874 100
	03 - SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
01	Gabinete do Secretário	22 569 794	
02	Direcção Regional do Orçamento e Tesouro	362 621	
03	Direcção Regional de Estudos e Planeamento	94 100	
04	Direcção Regional de Organização e Administração Pública	837 962	
05	Serviço Regional de Estatística dos Açores	179 210	
06	Inspecção Regional	66 144	
40	Despesas do Plano	4 648 000	
50	Contas de Ordem	21 004 706	
			49 762 537
	04 - SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ENERGIA		
01	Gabinete do Secretário	597 130	
02	Direcção Regional da Juventude	77 850	
03	Direcção Regional do Emprego	502 140	
04	Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia	433 370	
05	Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo	32 380	
40	Despesas do Plano	1 334 840	
50	Contas de Ordem	6 316 714	
			9 294 424

MAPA II

DESPESAS POR DEPARTAMENTOS E POR CAPÍTULOS DA R.A.A.

CAPÍ- TULOS	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	Importância em contos	
		Por capítulos	Por departamentos
	05 - SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
01	Gabinete do Secretário	194 748	
02	Direcção Regional da Educação	22 301 797	
03	Direcção Regional de Educação Física e Desportos	1 114 956	
04	Direcção Regional de Acção Cultural	1 015 175	
40	Despesas do Plano	1 944 900	
50	Contas de Ordem	574 400	
			27 144 976
	06 - SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL		
01	Gabinete do Secretário	462 736	
02	Direcção Regional de Saúde	202 225	
03	Direcção Regional de Segurança Social	488 923	
04	Serviço Regional de Saúde	20 573 971	
40	Despesas do Plano	4 940 300	
50	Contas de Ordem	51 300	
			26 719 455
	07 - SECRETARIA REGIONAL DA AGRICUL- TURA E PESCAS		
01	Gabinete do Secretário	669 936	
02	Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário	1 921 565	
03	Direcção Regional dos Recursos Florestais	942 082	
04	Direcção Regional das Pescas	47 370	
40	Despesas do Plano	6 131 000	
50	Contas de Ordem	680 042	
			10 391 995
	08 - SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E AMBIENTE		
01	Gabinete do Secretário	132 103	
02	Direcção Regional de Turismo	195 649	

**MAPA III
RESUMOS DAS DESPESAS POR
GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS**

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (contos)
	DESPESAS CORRENTES	70 202 329
01 00 00	Despesas com pessoal	31 129 302
02 00 00	Aquisição de bens e serviços correntes	2 293 362
03 00 00	Encargos correntes da dívida	10 200 000
04 00 00	Transferências correntes	24 121 750
05 00 00	Subsídios	18 000
06 00 00	Outras despesas correntes	2 444 915
	DESPESAS DE CAPITAL	11 042 671
07 00 00	Aquisição de bens de capital	260 470
08 00 00	Transferências de capital	8 467 201
09 00 00	Activos financeiros	
10 00 00	Passivos financeiros	2 200 000
11 00 00	Outras despesas de capital	115 000
	DESPESAS DO PLANO	33 432 240
	CONTAS DE ORDEM	31 500 000
	TOTAL	146 182 240

MAPA IV
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIAS (Contos)
1	Serviços Gerais da Administração Pública	27 460 049
3	Educação	25 408 945
4	Saúde	25 379 232
5	Segurança e Assistência Sociais	840 223
6	Habitação e Equipamentos Urbanos	5 239 958
7	Outros Serviços Colectivos e Sociais	4 231 531
8	Serviços Económicos	42 459 962
8.1	Administração Geral	802 039
8.2	Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Caça e Pesca	9 722 059
8.3	Turismo	2 986 349
8.4	Comércio, Indústria e Energia	11 805 084
8.5	Transportes	17 144 431
9	Outras Funções	15 162 340
9.1	Operação da Dívida Pública	12 400 000
9.2	Diversas não especificadas	2 762 340
	TOTAL	146 182 240

Parecer da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/96 - "Alteração ao Decreto-Lei que cria os quadros de Zona Pedagógica".

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais reunida, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a 3 de Setembro, analisou a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 22/96 - Alteração ao Decreto-Lei que Cria os Quadros de Zona Pedagógica" e emite o seguinte parecer:

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O diploma em análise encontra o seu enquadramento jurídico-constitucional na alínea d) do nº 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional visa adaptar à realidade regional as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 16/96, de 8 de Março, ao Decreto-Lei nº 384/93, de 18 de Novembro, o qual por sua vez foi adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 5/94/A, de 4 de Março, nomeadamente no que se refere aos candidatos que podem concorrer aos quadros de zona pedagógica e à ordenação dos mesmos em concurso.

Anexam-se os pareceres do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e do Sindicato dos Professores da Região Açores.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

Da apreciação na especialidade a Comissão deliberou apresentar as seguintes propostas de alteração:

"Artigo 5.º

Candidatos

.....
1

2 -

a)

b)

c)

d)

3 - Professores contratados que, além de serem portadores de habilitação profissional ou própria, tenham obtido colocação nos 2º e 3º ciclos do ensino básico ou no ensino secundário, e tenham prestado quatro anos de serviço docente nestes sectores de ensino, na Região Autónoma dos Açores até 31 de Agosto do ano escolar anterior, sem a obrigatoriedade de terem sido prestados em grupos de docência ou áreas disciplinares para os quais sejam profissionalizados ou portadores de habilitação própria.

Artigo 6.º

Ordenação dos candidatos

1-

a)

b)

c)

d) Candidatos não pertencentes a quadro de zona pedagógica, em grupos para os quais possuam habilitação profissional;

e) Candidatos incluídos no nº 3 do artigo anterior em grupos para os quais possuam habilitação própria;

f)

2 -

3 -

4 -

NOTA - A Comissão apenas propõe a alteração da ordem das alíneas d) e e).

A Comissão aprovou, por unanimidade, a proposta de decreto legislativo regional, com as propostas de alteração sugeridas, pelo que é de parecer favorável à sua aprovação.

Horta, 3 de Setembro de 1996.

A Relatora, Fátima Oliveira

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Rui Carvalho e Melo.

Parecer da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/96 - "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/88/A, de 19 de Maio, que cria o Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem no Trabalho".

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais reunida a 7 e 8 de Maio, p.p., na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada e a 3 de Setembro, na Sede da Assembleia Legislativa Regional, apreciou a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/96 - "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/88/A, de 19 de Maio, que Cria o Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho" e sobre a mesma emite o seguinte parecer.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional encontra o seu enquadramento jurídico-constitucional na alínea a) do nº 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea c) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO NA GENERALIDADE

O Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho (SERCAT) criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/88/A, de 19 de Maio, tem vindo a revelar-se como uma estrutura válida e eficaz na resolução de conflitos individuais de trabalho que têm surgido entre entidades empregadoras e trabalhadores, sendo elevado o número de conflitos dirimidos satisfatoriamente, com vantagens claras para a pacificação social no mundo laboral.

Porém, do seu funcionamento resultou a necessidade de se proceder a algumas alterações de pormenor no seu articulado.

Na generalidade, a proposta foi aprovada por unanimidade.

De acordo com a legislação em vigor procedeu-se à discussão pública do diploma em análise, anexando-se os pareceres recebidos.

CAPÍTULO III

APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

Da apreciação feita na especialidade a Comissão, por unanimidade, propõe o seguinte texto de substituição:

TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO

Artigo 1º - Os artigos 19º, 29º e 30º do Estatuto do Serviço Regional e Arbitragem do Trabalho aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/88/A, de 19 de Maio, passam a ter a seguinte redacção:

"Artigo 19.º

1 - Sem prejuízo do disposto em matéria de arbitragem, as diligências de conciliação exprimem o mútuo consentimento das partes ou o seu dissenso.

2 - O presidente deve opôr-se aos acordos de conciliação que entenda violarem a lei, mediante despacho devidamente fundamentado.

Artigo 29º.

1- A falta de comparência de qualquer dos interessados à diligência de conciliação faz recair sobre o faltoso a obrigação de pagar à parte que compareceu, se esta o reclamar, as despesas de transporte, perdas de remuneração e outras que comprove ter suportado.

2- Considera-se faltosa a parte que não comparecer ou cujo representante não se apresente munido de poderes suficientes para conciliar, excepto se este firmar acordo que venha a ser ratificado pelo representado nos cinco dias úteis posteriores à notificação para o efeito.

Artigo 30.º"

1 -

2 -

3 - A falta não justificada dos interessados, no prazo de cinco dias, determina o arquivamento do processo, excepto se, neste prazo, for requerida nova diligência de conciliação.

Artigo 2.º - São revogados os artigos 31º e 38º do Estatuto do Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/88/A, de 19 de Maio.

Deste modo, por unanimidade, a Comissão dá parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação.

Horta, 3 de Setembro de 1996.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo.*

Parecer da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a Proposta de Resolução n.º 10/96 - "Recomendação ao Governo Regional para proceder de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores".

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais reunida na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a 3 e 4 de Setembro, discutiu e emitiu o seguinte parecer sobre a Proposta de Resolução nº 10/96 - "Recomendação ao Governo Regional para Proceder de Imediato às Transferências Necessárias a Dotar os Serviços de Saúde dos Meios de Pagamento Indispensáveis à Regularização das Contas com os Diversos Fornecedores".

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Resolução em análise tem o seu enquadramento jurídico na alínea m) do artigo 33º, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO NA GENERALIDADE

A Comissão, aprovou por unanimidade, na generalidade, a proposta de resolução em apreço.

Nos termos regimentais foi convocado o proponente, Deputado Alvarino Pinheiro, que não compareceu nem justificou a sua ausência.

Da análise feita e após auscultação do Secretário Regional da tutela, concluiu-se que à data da apresentação da referida Proposta de Resolução existiram diversos atrasos no pagamento a grandes fornecedores, embora a situação já estivesse em estudo no âmbito governamental.

Foi ainda referido à Comissão que, desde 1993, o Orçamento do Serviço Regional de Saúde não tem acompanhado o crescimento quer da inflação quer dos aumentos com despesas de pessoal e equipamentos técnicos de qualidade que têm sido introduzidos em diversas unidades de saúde. Houve, antes, uma grande preocupação de melhorar, com rigor, a gestão dos recursos financeiros disponíveis. Por outro lado, teve-se em particular atenção o pagamento atempado aos pequenos fornecedores, dada a sua real dimensão, enquanto se optou por retardar o pagamento aos grandes fornecedores, designadamente, laboratórios e empresas públicas como a EDA e a SATA.

Os pequenos reforços orçamentais que têm existido, efectuem-se, por norma, no final do ano civil. Daí que a opção governamental tenha sido a de abrir uma linha de crédito às diversas unidades de saúde, junto do B.C.A., no montante de 1 milhão e 700 mil contos, como consta da Resolução do Conselho de Governo nº 145/96, de 18 de Julho, a fim de fazer face aos pagamentos mais urgentes por parte das unidades de saúde .

Verifica-se que algumas unidades de saúde não esgotaram o "plafond" que lhes foi atribuído.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

Na especialidade a Comissão deliberou, por unanimidade, apresentar o seguinte texto de substituição:

TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO

A Assembleia Legislativa Regional recomenda ao Governo Regional dos Açores que adopte os procedimentos necessários para que as Unidades de Saúde regularizem os pagamentos aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, na sequência da Resolução do Governo Regional n.º 145/96, de 18 de Julho, que criou uma linha de crédito para o efeito.

Horta, 4 de Setembro de 1996.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo.*

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/96 - Alterações do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996".

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reunida na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na manhã do dia 4 de Setembro, apreciou e discutiu a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 23/96 "Alterações ao Ordenamento da Região Autónoma dos Açores para 1996", tendo estado presente para prestar esclarecimentos a Senhora Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação enquadra-se constitucional e estatutariamente na alínea a) do nº 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea c) do nº 1 do artigo 32.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores - Lei 9/87, de 26 de Março.

CAPÍTULO III

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

A proposta em análise tem por objectivo proceder a alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/96, de 22 de Agosto, que introduziu algumas alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/96/A, de 6 de Abril, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

As propostas de alteração resultam da necessidade de ajustar o valor de receita resultante da venda de acções do Banco Comercial dos Açores, S.A., referentes à

primeira fase de reprivatização e que ultrapassou em 650.000.000\$00 o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 25/96/A, de 22 de Agosto.

Desta forma a receita final cifrou-se em 8.250.000.000\$00, correspondendo a 1.635\$00 por acção, ou seja mais 385\$00 do que o valor base constante no respectivo caderno de encargos e será inscrita na rubrica 12 - Outras Receitas de Capital - Venda de Participações.

Nos termos do artigo 17º da Lei nº 11/90, de 5 de Abril, aquela importância será aplicada na totalidade no sector da energia, a afectar à EDA através da rubrica 08.00 - Transferência de Capital a ser suportada pela Secretaria Regional da Economia, Finanças, Planeamento e Administração Pública.

A proposta em análise prevê igualmente uma redução de um milhão de contos inscritos na rubrica 03 - Encargos Correntes da Dívida resultante da evolução favorável nas taxas de juro de referência, que corresponde a uma diminuição de cerca de um ponto percentual relativamente aos empréstimos contraídos pela Região, verba essa que reforçará a dotação provisional inscrita no orçamento da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Na generalidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

CAPÍTULO IV

APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

Na especialidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

Horta, 4 de Setembro de 1996.

O Relator, *Eugénio Leal*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo.*

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/96 - Alteração do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/96/A, de 6 de Junho.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reunida na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na manhã do dia 4 de Setembro, apreciou e discutiu a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/96 "Alteração do Artigo 2º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/96/A, de 6 de Junho".

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação enquadra-se constitucional e estatutariamente na alínea a) do n.º 1 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea c) do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores - Lei 9/87, de 26 de Março.

CAPÍTULO III

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A proposta em análise tem por objectivo proceder à alteração do artigo 2º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/96, de 6 de Junho, passando a atribuir competências na elaboração e execução dos planos de ordenamento da orla costeira, quando os troços

da costa sujeitos a planeamento estejam inseridos em áreas protegidas, à Secretaria Regional do Turismo e Ambiente e à Direcção Regional do Ambiente, que actualmente são exercidas respectivamente pela Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e pela Direcção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos.

Na generalidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

CAPÍTULO IV

APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

Na especialidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

Horta, 4 de Setembro de 1996.

O Relator, *Eugénio Leal*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo*.

Parecer da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano sobre a Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo que proceda a compensações financeiras aos em presários agrícolas que colaboraram com as campanhas de abate de gafos (Brucelose)".

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, reunida na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na manhã do dia 4 de Setembro, apreciou e discutiu a Proposta de Resolução apresentada pela Representação Parlamentar do Partido Popular sobre "Compensação Financeira à Erradicação da Brucelose"

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Resolução em apreciação tem enquadramento jurídico na alínea g) do artigo 33º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores - Lei 9/87 de 26 de Março.

CAPÍTULO III

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

A proposta em análise tem por objectivo recomendar ao Governo Regional que proceda à compensação financeira dos empresários agrícolas que têm colaborado com a Administração Regional nas campanhas de abate de gado com brucelose e que receberam subsídios reais inferiores aos que presentemente o Governo Regional está a conceder.

Foi dado conhecimento do teor dos pareceres recebidos da Federação Agrícola dos Açores, da Associação Agrícola da Ilha de S. Miguel, da Associação Agrícola da Ilha Terceira e da JAGRIFA - Jovens Agricultores da Ilha do Faial, que são anexados ao presente relatório, dele fazendo parte integrante.

Discutido o conteúdo da proposta de Resolução e efectuada a votação a mesma veio a ser rejeitada com os votos contra dos Deputados do PSD e a abstenção dos Deputados do PS.

Horta, 04 de Setembro de 1996.

O Relator, *Eugénio Leal*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo*

A Redactora de 2ª classe: Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré